

LORAINÉ MENÊSES DOS SANTOS

DIFERENCIAL DE RENDIMENTOS ENTRE O SETOR DE
SERVIÇOS FORMAL E INFORMAL: O CASO DO NORDESTE
NOS ANOS DE 1992 E 2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

JOÃO PESSOA - PB

2007

LORAINÉ MENÊSES DOS SANTOS

DIFERENCIAL DE RENDIMENTOS ENTRE O SETOR DE SERVIÇOS
FORMAL E INFORMAL: O CASO DO NORDESTE NOS ANOS DE
1992 E 2005

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Economia do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em cumprimento às exigências para obtenção do grau de mestre em economia.

ORIENTADOR: IVAN TARGINO MOREIRA

CO-ORIENTADOR: IGNÁCIO TAVARES DE ARAÚJO JUNIOR

JOÃO PESSOA - PB

2007

LORAINÉ MENÊSES DOS SANTOS

DIFERENCIAL DE RENDIMENTOS ENTRE O SETOR DE SERVIÇOS
FORMAL E INFORMAL: O CASO DO NORDESTE NOS ANOS DE
1992 E 2005

Aprovada em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ivan Targino Moreira

Programa de Pós-Graduação em Economia - PPGE/UFPB
Orientador

Prof. Dr. Ignácio Tavares de Araújo Júnior

Programa de Pós-Graduação em Economia - PPGE/UFPB
Co-orientador e Examinador Interno

Prof. Dr. Tarcísio Patrício de Araújo

Programa de Pós-Graduação em Economia - PIMES/UFPE
Examinador Externo

Agradeço

A Deus, por cada dia de vida;

Ao meu noivo, Sandberg, pelo seu carinho,
apoio e atenção;

À minha mãe e irmãs, pela motivação;

Aos professores Ivan e Ignácio, pela orientação
e apoio ao longo do curso;

A todos do Mestrado, em especial, às minhas
companheiras de batalha, Keynis e Priscila, e a
Terezinha.

“Nada é mais difícil do que a arte das manobras e mais difícil ainda é tornar direto o percurso aparentemente desviado e transformar os infortúnios em vantagens”.

Sun Tzu

Sumário

Lista de Tabelas	vi
Lista de Gráficos.....	x
Resumo	xii
Abstract.....	xiii
Introdução.....	1
Capítulo 1 : Reestruturação Produtiva e o Setor de Serviços	5
1.1 O impacto da reestruturação no mercado de trabalho	5
1.2 O setor de serviços.....	8
1.3 A expansão do emprego terciário e as suas hipóteses	12
Capítulo 2 : Informalidade e Diferenciação Salarial no Mercado de Trabalho.....	16
2.1 Teorias sobre o diferencial salarial.....	16
2.2 Breve revisão sobre informalidade	21
Capítulo 3 : Procedimentos Metodológicos	29
3.1 Análise descritiva	29
3.2 Modelo econométrico	33
Capítulo 4 : O Emprego Terciário no Brasil e na Região Nordeste	38
4.1 Perfil do emprego terciário no Brasil em 1992 e 2005.....	38
4.1.1 O emprego terciário no Brasil em 1992 e 2005.....	40
4.1.2 O emprego no setor de serviços formal e informal brasileiro	51
4.2 Perfil do emprego terciário na região Nordeste.....	62
4.2.1 Emprego terciário no Nordeste em 1992 e 2005	64
4.2.2 O emprego no setor de serviços formal e informal nordestino	75
Capítulo 5 : Desigualdade Salarial no Setor de Serviços Brasileiro e Nordestino	87
5.1 Avaliação do diferencial salarial para o Brasil.....	87
5.2 Avaliação do diferencial salarial para a região Nordeste	94
Considerações Finais	101
Referências Bibliográficas.....	105

Lista de Tabelas

Tabela 1: Distribuição percentual da força de trabalho por setores. E.U.A, Reino Unido, Japão, México, Alemanha e Brasil	8
Tabela 2: Classificação do setor de serviços segundo as PNADS de 1992 e 2005	31
Tabela 3: Descrição das variáveis utilizadas nas equações de salário.....	35
Tabela 4: Participação do PIB Setorial no PIB Global do Brasil - 1970/1999.....	38
Tabela 5: Evolução e distribuição setorial das ocupações, no Brasil - 1992/2005.....	41
Tabela 6: Distribuição da população ocupada segundo ramos do setor de serviços, no Brasil - 1992	43
Tabela 7: Distribuição da população ocupada segundo ramos do setor de serviços, no Brasil - 2005	43
Tabela 8: Distribuição da população ocupada segundo ramos do setor de serviços, segundo faixa anos de estudo, no Brasil – 1992	46
Tabela 9: Distribuição da população ocupada segundo ramos do setor de serviços, segundo anos de estudo, no Brasil - 2005.....	47
Tabela 10: Anos de trabalho e salário real por hora médio dos ocupados, segundo ramos do setor de serviços, no Brasil - 1992 (R\$)	48
Tabela 11: Anos de trabalho e salário/hora médio dos ocupados, segundo ramos do setor de serviços, no Brasil – 2005 (R\$)	49
Tabela 12: Distribuição do salário real por hora médio segundo ramos do setor de serviços, por anos de estudo, no Brasil – 1992 (R\$)	50
Tabela 13: Distribuição do salário real por hora médio segundo ramos do setor de serviços, por anos de estudo, no Brasil – 2005 (R\$)	50
Tabela 14: Distribuição da população ocupada segundo ramos do setor de serviços formal e informal, no Brasil - 1992	52
Tabela 15: Distribuição da população ocupada segundo ramos do setor de serviços formal e informal, no Brasil – 2005	52
Tabela 16: Participação da população ocupada segundo ramos do setor de serviços formal e informal, por gênero, no Brasil – 1992 (%).....	53

Tabela 17: Participação da população ocupada segundo ramos do setor de serviços formal e informal, por gênero, no Brasil – 2005 (%).....	53
Tabela 18: Distribuição da população ocupada segundo do setor de serviços formal e informal, por anos de estudo, no Brasil – 1992.....	56
Tabela 19: Distribuição da população ocupada segundo ramos do setor de serviços formal e informal, por anos de estudo, no Brasil – 2005.....	57
Tabela 20: Anos de trabalho e salário real por hora médios dos ocupados, segundo ramos do setor de serviços formal e informal, no Brasil - 1992.....	59
Tabela 21: Anos de trabalho e salário real por hora médios dos ocupados, segundo ramos do setor de serviços formal e informal, no Brasil – 2005.....	60
Tabela 22: Distribuição do salário real por hora médio segundo ramos do setor de serviços formal e informal, por anos de estudo, no Brasil - 1992 (R\$).....	60
Tabela 23: Distribuição do salário real por hora médio segundo ramos do setor de serviços formal e informal, por anos de estudo, no Brasil - 2005 (R\$).....	61
Tabela 24: Participação do PIB setorial no PIB global da região Nordeste do Brasil- 1970-2000.....	63
Tabela 25: Taxa média anual de crescimento do PIB real do Nordeste, por setores econômicos - 1970-99 (%).....	63
Tabela 26: Distribuição da força de trabalho por setores. Nordeste - 1970-2000.....	64
Tabela 27: Evolução e distribuição setorial das ocupações, no Nordeste - 1992/2005.....	65
Tabela 28: Distribuição da população ocupada segundo ramos do setor de serviços, por gênero no Nordeste - 1992.....	66
Tabela 29: Distribuição da população ocupada segundo ramos do setor de serviços, no Nordeste - 2005.....	67
Tabela 30: Distribuição da população ocupada segundo ramos do setor de serviços, por anos de estudo, no Nordeste – 1992.....	70
Tabela 31: Distribuição da população ocupada segundo ramos do setor de serviços, por ano de estudo, no Nordeste – 2005.....	70
Tabela 32: Anos de trabalho e salário real médio por hora dos ocupados, segundo ramos do setor de serviços, no Nordeste - 1992.....	72
Tabela 33: Anos de trabalho e salário real por hora médio dos ocupados, segundo ramos do setor de serviços, no Nordeste - 2005.....	73
Tabela 34: Distribuição do salário real por hora médio segundo ramos do setor de serviços, por anos de estudo, no Nordeste - 1992 (R\$).....	74

Tabela 35: Distribuição do salário real hora médio segundo ramos do setor de serviços, por anos de estudo, no Nordeste - 2005 (R\$)	74
Tabela 36: Distribuição da população ocupada segundo ramos do setor de serviços formal e informal, no Nordeste - 1992.....	76
Tabela 37: Distribuição da população ocupada segundo ramos do setor de serviços formal e informal, no Nordeste – 2005	76
Tabela 38: Participação da população ocupada segundo ramos do setor de serviços formal e informal, por gênero, no Nordeste - 1992	77
Tabela 39: Participação da população ocupada segundo ramos do setor de serviços formal e informal, por gênero, no Nordeste – 2005.....	78
Tabela 40: Distribuição da população ocupada segundo ramos do setor de serviços formal e informal por anos de estudo, no Nordeste – 1992	80
Tabela 41: Distribuição da população ocupada segundo ramos do setor de serviços formal e informal, por anos de estudo, no Nordeste - 2005.....	81
Tabela 42: Anos de trabalho e salário real por hora médio dos ocupados, segundo ramos do setor de serviços formal e informal, no Nordeste - 1992.....	83
Tabela 43: Anos de trabalho e salário real por hora médio dos ocupados, segundo ramos do setor de serviços, formal e informal no Nordeste – 2005	83
Tabela 44: Distribuição do salário real por hora médio segundo ramos do setor de serviços, por anos de estudo, no setor formal e informal Nordeste - 1992 (R\$)	84
Tabela 45: Distribuição do salário real por hora médio segundo ramos do setor de serviços formal e informal, por anos de estudo, no Nordeste - 2005 (R\$).....	85
Tabela 46: Distribuição do salário real por hora médio, segundo setor de serviços formal e informal, no Brasil: 1992/2005 (R\$)	88
Tabela 47: Média e desvio padrão das variáveis, setor de serviços formal e informal, Brasil - 1992	89
Tabela 48: Média e desvio padrão das variáveis, setor de serviços formal e informal, Brasil - 2005	90
Tabela 49: Resultados da equação de salários, setor de serviços formal e informal, para o Brasil - 1992	91
Tabela 50: Resultados da equação de salários, setor de serviços formal e informal, para o Brasil - 2005	92
Tabela 51: Decomposição de Oaxaca, segundo setor de serviços, formal e informal, para o Brasil: 1992/2005	93

Tabela 52: Distribuição do salário real por hora médio, segundo setor de serviços formal e informal, no Nordeste - 1992/2005 (R\$)	94
Tabela 53: Média e desvio padrão das variáveis, por segmento formal e informal do setor de serviços, no Nordeste - 1992	95
Tabela 54: Média e desvio padrão das variáveis por segmento formal e informal do setor de serviços, no Nordeste - 2005	96
Tabela 55: Resultados da equação de salários, segundo segmento formal e informal do setor de serviços, para o Nordeste - 1992.....	97
Tabela 56: Resultados da equação de salários, segundo segmento formal e informal do setor de serviços, para o Nordeste - 2005.....	98
Tabela 57: Decomposição de Oaxaca, segundo setor de serviços, formal e informal, para o Nordeste - 1992/2005	100

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Distribuição da força de trabalho por setores, no Brasil - 1986-2005.....	39
Gráfico 2: Participação da população ocupada por setor econômico, no Brasil - 1992/2005 ..	42
Gráfico 3: Participação da população ocupada por ramos do setor de serviços, segundo faixa etária, no Brasil - 1992/2005	44
Gráfico 4: Participação da população ocupada por ramos do setor de serviços, segundo raça, no Brasil - 1992/2005	45
Gráfico 5: Participação da população ocupada por ramos do setor de serviços, segundo faixa salarial, no Brasil – 1992/2005	48
Gráfico 6: Distribuição da população ocupada segundo do setor de serviços, formal e informal, por faixa etária, no Brasil - 1992/2005	54
Gráfico 7: Distribuição da população ocupada segundo ramos do setor de serviços, formal e informal, por raça, no Brasil - 1992/2005	55
Gráfico 8: Participação da população ocupada por ramos do setor de serviços, formal e informal, segundo faixa salarial, no Brasil - 1992/2005.....	58
Gráfico 9: Distribuição da população ocupada por ramos do setor de serviços, segundo faixa etária, no Nordeste – 1992/2005.....	68
Gráfico 10: Distribuição da população ocupada por ramos do setor de serviços, segundo raça, no Nordeste -1992/2005	69
Gráfico 11: Participação da população ocupada por ramos do setor de serviços, segundo faixa salarial, no Nordeste - 1992/2005.....	71
Gráfico 12: Distribuição da população ocupada por ramos do setor de serviços formal e informal, segundo faixa etária, no Nordeste - 1992/2005	78
Gráfico 13: Distribuição da população ocupada por ramos do setor de serviços formal e informal, segundo raça, no Nordeste - 1992/2005.....	79
Gráfico 14: Participação da população ocupada por ramos do setor de serviços formal e informal, segundo faixa salarial, no Nordeste - 1992/2005 (R\$)	82
Gráfico 15: Distribuição do salário real por hora médio, segundo setor de serviços formal e informal, no Brasil: 1992/2005 (R\$)	88

Gráfico 16: Distribuição do salário real por hora médio, segundo setor de serviços formal e informal, no Nordeste - 1992/2005 (R\$)	95
---	----

Resumo

O cenário macroeconômico nacional, na década de 1990 e no início dos anos 2000, foi marcado por profundas transformações, como a introdução de inovações tecnológicas e organizacionais, a abertura da economia, a estabilização monetária, entre outras. Contudo, no que se refere especificamente ao mercado de trabalho brasileiro, pode-se destacar a realocação setorial do emprego, com a redução dos postos de trabalho nos setores agrícola e industrial e o crescimento de trabalhadores no setor de serviços formal ou não. No âmbito da região Nordeste, verifica-se que, embora seja a segunda região que mais observe a população ocupada no Brasil, é a que apresenta menor participação de ocupados com carteira assinada. Diante dessas considerações, o objetivo geral do presente trabalho foi analisar o diferencial salarial entre os trabalhadores empregados no setor de serviços formal e informal na região Nordeste, nos anos de 1992 e de 2005. Tal análise constituiu-se, inicialmente, no estudo do perfil do emprego terciário na região nordestina, passando, posteriormente, para a análise do diferencial salarial nessa região. Utilizando os microdados da PNAD de 1992 e 2005, foram estimadas equações de salários para calcular os determinantes dos rendimentos para os ocupados nos serviços formais e informais. Em seguida, foi realizada a decomposição do diferencial de salários entre os trabalhadores ocupados no setor de serviços formal e informal através do procedimento de Oaxaca. Com base nos resultados obtidos, este trabalho concluiu que: a) o crescimento do emprego terciário tem se dado pela expansão dos serviços tradicionais, intensivos de mão-de-obra pouco qualificada e com baixa remuneração; b) apesar da população ocupada no segmento formal do setor terciário receber um rendimento médio superior aos dos ocupados no segmento informal, a desigualdade salarial entre esses dois grupos diminuiu durante o período analisado; e c) mais de 70% desse diferencial salarial, tanto em nível nacional quanto regional, é atribuído às dotações dos indivíduos.

Palavras-chave: setor de serviços, informalidade, diferencial de salários.

Abstract

National macroeconomic scene, in the 1990's and beginning of the 2000's, was marked by deep transformations, as the introduction of technological and organizational innovations, economic opening, monetary stabilization, among others. However, in respect specifically to Brazilian labor market, we can point out the process of job sectorial reallocation, with the reduction of work ranks in agricultural and industrial sectors and the growth of worker number in formal or informal service sector. In the scope of Northeast region, we verified that, although it is the second region with the busiest population in Brazil, it is the one with the minor participation of signed card workers. From these considerations, present work's general goal was to analyze the wage differential between workers assigned to formal and informal service sector in the Northeast region, in the years of 1992 and 2005. Such analysis consisted, initially, on the study of tertiary job profile in Northeast region, passing, later, to wage differential analysis in this region. Using 1992 and 2005 PNAD microdata, we estimated wage equations to calculate income determinants for formal and informal service sector workers. After that, we performed wage differential decomposition between workers of formal and informal segments, through Oaxaca procedure. Based on the presented results, we concluded that: a) tertiary job growth has been given by the expansion of traditional, intensive low-qualified and low remunerated man power; b) although tertiary formal segment workers receive superior average incomes than informal segment ones, wage disparity between these two groups decreased during analyzed period; and c) more than 70% of this wage differential, both on national and regional levels, are attributed to individual endowments.

Keywords: service sector, informality, wage differential

Introdução

O processo de reestruturação produtiva¹ pelo qual passam as economias capitalistas gera uma série de transformações tecnológicas e mudanças no processo de trabalho, que afetam tanto os setores de bens materiais quanto os de bens imateriais.

Vale lembrar que o modelo de produção fordista, que entrara em crise ainda em meados dos anos 1960, era caracterizado pela produção em massa e em larga escala, pelo trabalho rotinizado e altamente especializado, e pela verticalização das firmas. Segundo Harvey (1998), tal modelo teria chegado à maturidade como regime de acumulação no pós-guerra, por meio da combinação da organização sindical dos trabalhadores (responsável pelo processo de barganha salarial), do Estado (que, através de políticas keynesianas, visava garantir um nível de emprego relativamente pleno e fornecer um complemento ao salário social) e do capital corporativo (encarregado pela geração de investimentos).

Contudo, a partir da década de 1970, observou-se o processo de reestruturação produtiva, marcado pela emergência de novos processos tecnológicos, pela adoção de novas formas de organização do trabalho e pela disseminação de novos hábitos de consumo e lazer. Realizado inicialmente nos países desenvolvidos, tal processo se disseminou gradativamente para as economias em desenvolvimento e seus impactos têm variado de acordo com a realidade de cada país, dependendo das opções no campo da política econômica, do poder dos sindicatos e da configuração dos parques produtivos (HARVEY, 1998; OLIVEIRA, 1998).

Assim, em meio ao contexto econômico atual, merece destaque o processo de terciarização² da economia. Embora, nas economias de capitalismo avançado, o

¹ Por reestruturação produtiva entende-se o processo de formação de um novo padrão industrial, que tem, como elemento chave, mudanças na base técnica da produção e nas relações de trabalho a partir do chamado sistema de produção flexível.

² Define-se a terciarização como sendo o aumento da importância do setor de serviços na economia, seja na geração de renda, seja como fonte de ocupação de mão-de-obra. Desse modo, cabe mencionar que a terceirização, por sua vez, refere-se à externalização de atividades que antes eram realizadas dentro da mesma firma.

crescimento do setor de serviços tenha sido observado no período pós-guerra, foi nos anos setenta que esse processo se intensificou e ficou mais evidente.

Deve-se notar que, enquanto, nas economias mais desenvolvidas, tem-se associado a expansão das atividades terciárias ao elevado estágio de desenvolvimento, com o crescimento de serviços modernos em que a relação capital/trabalho é alta, nos países economicamente atrasados, tal expansão, por sua vez, se deveu mais à dificuldade dos indivíduos de encontrarem emprego nos demais setores da economia, do que à modernização econômica (KON, 2006).

No Brasil, de acordo com vários autores (ROGGERO, 1998; KON, 1992), o processo de terciarização tem sido relacionado especialmente à dinâmica da atividade industrial e à urbanização. Nesse sentido, pode-se dizer que a saída da força de trabalho do campo para a cidade, ao promover a concentração de pessoas e atividades, aumenta a demanda por atividades terciárias, como transporte, por exemplo. Além disso, observa-se ainda que a força de trabalho não-qualificada vinda do campo é absorvida inicialmente pelo setor de serviços, permanecendo nele por certo tempo, para adquirir o preparo para assumir atividades que requisitam maior qualificação, deslocando-se eventualmente para o setor secundário (KON, 1992).

Na década de 1990, o cenário macroeconômico nacional foi marcado por profundas transformações, como a introdução de inovações tecnológicas e organizacionais, a abertura da economia, a estabilização monetária, os programas de privatizações, entre outras. Contudo, no que se refere especificamente ao mercado de trabalho, pode-se destacar a realocação setorial do emprego no Brasil, com a redução dos postos de trabalho nos setores agrícola e industrial e a grande concentração de trabalhadores no setor de serviços.

É importante ressaltar que, no caso do Brasil, como das economias menos avançadas, alguns estudos (KON, 2006, 1997; MELO, 1998) indicam que o processo de terciarização da economia tem se dado pela expansão dos serviços tradicionais, intensivos de mão-de-obra pouco qualificada e com baixa remuneração.

Além da expansão do emprego terciário, outro fato que merece atenção é o crescimento significativo da informalidade no mercado de trabalho brasileiro. Parte desse crescimento pode estar atrelada à mudança da composição setorial do emprego em decorrência da expansão do emprego no setor de serviços, que é mais intensivo em vínculos informais, e da retração do setor industrial, especialmente da indústria de

transformação, que contrata majoritariamente através do assalariamento com carteira assinada (RAMOS, 2002).

Segundo Kon (2006), como a absorção de mão-de-obra no mercado de trabalho não tem conseguido absorver o fluxo contínuo de pessoas que passam a fazer parte da oferta de trabalho, tem-se observado o crescimento do emprego em atividades do setor denominado informal, sendo uma parte considerável dessas atividades incluídas no setor de serviços.

Nesse contexto, se o fato de o crescimento do setor de serviços ter ocorrido principalmente em atividades com baixa relação capital/trabalho (caracterizadas pela baixa remuneração) já merece atenção, devido às suas conseqüências na distribuição de renda do país, isso ganha uma dimensão maior com o aumento de ocupados no setor de serviços informal, pois, além de não contribuírem para a previdência social, têm pouco ou nenhum acesso aos programas de apoio à renda e ao seguro-desemprego e enfrentam um grau de incerteza muito mais alto quanto à sua renda futura.

Não obstante ser a segunda região onde mais se observam as pessoas ocupadas no Brasil, perdendo apenas para o Sudeste, a região Nordeste é a que apresenta menor participação de ocupados com carteira assinada (KON, 2006). Em razão disso, um esforço em identificar o perfil do emprego terciário no Nordeste e em analisar a existência de desigualdade de rendimento entre os trabalhadores no setor de serviços formal e informal e os seus determinantes pode representar uma contribuição relevante para o conhecimento sobre esse tema.

Cabe destacar que, apesar da crescente importância do setor de serviços na economia nordestina como fonte de absorção de mão-de-obra, estudos a nível regional sobre esse setor ainda são poucos, se comparados à quantidade encontrada sobre os demais setores econômicos. Nesse sentido, faz-se necessária uma análise aprofundada, visando compreender a dinâmica atual e as tendências desse setor tão heterogêneo.

Diante dessas considerações, o objetivo geral do presente trabalho é analisar o diferencial salarial entre os trabalhadores empregados no setor de serviços formal e informal na região Nordeste, nos anos de 1992 e 2005.

Especificamente, o trabalho objetiva:

- Examinar as condições do mercado de trabalho no setor de serviços nordestino, comparando-as com as tendências observadas a nível nacional;
- Verificar se existe diferencial salarial entre o setor de serviços formal e informal na região Nordeste;

- Identificar, caso exista desigualdade salarial entre os trabalhadores empregados no setor de serviços formal e informal, quais são os determinantes desse diferencial.

A estratégia de abordagem do tema consistiu em estruturar o restante da dissertação da seguinte forma: o primeiro capítulo dedica-se à análise das mudanças recentes no mercado de trabalho, especialmente a partir da década de 1990, enfocando a expansão das atividades terciárias. Discute-se também a caracterização de um serviço tanto a nível de atividade quanto a nível setorial e apresentam-se algumas hipóteses sobre as causas do processo de terciarização. O segundo capítulo discute questões relativas à informalidade e às teorias de diferenciação salarial. No terceiro capítulo, são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados no presente trabalho. No capítulo 4, faz-se um panorama do comportamento do setor de serviços na economia brasileira e nordestina, buscando identificar, de forma comparativa, o perfil do emprego terciário. O capítulo 5 dedica-se à análise do diferencial salarial entre os trabalhadores empregados no setor de serviços formal e informal, no Brasil e no Nordeste. Por fim, são apresentadas as conclusões.

Capítulo 1

Reestruturação Produtiva e o Setor de Serviços

Os novos processos tecnológicos provocaram a substituição do antigo sistema de produção fordista por um novo sistema de produção, denominado flexível. O fordismo se apresentava ineficiente para atender às novas exigências do mercado. A produção flexível, por sua vez, possibilitou que as empresas se ajustassem mais rapidamente às flutuações da demanda e às incertezas do mercado.

Verifica-se, nesse contexto, a intensificação da concorrência mundial, visto que a introdução de novas tecnologias permitiu que as empresas realocassem suas unidades produtivas no cenário mundial. Desse modo, cada etapa do processo produtivo poderia ser realizada em diferentes localidades no mundo.

Essas transformações pelas quais vêm passando as economias mundiais têm se refletido no mercado de trabalho e, dentre suas implicações, pode-se destacar o processo de terciarização do produto e do emprego.

O presente capítulo analisa o impacto do processo de reestruturação produtiva no mercado de trabalho, enfocando seu papel na expansão das atividades terciárias. Em seguida, discute-se a questão da caracterização e da classificação dos serviços e apresentam-se algumas razões do processo de terciarização.

1.1 O impacto da reestruturação no mercado de trabalho

A partir da década de setenta, observou-se um processo de reestruturação produtiva, caracterizado pela introdução de inovações tecnológicas e por novas políticas de gestão do trabalho. Introduzido inicialmente em economias avançadas, tal processo se difundiu, gradativamente, para as menos desenvolvidas e seus impactos têm variado de acordo com a realidade de cada país, dependendo das opções no campo da política econômica, do poder dos sindicatos e da configuração dos parques produtivos.

De acordo com Harvey (1998), o processo de reestruturação produtiva pelo qual passam as economias mundiais baseia-se na flexibilização dos processos de trabalho, do mercado de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. No âmbito do processo de trabalho, observa-se que a flexibilidade se concretizou pela introdução de novas tecnologias (como a microeletrônica e a informática) que permitiu a programação de máquinas e equipamentos para a obtenção de uma produção variada e não mais inteiramente padronizada. Assim, uma empresa poderia orientar a sua produção conforme as flutuações da demanda e a instabilidade dos mercados (BENKO, 1996).

Nesse contexto, outra tendência notada com o emprego de novas tecnologias foi a redução do porte das empresas (desintegração vertical), que se tornaram mais especializadas com o intuito de conseguirem maior competitividade e produtividade. Dessa forma, as economias de escala, buscadas na produção fordista, foram sendo substituídas por economias de escopo. Por outro lado, observou-se a ampliação da subcontratação, na forma de terceirização, como alternativa para a redução de custos (KON, 1999; HARVEY, 1998).

Além da necessidade de se atender a um público que pedia produtos diferenciados, em pequenas quantidades, o acirramento da competição por novos mercados fez as empresas adotarem novos métodos de organização do trabalho. Dentre as inovações no interior da firma pode-se mencionar o plano de metas, o *just-in-time*, o *kanban* e os programas de qualidade total. Segundo Druck (1999), enquanto o *just-in-time* significa produzir no momento certo a quantidade demandada exata, com o mínimo de recursos possíveis, o *kanban*, por sua vez, é um sistema de informações dos vários estágios de produção e estoque, que permite às empresas trabalharem com estoque zero.

Na esfera do trabalho, por sua vez, a busca pela flexibilidade, de acordo com Benko (1996), dar-se-ia na organização do trabalho, como flexibilidade funcional, e no mercado de trabalho, como flexibilidade numérica.

Na flexibilidade funcional, as empresas modificariam as tarefas efetuadas por seus empregados em virtude de mudanças na demanda e na tecnologia. Nesse caso, a utilização de novos métodos de organização do trabalho exigiria o emprego de uma mão-de-obra mais qualificada, polivalente e comprometida com os resultados da empresa. Diante disso, para uma vertente de pesquisadores (AMADEO, 1998), a introdução de novas tecnologias teria melhorado a qualificação da mão-de-obra, visto o aumento da demanda, por parte das empresas, pela maior qualificação profissional.

Contudo, a visão acima não é consensual entre os pesquisadores. Há outra vertente (ANTUNES, 2002; POCHMANN, 2001), que afirma que a reestruturação produtiva estaria criando efeitos nocivos aos trabalhadores, aumentando as condições de exploração da força de trabalho, ao intensificar o conteúdo de trabalho durante o processo produtivo. Nesse contexto, o incremento da qualificação profissional não estaria associado à existência de requisitos adicionais no conteúdo dos postos de trabalho, mas sim à grande oferta de mão-de-obra, que faria que trabalhadores qualificados aceitassem empregos com baixa remuneração e que exigem menor escolaridade.

Já na flexibilidade numérica, por sua vez, as empresas ajustariam com facilidade e rapidez o número de empregados e o nível de salários, para enfrentarem as flutuações na demanda. Convém salientar que vários estudos que analisam o impacto da reestruturação no mercado de trabalho (HARVEY, 1998) mostram que essa forma de flexibilidade tem promovido a redução dos empregos estáveis nas empresas, em favor do aumento do uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado. Dessa forma, percebe-se que a busca das empresas por maior flexibilidade foi completada pela menor intervenção do Estado na regulamentação das relações trabalhistas, o que tornou possível às empresas imporem contratos e jornadas de trabalho mais flexíveis.

Além disso, as transformações ocorridas nas relações de trabalho, associadas à introdução de novos processos tecnológicos, ao aumentarem a fragmentação no interior da classe trabalhadora, enfraqueceram o poder dos sindicatos, o que, por sua vez, deu maior liberdade às empresas para regularem as condições de uso e remuneração da força de trabalho (ANTUNES, 2002).

Em meio às mudanças ocorridas no mercado de trabalho relacionadas à reestruturação produtiva, uma tendência que tem chamado a atenção de pesquisadores é a redução dos postos de trabalho nos setores agrícola e industrial, e sua expansão no setor de serviços. Desse modo, a introdução e a difusão de novas tecnologias teriam intensificado o crescimento do setor de serviços, já verificado nos países desenvolvidos no período pós-guerra (KON, 2006,1996; HARVEY, 1998).

Pode-se ver, pela Tabela 1, uma redução da participação relativa dos empregos nos setores agrícola e industrial e um aumento da importância do setor de serviços tanto em países desenvolvidos, como EUA e Alemanha, quanto nos denominados em desenvolvimento, como Brasil e México.

Tabela 1: Distribuição percentual da força de trabalho por setores. E.U.A, Reino Unido, Japão, México, Alemanha e Brasil

Ano	Participação (%)			
	Agropecuário	Indústria	Serviços	Total
E.U.A				
1980	3,55	30,76	65,69	100
1990	2,86	26,45	70,70	100
2000	2,56	23,18	74,26	100
2004	1,60	20,80	77,60	100
Reino Unido				
1980	2,58	37,22	60,20	100
1990	2,13	32,29	65,58	100
2000	1,53	25,32	73,15	100
2004	1,27	22,16	76,56	100
Japão				
1980	10,42	35,34	54,24	100
1990	7,22	34,07	58,71	100
2000	5,06	31,23	63,71	100
2004	4,52	28,40	67,08	100
México				
1991	26,82	23,08	50,10	100
2000	18,05	26,75	55,20	100
2004	16,40	24,82	58,78	100
Alemanha				
1991	4,21	40,25	55,54	100
2000	2,70	33,06	64,24	100
2004	2,33	30,81	66,86	100
Brasil				
1980	29,95	25,48	44,56	100
1991	22,71	23,60	53,69	100
2000	18,70	21,44	59,86	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da OIT e dos Censos demográficos de 1980, 1991 e 2000 publicados pelo IBGE.

1.2 O setor de serviços

Paralelamente à necessidade de compreender a dinâmica dos serviços, a questão da caracterização e da classificação torna-se primordial para a análise da importância desse setor para a economia. Segundo Kon (1999), o processo de reestruturação produtiva estaria provocando transformações na natureza e no papel das atividades de serviços, que tornam as visões tradicionalmente aceitas dessas atividades inadequadas para explicar a dinâmica das transformações ocorridas na realidade econômica.

Nesse sentido, observa-se que, apesar de ser um problema antigo, a definição de serviços é algo que ainda permanece em aberto no debate atual, mantendo indefinida qual seria a diferença entre produção industrial e atividade de serviços, como, por exemplo, no caso de um médico que trabalha em uma empresa manufatureira e outro que trabalha em seu próprio consultório (ORBAN, 2005; MONTAGNER, 1999).

Segundo Meirelles (2006), pode-se dividir a visão contemporânea a respeito das características dos serviços de forma a classificá-los em duas vertentes. Enquanto, em uma vertente, a análise está centrada nas características da oferta (do processo de produção e do produto gerado), na outra, por seu turno, a análise se concentra nas características de consumo, relativas às funções desempenhadas pelos serviços e ao público a que se destinam.

Na análise centrada na oferta, os serviços são diferenciados das demais atividades econômicas a partir das características fluxo, variedade e uso intenso de recursos humanos. O fluxo representa as propriedades de simultaneidade (os serviços são intangíveis e perecíveis) e de continuidade dos serviços (o serviço seria um ato contínuo no tempo e no espaço). A variedade reflete a diversidade de técnicas produtivas e as diferenças no tamanho e na margem de lucro das empresas prestadoras de serviço. Já o uso intensivo de recursos humanos se refere ao fato de que, apesar da crescente introdução de novos processos tecnológicos, o trabalho representa o fator predominante no processo de prestação de serviços (MEIRELLES, 2006).

Sendo assim, entende-se que, nos serviços, o produto (resultado) é consumido simultaneamente com a produção (por exemplo, o tratamento médico), há alto contato entre produtor e consumidor, dado que geralmente o consumidor participa do processo de produção do serviço (como na aula de ginástica) e que, apesar de difícil, é possível a padronização (ORBAN, 2005; JORGE, 2000).

A dificuldade de padronização se refere ao fato dos serviços não seguirem um padrão rígido, pois se amoldam à demanda momentânea do consumidor. Segundo Jorge (2000), como os serviços, além de serem intangíveis e perecíveis, não podem na maior parte das vezes serem padronizados, dificultam-se a mensuração e a precificação dos seus produtos (resultados), e aumenta-se a necessidade de adaptar a sua oferta ao perfil do consumidor.

Gadrey (*apud* JORGE, 2000, p.11) salienta que “quando um serviço é provido surge não um, mas dois produtos”: os produtos direto e indireto. O produto direto é o

resultado imediato da provisão, diz respeito à natureza e à quantidade dos serviços ofertados/consumidos. O produto indireto é o resultado mediato da ação, consiste no conjunto de efeitos produzidos sobre o receptor que são difusos no tempo.

Desse modo, o produto imediato de uma peça de teatro se esgota no momento em que essa se encerra, mas seus efeitos permanecerão sobre os espectadores por algum tempo, variando de acordo com cada um. Como o produto indireto irá diferir de indivíduo para indivíduo, a mensuração dele será complexa. Portanto, pode-se concluir que o produto indireto é estocável, conseqüentemente, não perecível, embora muitas vezes intangível³.

No que se refere à vertente focada nas características da demanda, a dinâmica do setor de serviços iria variar de acordo com a função desempenhada pelo serviço e o tipo de consumidor a quem seria destinado (MEIRELLES, 2006).

Dada a dificuldade de conceituação dos serviços, pode-se verificar que foram levados em consideração, ao longo dos tempos, os seguintes critérios para classificar o setor de serviços: produção, função, destino, utilização de conhecimento/informação ou conjugação destes critérios (JORGE, 2000).

Quanto à produção, cabe salientar que o setor de serviços só se tornou objeto de consideração da análise econômica nas primeiras décadas do século XX. Como, até então, os serviços eram vistos como atividades de pouca relevância, apenas as atividades ligadas aos setores agropecuário e manufatureiro eram analisadas pelos economistas.

Desse modo, Fisher, em 1935, foi o primeiro que analisou o conjunto dos serviços como um setor, ao denominar os setores econômicos como primário, secundário e terciário, referentes respectivamente às atividades agrícola e de mineração, à manufatureira e aos serviços (KON, 1999).

Clark, em 1940, manteve a terminologia usada por Fisher, porém adotou o conceito de residual para as atividades terciárias. Desse modo, de acordo com Roggero (1998, p. 9), o “terciário era definido por exclusão, ou seja, as atividades terciárias correspondiam a qualquer atividade não pertencente ao circuito de produção de bens”.

É importante destacar que, dentre os critérios usados para a classificação do setor de serviços, o mais utilizado mundialmente é aquele que se refere à produção, como no caso da ISIC. Entretanto, esse tipo de classificação pode conduzir a diferenças sem sentido

³ Quanto às características de intangibilidade e perecibilidade, vale citar que há produtos que são tangíveis e perecíveis, como os alimentos, assim como existem produtos que, apesar de duradouros, são intangíveis, como o conhecimento adquirido em um curso.

entre atividades que são essencialmente iguais, situação de indivíduos que fazem atividades idênticas mas trabalham em lugares diferentes. Pode-se citar o exemplo de um encarregado de estoques, que faz parte do setor secundário se trabalha em uma empresa manufatureira, e integra o setor terciário se trabalha em um supermercado (ORBAN, 2005; JORGE, 2000).

Portanto, o uso da classificação focada na produção induz a uma série de equívocos quanto às características essenciais dos serviços, que, segundo Meirelles (2006, p. 127), dificulta “a classificação destas atividades na sua crescente diversificação e abrangência, de modo a incorporar as mudanças no processo de produção e as mais modernas funções dos serviços no âmbito da dinâmica econômica contemporânea”.

No que diz respeito ao critério função, observa-se que os serviços são classificados conforme a função desempenhada por eles. Dentre as várias classificações baseadas na função, destaca-se a de Browning e Singelman (*apud* KON, 1999), que divide o setor de serviços em quatro categorias: serviços sociais, pessoais, produtivos e distributivos. Os serviços sociais são aqueles relacionados ao consumo coletivo, como saúde, educação, administração pública. Já os serviços pessoais destinam-se ao consumo final individual, como alojamento, alimentação, higiene pessoal, lazer. Os serviços produtivos, por sua vez, são aqueles demandados por empresas no decorrer de seu processo produtivo, como os serviços bancários, financeiros, seguros, imobiliários, de arquitetura e engenharia, auditoria, contabilidade. Por fim, os serviços distributivos são os efetuados pelas empresas após o término do processo produtivo, como transporte, comércio, comunicações, armazenamento (KON, 1999).

Melo (1997, p. 4) enfatiza que a busca pela classificação proposta por Browning e Singelman foi provocada pela revolução microeletrônica, “que atenuou as fronteiras entre as atividades de serviços e as demais”.

Outra forma de definição do serviço diz respeito ao destino de seu uso. Segundo essa classificação, os serviços são divididos entre o consumidor final e a produção de outros bens ou serviços. Tal critério ainda permite dividir os serviços voltados ao consumidor final em individual e coletivo.

O último critério refere-se ao nível de informação/conhecimento existente nas atividades terciárias. Desse modo, o nível de especialização da atividade ou de seu provedor fornece uma alternativa de classificação. Esse tipo de classificação leva em conta a concepção de sociedade pós-industrial, baseada na manipulação da informação.

1.3 A expansão do emprego terciário e as suas hipóteses

De acordo com Almeida (1973), para alguns autores, baseados na teoria dos estágios de desenvolvimento de Rostow⁴, a expansão do setor de serviços verificada nas economias (desenvolvidas ou não) é um indício que essas economias estariam se encaminhando para uma “sociedade pós-industrial”. Dentre as explicações existentes para a terciarização, essa é mais tradicional e reside no argumento de que, como o setor de serviços seria composto por bens superiores (ou seja, possuem elasticidades-renda da demanda maior do que 1), o crescimento da renda implicaria em aumento mais do que proporcional do consumo de serviços.

Esta explicação apoia-se na Lei de Engel, de acordo com a qual, à medida que a renda familiar aumenta, a proporção das despesas com alimentação diminuem e aumentam os gastos, inicialmente com bens duráveis e, posteriormente, com serviços, conforme surjam novas necessidades e gostos.

Para Brandão e Ferreira (1992, p.16), essa formulação contém três argumentos chaves:

- a) a renda média das famílias elevou-se em consequência do aumento da produtividade do setor secundário;
- b) a elevação da renda provocou uma saturação da demanda por bens de consumo e seu deslocamento para os serviços;
- c) o crescimento da demanda por serviços, associado ao uso mais intenso de mão-de-obra característico deste setor, resultou na elevação persistente do emprego em serviços.

Entretanto, fica evidente que, mesmo que o aumento da renda gere o surgimento de novas necessidades superiores, como diz a Lei de Engel, apenas essa explicação é insuficiente para explicar o processo de terciarização, visto que, como menciona Brandão e Ferreira (1992, p.17), “uma mesma necessidade poderia ser satisfeita por um bem ou um serviço, sendo que a escolha do consumidor é balizada pela relação entre seus respectivos preços”.

Para justificar a relação direta entre crescimento do setor de serviços e da renda, advinda da saciedade das necessidades superiores, Maslow (1970) formulou a sua teoria da motivação humana. De acordo com essa teoria, cada indivíduo tem uma hierarquia de

⁴ Para Rostow, após a economia ter atingido certo grau de complexidade no setor industrial, as atividades terciárias tenderiam a se tornar relativamente mais importantes. A intensificação da importância do setor de serviços se daria nos últimos estágios de desenvolvimento: elevado consumo em massa e pós-consumo.

necessidades, na qual as de nível mais baixo devem ser satisfeitas antes das de nível mais alto. Tais necessidades podem ser classificadas em cinco grupos, partindo do nível mais baixo para o mais alto: fisiológicas (fome, sede), de segurança, de participação de um coletivo/amor, de estima/respeito e de auto-realização.

Jorge (2000) afirma que, à medida que os indivíduos caminham do grupo de necessidades fisiológicas para o de auto-realização, passa a predominar a demanda por serviços.

Portanto, para os adeptos desta corrente, o processo de terciarização é visto como um rumo natural de todo o processo de desenvolvimento. Todavia, faz-se necessário comentar que o crescimento do setor de serviços em economias menos desenvolvidas não sinaliza que elas estejam alcançando estágios de desenvolvimento compatíveis com os observados nas economias avançadas.

Para outros autores, o processo de terciarização da economia poderia estar atrelado ao diferencial de produtividade entre os setores industrial e serviços. Dado que o crescimento da produtividade dos serviços seria inferior ao da produção manufatureira, um aumento homogêneo da demanda na economia promoveria o crescimento do emprego no setor de serviços, que teria de contratar mais, em virtude da defasagem de produtividade.

Contudo, é necessário salientar que o setor de serviços é composto por atividades bastante heterogêneas. De maneira geral, as atividades terciárias são tidas como trabalho-intensivas, ou seja, são baseadas especialmente em mão-de-obra e utilizam pouco capital. Entretanto, com o processo de reestruturação produtiva, alguns segmentos do setor de serviços tornaram-se capital-intensivos, como, por exemplo, telecomunicações e intermediação financeira. Dessa forma, embora o setor de serviços seja, de modo geral, trabalho-intensivo e, por isso, apresente menores ganhos de produtividade, o raciocínio do diferencial de produtividade não se aplica a todo o terciário.

De acordo com Melo (1998), a existência de um padrão homogêneo de reajustes salariais, aliado ao diferencial de produtividade entre os setores econômicos, implicaria na elevação dos preços do setor de serviços, que possuiria menor produtividade. Tal elevação teria como conseqüências a substituição de serviços pessoais por auto-serviços, por exemplo, a substituição da lavanderia por máquinas de lavar, e a crise fiscal. A segunda conseqüência refere-se ao papel do Estado como prestador de serviços. O aumento salarial dos funcionários públicos tornaria a prestação de serviços mais cara, gerando problemas de financiamento público.

Por outro lado, pode-se atribuir parte da expansão dos serviços ao crescimento da demanda por serviços ao produtor, gerado pela introdução de novos processos tecnológicos. Desse modo, é necessário notar que a adoção de métodos de produção flexível, associada aos processos de concentração e centralização de capital, aumentou a necessidade da criação de uma rede de empresas de serviços auxiliares.

Nesse contexto, cabe destacar a expansão da exportação de serviços (financeiros, consultoria, auditoria, entre outros) e o incremento de sua participação no investimento estrangeiro direto, no caso específico do Brasil, especialmente nas atividades de telecomunicações e intermediação financeira (ALMEIDA, 2000).

Além disso, pode-se mencionar também a prática da terceirização por parte das empresas, como alternativa para a redução de custos. Tal prática abrange tanto serviços modernos, que utilizam mão-de-obra qualificada, quanto serviços tradicionais que empregam mão-de-obra semi-qualificada. Todavia, a terceirização não representa uma boa justificativa para a expansão do setor de serviços, pois ela não gera efeito quantitativo sobre o emprego total, apenas deslocamento setorial.

Diante disso, faz-se necessário observar que o crescimento da importância dos serviços nas economias capitalistas pode estar menos relacionado ao processo de terceirização e mais ao aumento da interdependência da produção de bens e serviços, criado pelas novas exigências industriais. Para Melo (1998, p. 4), “o uso de novas tecnologias vem exigindo o aparecimento de novos serviços e fazendo de muitos deles insumos fundamentais para os demais setores econômicos, particularmente para a indústria”. Verifica-se, portanto, que as fronteiras entre os setores econômicos estão se tornando tênues.

Assim, fica evidenciado que, nas economias mais desenvolvidas, as atividades terciárias que ganharam maior importância na estrutura ocupacional foram aquelas associadas às mudanças no paradigma técnico-produtivo, que exigem uma mão-de-obra com maior qualificação profissional.

No caso das economias economicamente atrasadas, como a do Brasil, o crescimento do setor de serviços na geração do produto e do emprego tem sido compreendido como resultante do quadro de deficiência e atraso dos demais setores econômicos. Portanto, nessas economias, em virtude da incapacidade dos setores agrícola e industrial de absorverem mão-de-obra, cabe ao setor de serviços assumir o papel de

absorvedor dos trabalhadores expulsos dos demais setores econômicos (POCHMANN, 2001; DEDECCA e MONTAGNER, 1992).

Em virtude de ganhos de produtividade no setor agrícola e da busca de maiores rendimentos nas cidades, os trabalhadores ocupados nesse setor abandonariam o campo. Essa força de trabalho não-qualificada vinda do campo é absorvida inicialmente pelo setor de serviços, permanecendo nele por certo tempo, para adquirir o preparo para assumir atividades que requisitam maior qualificação, deslocando-se eventualmente para o setor secundário. O resultado desse processo é o inchamento do setor de serviços urbano, verificado nos países da América Latina no Pós-Guerra (DEDECCA e MONTAGNER, 1992). A mão-de-obra que permanece no setor terciário acaba trabalhando em serviços tradicionais, intensivos de mão-de-obra pouco qualificada e com baixa remuneração, e em pequenas e médias empresas de base familiar.

Deve-se mencionar ainda que, com o processo de reestruturação produtiva, além do excedente de trabalho no setor agropecuário, observa-se também a redução do emprego na indústria. Diante disso, Kon (2006, p. 3) ressalta que, nos países economicamente atrasados, como a absorção de mão-de-obra no mercado de trabalho urbano não tem conseguido absorver o fluxo contínuo de pessoas que passam a fazer parte da oferta de trabalho, tem-se observado o crescimento do emprego em atividades do setor denominado informal, sendo uma parte considerável dessas atividades direcionadas para o setor de serviços. “Assim, em países menos avançados a capacidade de absorção do setor informal de serviços é muito menos uma função da capitalização do setor do que a capacidade da área urbana de fornecer subsistência a trabalhadores do serviço doméstico”.

Tendo como pano de fundo essa discussão sobre o setor de serviços, o próximo capítulo tratará da questão da informalidade sob a ótica da segmentação no mercado de trabalho.

Capítulo 2

Informalidade e Diferenciação Salarial no Mercado de Trabalho

A teoria econômica dominante considera que os fatores de produção são homogêneos e, sendo assim, as decisões combinadas de demandantes e ofertantes de trabalho em um mercado competitivo determinariam o nível de emprego e o salário de equilíbrio.

Entretanto, diante da crescente desigualdade salarial verificada em países desenvolvidos ou não, essa interpretação ortodoxa do mercado de trabalho tem sido alvo de várias críticas. Buscando caminhos alternativos para explicar a determinação de salários que melhor contemplassem a realidade econômica, surgiram várias contribuições, dentre as quais se destacam as teorias do capital humano e da segmentação, sendo que, nessa última, pode-se ressaltar a da informalidade.

Desse modo, verifica-se que a questão da informalidade, principalmente nas economias menos desenvolvidas, passou a ser analisada no contexto da teoria da segmentação. Esses são os temas de que se trata o presente capítulo.

2.1 Teorias sobre o diferencial salarial

Na literatura empírica relativa à informalidade no mercado de trabalho um dos temas mais discutidos é a existência de desigualdades salariais entre trabalhadores formais e informais. Essa questão da dispersão ou diferenciação de salários tem sido alvo de uma série de debates na teoria econômica ao longo dos anos, o que culminou no surgimento de vários enfoques teóricos que explicariam esses diferenciais.

Dentro da teoria econômica, sempre houve uma preocupação com a determinação do preço dos produtos, mais especificamente sobre a forma como eles são determinados. Para os neoclássicos, como qualquer mercadoria, o preço do serviço da mão-de-obra, isto

é, o salário, era determinado pelo livre jogo de oferta e demanda de trabalho (LIMA, 1980).

Assim sendo, em um mercado de trabalho competitivo, as decisões combinadas dos agentes (trabalhadores e empregadores), atuando de forma racional, determinariam o nível de emprego e salário de equilíbrio desse mercado. Do lado da demanda por trabalho, como o objetivo dos empregadores é maximizar o lucro, suas decisões se referem a qual quantidade de trabalho eles vão demandar de modo a maximizar o seu lucro. Já do lado da oferta de trabalho, as decisões dos trabalhadores se referem a qual quantidade de tempo eles querem ofertar à atividade no mercado de trabalho. Essas decisões dos trabalhadores fazem parte do desejo deles de maximizarem sua utilidade, que depende da renda (adquirida se trabalhar) e do tempo de lazer.

Utilizando os pressupostos de homogeneidade da mão-de-obra e de que os trabalhadores são livres para entrar ou sair dos postos a que estão aptos, a teoria neoclássica diz que indivíduos igualmente produtivos recebem idêntica remuneração.

Entretanto, como nem sempre esses pressupostos são encontrados no mercado de trabalho, o que se observa no cotidiano dos países é a ocorrência de disparidades salariais nesse mercado. Segundo Lima (1980), essa disparidade era explicada pelos economistas neoclássicos simplesmente pela existência de mão-de-obra de diferentes qualidades, o que reduziria, assim, uma questão extremamente complexa ao mero encontro das curvas de oferta e demanda por trabalho.

Diante da crescente desigualdade salarial verificada em países desenvolvidos ou não, essa interpretação ortodoxa do mercado de trabalho tem sido alvo de várias críticas e novas abordagens teóricas surgiram para explicá-las.

Por volta da década de 1960⁵, surge a teoria do capital humano, que não representa evidentemente uma ruptura com a visão neoclássica sobre o mercado de trabalho, visto que, em ambas, o salário é função da produtividade. O conceito de capital humano refere-se a todas as características das pessoas que influenciam na sua produtividade, em particular, na sua capacidade de “saber-fazer”.

Segundo Coelho e Corseuil (2002, p. 2), embora a teoria do capital humano não especifique claramente que características são essas, que determinam o estoque de capital humano, é hábito entre os economistas representá-las como sendo o nível de escolaridade e

⁵ Cabe mencionar que, no pós-guerra, os institucionalistas sugeriram caminhos alternativos para as questões do mercado de trabalho.

o tempo de experiência. Esses autores destacam ainda que, enquanto o tempo de experiência pode ser dividido em experiência no emprego atual ou experiência de trabalho (qualquer que seja a atividade desenvolvida), a escolaridade, por sua vez, pode compreender, além dela mesma, qualquer tipo de treinamento.

A argumentação da teoria do capital humano é que, ao adquirir mais capital humano (educação e experiência), um indivíduo ganha conhecimento e desenvolve sua capacidade de raciocínio e o seu nível de qualificação, o que lhe permite realizar tarefas de forma mais eficiente e produtiva. Então, à medida que o aumento da educação ou da experiência do trabalhador torna-o mais produtivo, sua remuneração se eleva.

Desse modo, trabalhadores com quantidades de capital humano (educação, experiência e treinamento) distintas, por serem diferentemente produtivos, recebem remunerações diferenciadas. Além disso, determinados postos de trabalho somente seriam alcançados por indivíduos com determinado nível educacional ou de experiência, que receberiam maior salário, por possuírem maior capital humano (GOMES FILHO; CORREIA, 1997).

Portanto, a decisão de adquirir educação e treinamento é vista como um investimento, no qual são levados em consideração os gastos e o retorno dessa aquisição. Assim sendo, por exemplo, um homem pararia de investir em si mesmo apenas quando os gastos com educação se tornassem mais altos do que a taxa de rendimento em relação aos ganhos totais educacionais (LIMA, 1980).

Contudo, um dos pontos fracos da teoria do capital humano é a superestimação da importância da educação no crescimento econômico dos países. Para Lima (1980), esse fato, aliado a outras hipóteses dessa teoria, impedia que fossem apontadas as causas mais apropriadas das disparidades nas rendas individuais. Ainda segundo esse autor, é um erro supor que as pessoas tenham liberdade para escolher a quantidade de educação a ser adquirida, visto que é difícil que elas possam permanecer na escola até o momento em que o retorno de um ano a mais na escola fosse superior ao de um investimento alternativo.

No final dos anos 1960 e início da década 1970, apesar das críticas contra a teoria do capital humano, não se tinha uma teoria alternativa. Os trabalhos dessa época tratavam apenas de corrigir alguns pontos mais frágeis ou de examinar certas premissas dessa teoria.

Entretanto, a partir de meados do decênio de 1970, ganharam destaque vários estudos que tinham em comum a visão de que o mercado de trabalho pode apresentar barreiras à mobilidade social e que estas não são reflexos apenas de diferentes níveis de

conhecimento e habilidades por parte da mão-de-obra (GOMES FILHO; CORREIA, 1997; LIMA, 1980). Tais estudos, apesar de incorporarem diferentes pontos de vista, podem ser classificados em uma única abordagem, denominada de teoria da segmentação do mercado de trabalho ou teoria do mercado de trabalho dual.

Para a teoria da segmentação, o mercado de trabalho se divide em dois segmentos diferenciados denominados de mercados primário e secundário. O mercado primário, onde estão os bons trabalhos, pode ser caracterizado por: i) postos de trabalhos estáveis; ii) salários relativamente altos e crescentes; iii) perspectivas de treinamento e de promoção; iv) uso de tecnologias intensivas em capital relativamente avançadas; e, em muitos casos, v) presença de sindicatos fortes. Por outro lado, no mercado secundário, onde estão os trabalhos “ruins”, i) o emprego é instável e há alta rotatividade de trabalhadores; ii) os salários são baixos e relativamente estagnantes; iii) não existe ou é relativamente baixa a perspectiva de promoção; iv) a tecnologia utilizada é intensiva em trabalho; e v) os sindicatos são ausentes (McCONNELL; BRUE, 1989).

Cabe destacar que, no mercado primário, acréscimos na educação e na experiência resultam em maiores salários, ao passo que, no mercado secundário, não se verifica essa relação tão intensamente.

O mercado de trabalho primário pode ser dividido ainda em dois tipos, o primário independente e o primário subordinado. O primário independente é formado por indivíduos ocupados em trabalhos mais criativos, que exigem capacidade elevada de discernimento, tais como os da alta gerência. Gomes Filho e Correia (1997, p. 803) destacam que “atualmente devido às novas tecnologias, principalmente a sofisticação das telecomunicações, alguns destes trabalhadores não são obrigados a dar expediente nas empresas, formando a classe dos ‘teletrabalhadores’”. Já o primário subordinado é constituído por pessoas alocadas em trabalhos rotinizados, que necessitam de pouca criatividade, de obediência e de adequação às normas estabelecidas, sendo necessária a constante presença no local de trabalho (GOMES FILHO; CORREIA, 1997).

Na literatura sobre segmentação no mercado de trabalho, foram desenvolvidas linhas de pensamento distintas sobre as causas da segmentação no mercado de trabalho, que são antes complementares que concorrentes (LIMA, 1980).

Essas linhas de pensamento estão divididas em três correntes principais. A primeira, e também pioneira, que teve como principais representantes Doeringer e Piore, atribui a segmentação ao desenvolvimento tecnológico, à estrutura de mercado e aos

hábitos e padrões de comportamento desenvolvidos pelos trabalhadores nos mercados primário e secundário.

Os empregadores ofertam empregos com diferentes condições internas de trabalho (treinamento, salário, estabilidade, etc) de acordo com as distintas condições de mercado que as suas empresas enfrentam. Sendo assim, firmas que operam em um mercado em que a demanda é estável oferecem boas condições internas de trabalho, ao passo que as empresas que possuem uma demanda instável ofertam empregos instáveis, alterando tanto a quantidade como a composição da mão-de-obra de acordo com as flutuações da demanda.

Como os indivíduos desenvolvem hábitos e padrões de comportamento que os moldam para trabalhos no mercado primário ou no secundário, são criadas barreiras para que os trabalhadores passem de um mercado para o outro. Então, uma pessoa que uma vez realizou um trabalho no mercado secundário teria dificuldade de ingressar no mercado primário. Trabalhadores do mercado secundário são frequentemente considerados como trabalhadores “inferiores”, que, por terem adquirido hábitos de comportamento ruins, não são empregados desejáveis para os empregadores do mercado primário formal.

Portanto, segundo essa primeira corrente da teoria da segmentação, as características pessoais, como raça, sexo, anos de escolaridade, experiência no emprego e na firma e os hábitos e os padrões de comportamento desenvolvidos pelos trabalhadores determinam o tipo de trabalho em que eles serão alocados.

Para a segunda corrente, que teve como principais representantes Bluestone, Harrison e Vietoriz, a segmentação está mais ligada às características da demanda de mão-de-obra. Para Lima (1980, p. 239), essa corrente “procura deixar de lado a preocupação com os defeitos dos trabalhadores do secundário para dar mais atenção aos defeitos do sistema de mercado, que cerceia os mais pobres na realização de suas potencialidades”.

Desse modo, o dualismo tecnológico, resultante da concentração capitalista, intensifica a segmentação no mercado de trabalho. Tal dualismo refere-se à divisão da economia em um centro oligopolizado, constituído por empresas intensivas em capital, com alta produtividade e grandes lucros, que atuam em mercados monopolizados, e uma periferia competitiva, formada por empresas pequenas, intensivas em trabalho, com baixa produtividade e lucratividade, que atuam em mercados competitivos (LIMA, 1980).

As firmas do centro, por atuarem em mercados monopolistas, adquirem grandes lucros, o que lhes permitem investir na inovação tecnológica, nas estruturas administrativas ligadas à seleção-promoção dos empregados e no capital humano deles. Gomes Filho e Correia (1997, p. 803) enfatizam que a alta produtividade da mão-de-obra das firmas do centro deve ser vista como uma qualidade inerente ao posto de trabalho mais do que ao trabalhador. Se os trabalhadores da periferia usassem os mesmos equipamentos que os dos trabalhadores do centro, veriam a sua produtividade diminuir significativamente.

A terceira corrente da teoria dual, por sua vez, que teve entre seus representantes Reich, Marglin, Gintis, Weiss e Gordon, associa a segmentação do mercado de trabalho à existência de diferentes classes sociais. Segundo essa corrente, a dicotomização da estrutura industrial, resultante do desenvolvimento do sistema capitalista, intensificou as diferenças na força de trabalho, construindo, assim, barreiras à mobilidade entre as ocupações do mercado primário e secundário (LIMA, 1980).

Portanto, na teoria dual do mercado de trabalho, a questão da disparidade de salários é pela locação dos trabalhadores entre os segmentos primário e secundário do mercado de trabalho (LIMA, 1980). Nesse sentido, ela mostra que trabalhadores com os mesmos atributos (pessoais) receberiam salários distintos, em função de aspectos institucionais, como sua posição na ocupação, com ou sem carteira de trabalho, e a existência ou não de sindicatos. As diferenças salariais poderiam advir também de características particulares da firma ou indústria na qual o trabalhador está empregado, tais como o tipo de estrutura de mercado oligopolizado ou concorrencial, assim como o tamanho, a origem do capital e a tecnologia utilizados pela firma em que trabalha.

2.2 Breve revisão sobre informalidade

O processo de industrialização nos países de economia periférica, no pós-guerra, teve como resultado a reprodução de uma estrutura produtiva heterogênea, caracterizada pela convivência de formas modernas de produção com formas atrasadas. O argumento básico para justificar os esforços desenvolvimentistas, nesses países, era de que o crescimento industrial e a modernização da agricultura eram tidos como elementos fundamentais para a homogeneização das estruturas produtivas e sociais. Postulava-se que, com o processo de industrialização, as economias periféricas alcançariam os mesmos

resultados daquelas que se industrializaram no século XIX (BRAGA, 2006; DEDECCA E MONTAGNER, 1992).

Apesar desses esforços, o que se configurou, entretanto, foi uma sociedade marcada por profunda heterogeneidade estrutural, que manteve parte considerável de sua população à margem do emprego nos segmentos modernos da economia. Desse modo, já a partir dos anos 1960, procurou-se compreender mais intensamente o fenômeno da exclusão. Segundo Braga (2006, p. 3), a hipótese central “era de que o processo de desenvolvimento capitalista implica a existência de excedentes permanentes de população, e, portanto, incapazes de serem submetidos a exploração capitalista em mercados organizados”.

Buscando propor estudos sobre estratégias de desenvolvimento econômico que possibilitassem a criação de empregos nos países de economia atrasada, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) promoveu o Programa Mundial do Emprego (PME), que se concretizou em 1969, com o envio de especialistas para analisar a natureza e a extensão dos problemas de emprego nesses países.

Logo no primeiro estudo da OIT (o relatório sobre a estrutura produtiva, o emprego e a renda do Quênia, elaborado por Hart, em 1972), surge o conceito de setor informal, referindo-se a formas de organização da produção na qual a unidade de análise é o estabelecimento produtivo. Diante disso, ao longo dos estudos da OIT, o exame da realidade econômica de um país passa a ser feito dividindo a economia em dois setores diferenciados, o formal e o informal, em contraposição à antiga terminologia de segmentos moderno e atrasado. Cabe destacar que os critérios de classificação dos setores formal e informal constituíam-se no emprego assalariado e na auto-ocupação, respectivamente (BRAGA, 2006).

Outro aspecto relevante é que, nos primeiros trabalhos da OIT, a questão da informalidade é tratada apenas como um eufemismo para a pobreza. Além disso, a definição do setor informal tinha um caráter residual, correspondendo a qualquer atividade diferente das desenvolvidas no setor formal.

Essa amplitude do conceito de setor informal, ao dificultar sua operacionalização, fez com que diferentes estudos delimitassem esse setor a partir de elementos os mais diversos possíveis, como renda, produtividade, tamanho da empresa, entre outros, causando imprecisão na definição do objeto de estudo (BRAGA, 2006).

Para Tokman (2001), a contribuição desse conceito consistiu em chamar a atenção acerca de que, nos países menos desenvolvidos, o problema de emprego pode se concentrar

menos nos desempregados, e mais naqueles que estão ocupados recebendo um rendimento insuficiente, ou seja, trabalhadores pobres que desenvolvem atividades de baixa produtividade, mas que são importantes para o funcionamento do resto da economia.

Na América Latina, a questão da informalidade aparece no início dos anos 1970, nos trabalhos do Programa Regional de Emprego para América Latina e o Caribe (PREALC), que fazia parte do PME. No que se refere aos trabalhos do PREALC, a questão da falta de emprego nos países latino-americanos, além de ter sido relacionada às premissas apresentadas nos trabalhos iniciais da OIT, refere-se também ao fortalecimento do setor informal urbano como alternativa para a alocação do excedente de mão-de-obra (BRAGA, 2006).

Segundo essa abordagem, a informalidade está relacionada à lógica da sobrevivência, onde o setor informal é consequência da pressão do excedente de mão-de-obra no mercado de trabalho, resultante do elevado crescimento populacional. Desse modo, o fluxo contínuo de indivíduos do campo para a cidade provoca o aumento da força de trabalho urbana acima da capacidade de absorção dos segmentos modernos de atividade. Na ausência de mecanismos que garantam uma renda mínima, como o seguro-desemprego, as pessoas não ocupadas buscam suas próprias soluções para sobreviverem, ocupando atividades de baixa produtividade, fora da relação assalariada e sem proteção social (FILGUEIRAS, DRUCK e AMARAL, 2004; DEDECCA e MONTAGNER, 1992).

Deve-se destacar que essas atividades, em sua maioria de serviços, fazem parte do segmento atrasado da economia, que representa o depósito do excedente da mão-de-obra gerado pelo processo de desenvolvimento econômico que envolve um crescimento heterogêneo e limitado. Desse modo, o setor informal é o resultado do excedente de mão-de-obra proveniente da baixa capacidade do setor formal em gerar postos de trabalho e da ocorrência do processo migratório em direção às cidades (DEDECCA e MONTAGNER, 1992).

Segundo Melo e Teles (2000), em estudos nos países desenvolvidos, a questão da informalidade era tratada como um excesso de mão-de-obra transitória na economia e que, à medida que o crescimento econômico avançasse, essa mão-de-obra retornaria para a formalidade. Mantendo essa idéia, trabalhos posteriores do PREALC destacam os vínculos de complementaridade entre os setores formal e informal, resultando em um avanço em direção à superação da visão dualista da ocupação formal-informal.

A visão por trás desta afirmação é a de que o setor informal é complementar (funcional) ao setor formal, e devido a essa complementaridade, a tendência à sua redução frente o avanço progressivo da economia formal não poderia ser revertida. Desta forma, ainda mantêm-se como traços definitórios do setor informal, o baixo estoque de capital, a reduzida capacitação da mão-de-obra nele inserida, e a facilidade de entrada, uma vez que se conserva a tese central de que o setor informal constitui-se apenas no *lôcus* da inserção da força de trabalho não absorvida no setor formal. (BRAGA, 2006, p. 5)

Deve-se perceber que a proposição de interação de forma complementar e concorrente entre os setores formal e informal afasta-se da visão inicial da OIT, ao rejeitar a associação da informalidade com a pobreza urbana e a inserção de migrantes, e ao destacar a dimensão multifacetada do setor informal, marcado pela heterogeneidade das características das ocupações e das formas de relação entre os agentes econômicos.

Para Kon (2004, p. 3), com base nessa perspectiva, o setor informal é definido como “agregando um conjunto de formas de organização da produção e distribuição, que se estabelecem nos interstícios da produção capitalista de forma integrada e subordinada”. Desse modo, rompe-se com a primeira perspectiva do setor informal, que o visualizava como sendo composto apenas por empregados sem carteira de trabalho assinada, empresas que operam com um número pequeno de empregados e trabalhadores que recebem baixos rendimentos. Além disso, critica-se a definição de setor informal como sendo caracterizado pelas inerentemente baixas produtividade e renda e como não pertencente à esfera produtiva auto-criada e independente da produção capitalista.

Nesse sentido, o setor informal pode representar diferentes situações, como, por exemplo, vendedores ambulantes, mecânicos, advogados e consultores de informática, o que, conforme Braga (2006), possibilita que certas atividades informais sejam competitivas em relação às mesmas atividades formais, constituindo até mesmo alternativa de emprego ao setor formal.

A incorporação da dimensão multifacetada do setor informal nos estudos sobre essa temática se aproxima mais da realidade verificada nos países desenvolvidos no final dos anos 1970, marcada por uma crescente flexibilização nas relações de trabalho, que resultou na redução dos empregos estáveis e em tempo integral.

Vale lembrar que o cenário mundial nos anos 1970 e 1980 foi marcado por um período de crise econômica e social, que enfatizou o esgotamento do padrão fordista de produção e do Estado do bem-estar social. É nessa situação de crise que as novas exigências do mercado - entre as quais se destacam a complexificação da concorrência intercapitalista, uma nova divisão internacional do trabalho e a tendência em privilegiar

unidades de produção menores com processos de trabalho mais flexíveis - motivaram o aparecimento de uma série de inovações tecnológicas que, por sua vez, geraram o aparecimento de um novo modelo chamado de produção flexível.

Nesse contexto, a necessidade de se atender a um público que pedia produtos diferenciados, em pequenas quantidades, aliado ao acirramento da competição por novos mercados, fez as empresas adotarem novos métodos de produção e de organização do trabalho mais flexíveis. Tal adoção, associada aos processos de concentração e centralização de capital, permitiu a descentralização produtiva (relativa à subcontratação de produto e de mão-de-obra), como alternativa para a redução de custos.

Percebe-se, portanto, que, nessa segunda perspectiva, o termo informalidade passou a ser delimitado a partir das relações do trabalhador com os meios de produção. Dessa forma, o setor informal se constituiria em um conjunto de atividades e de formas de produção não tipicamente capitalistas, caracterizadas pelo fato de o principal objetivo da produção não ser o lucro (é o rendimento total do produtor), e de o produtor, de posse dos meios de produção, exercer simultaneamente as funções de patrão e empregado, com a ajuda do trabalho familiar ou de ajudantes (FILGUEIRAS, DRUCK e AMARAL, 2004).

Durante a década de 1980, surge nos países desenvolvidos um novo enfoque para a informalidade, diferente do desenvolvido nos países em desenvolvimento. Nele, a informalidade, denominada agora por economia subterrânea, invisível, paralela ou negra, passa a se referir a atividades e formas de produção, assim como a relações de trabalho tidas como ilegais, ou seja, que não cumprem as regulamentações ou legislações fiscais, trabalhistas e previdenciárias (BISPO FILHO, 2002).

Conforme esse enfoque, a principal causa associada ao aparecimento e ao crescimento do setor informal é a excessiva regulamentação do Estado, que força as unidades produtivas a assumirem uma posição defensiva contra a presença das regulamentações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, que emperram as atividades produtivas.

Deve-se acrescentar ainda que, embora a ilegalidade seja o oposto da legalidade e que a formalidade possa ser sinônimo da legalidade, nem sempre a ilegalidade é equivalente à informalidade. Apesar disso, de acordo com Pérez (2005), em muitos países, sobretudo naqueles em desenvolvimento, falando-se em termos jurídicos, as atividades que se desenvolvem à margem da lei são comumente chamadas de informais.

Nesse sentido, desde no final dos anos 1990, a discussão a respeito da diferença entre informalidade e ilegalidade tem sido objeto de muitos estudos, sendo que a idéia predominante é a de não qualificar como ilegais as unidades produtivas informais, sobretudo naqueles contextos em que a maioria da população vive em uma situação na qual as regras sociais não correspondem às regras legais, que são simplesmente ignoradas (PÉREZ, 2005).

Perante a existência das diferentes ênfases de interpretações e a falta de concordância a respeito da composição do setor informal nos trabalhos sobre essa temática ao longo de pouco mais de 20 anos, desde a sua primeira aparição, foi estabelecida para efeitos estatísticos, em 1993, na 15.^a Conferência de Estatística do Trabalho, uma definição internacional do setor informal.

Nessa ocasião, acompanhando a crescente concordância em utilizar o critério de formas de participação para diferenciar os setores formal e informal, a OIT define o setor informal em termos das características das “unidades de produção” (empresas), mais do que em termos das características das pessoas inseridas ou da ocupação por elas exercidas.

Desse modo, o único critério de definição da informalidade refere-se ao tamanho da empresa, medido pela quantidade de trabalhadores. Assim sendo, o setor informal é representado pela inexistência de barreiras à entrada, utilização de recursos de origem doméstica, propriedade individual (não se verifica uma distinção clara entre capital e trabalho), operação em pequena escala, atuação em mercados competitivos e não regulados, e, finalmente, processo produtivo intensivo em trabalho, com mão-de-obra pouco especializada, em que as relações de assalariamento não são uma constante (DUARTE, 2006; MELO; TELES, 2000).

Por outro lado, o setor formal é caracterizado pela existência de barreiras à entrada, dependência de recursos externos, propriedade impessoal da atividade (existe uma nítida separação entre capital e trabalho), atuação da atividade em mercados amplos e protegidos por cotas e tarifas, produção em larga escala e, por fim, processo produtivo intensivo em capital, com o uso de tecnologia moderna e de mão-de-obra mais especializada e assalariada.

Braga (2006) enfatiza que a definição de uma unidade econômica como informal não depende da ausência de registros, do local onde é desenvolvida a atividade produtiva, da utilização de ativos fixos, da duração das atividades das empresas (permanente, sazonal

ou ocasional) ou do fato de tratar-se da atividade principal ou secundária do proprietário da empresa.

Buscando ampliar a delimitação do setor informal, anteriormente baseada na unidade de produção, em 2002, na Conferência Internacional do Trabalho (CIT), a OIT apresenta um conceito para o emprego na economia informal, que relaciona o conceito do emprego no setor informal, baseado na empresa, com um conceito de emprego informal mais amplo, focado nos postos de trabalho.

Para Pérez (2005), esse novo conceito permitiria a distinção entre o emprego na economia informal, o emprego informal, o emprego no setor informal e o emprego informal fora do setor informal. Assim sendo, o emprego total (em termos de postos de trabalho) poderia ser dividido por tipo de unidade de produção (empresas do setor formal, empresas do setor informal, domicílios), pela situação no emprego e pela natureza formal ou informal do emprego.

Diante disso, a partir da definição do emprego informal estabelecida pela CIT, na 17ª Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho, realizada em 2003, a OIT estabeleceu que o emprego informal abrangeria os seguintes empregos: i) trabalhadores por conta-própria e empregadores donos de suas próprias empresas do setor informal; ii) trabalhadores auxiliares, independentemente de trabalharem em empresas no setor formal ou informal; iii) membros de cooperativas de produtores informais; iv) trabalhadores por contra-própria que produzem bens exclusivamente para o próprio uso final de seu domicílio; e v) assalariados que tenham empregos informais que já estejam empregados em empresas do setor formal ou do informal e em domicílios que os empregam como trabalhadores domésticos assalariados.

No âmbito do Brasil, as definições apresentadas na 15.ª Conferência de Estatística do Trabalho foram tomadas como base pelo IBGE para sua pesquisa sobre a Economia Informal Urbana (ECINF), realizada nos anos de 1997 e 2003. Nessa pesquisa, decidiu-se que pertencem ao setor informal todas as unidades econômicas que desenvolvem atividades não-agrícolas, de propriedade de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até 5 empregados, moradores de áreas urbanas, sejam elas a atividade principal de seus proprietários ou atividades secundárias (IBGE, 2003).

Cabe destacar que, em nível nacional, também não há um consenso em torno da definição de informalidade e, talvez pelo fato da legislação trabalhista exigir que todos os trabalhadores assalariados possuam carteira assinada, em muitos estudos, essa definição

tenha ficado associada à posse ou não da carteira de trabalho. Contudo, há trabalhos (MENEZES e BISPO FILHO, 2003) em que o setor informal é definido como o conjunto de trabalhadores que não contribui para a previdência social, ou mesmo como a soma dos trabalhadores sem carteira e por conta própria.

Capítulo 3

Procedimentos Metodológicos

Este capítulo tem como objetivo mostrar os procedimentos metodológicos que foram adotados na presente pesquisa, que buscou verificar se existe diferenciação salarial entre os trabalhadores empregados no setor de serviços formal e informal, e, caso ela exista, averiguar quais são os seus determinantes. O cenário da pesquisa foi a região Nordeste e o espaço intertemporal definido para análise foram os anos de 1992 e 2005.

Para alcançar os objetivos propostos, o procedimento metodológico adotado se baseou primeiramente em uma revisão da literatura disponível sobre a desigualdade salarial e o emprego no setor de serviços e no setor informal. Em seguida, a partir dos microdados de 1992 e de 2005 da Pesquisa Nacional de Amostras Domiciliares (PNAD), disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foram realizadas a análise descritiva sobre as condições do mercado de trabalho nordestino, comparando-o com a tendência nacional, e a estimação das equações de salários, para decompor o diferencial salarial através da decomposição de Oaxaca-Blinder.

3.1 Análise descritiva

A PNAD refere-se a um sistema de pesquisas por amostra de domicílios que apresenta, entre seus propósitos, a investigação de diversas características socioeconômicas, algumas de caráter permanente nas pesquisas, como educação e trabalho, e outras com periodicidade variável, como migração. Iniciada no segundo trimestre de 1967, a PNAD tinha seus resultados apresentados com periodicidade trimestral até o primeiro trimestre de 1970. A partir de 1971, a periodicidade passou a ser anual e o levantamento de seus dados passou a ser realizado no último trimestre do ano. Nos anos de realização do Censo Demográfico (1970, 1980, 1991 e 2000) e, por razões excepcionais, em 1994, não ocorreu o levantamento da PNAD.

Convém salientar que é necessário ter cuidado ao se comparar os dados da PNAD de 2005 com os de 1992, pois a metodologia da pesquisa sofreu algumas mudanças ao longo desse período. Dentre tais mudanças, pode-se mencionar a abrangência geográfica da PNAD, que só conseguiu alcançar todo o território nacional a partir da PNAD de 2004. No ano de 1992 (desde a PNAD de 1981), ela cobria todo o país, com exceção da área rural dos Estados de Rondônia, do Acre, do Amazonas, do Roraima, do Pará e do Amapá.

É relevante destacar que o IBGE classifica a população rural e urbana com base na situação domiciliar, que pode ser rural ou urbana. Desse modo, as zonas urbanas abrangeriam as cidades (sedes municipais), as vilas (sedes distritais) ou as áreas urbanas isoladas às cidades, enquanto as zonas rurais seriam definidas como todas as áreas fora dos perímetros urbanos, definidos pela legislação de cada município brasileiro.

A classificação da situação do domicílio pelas PNADs tem por base a legislação vigente por ocasião da realização do último Censo Demográfico realizado, ou seja, essa classificação permanece inalterada nas PNADs durante o período entre os censos. Sendo assim, uma área que foi classificada como rural no censo de 1991 continuará sendo rural até o censo de 2000, mesmo que tal área tenha se tornado urbana pela legislação municipal. Portanto, enquanto a PNAD de 2005 tem por base a legislação vigente durante a realização do Censo Demográfico de 2000, a PNAD de 1992, por sua vez, utiliza a classificação utilizada no Censo de 1991.

Outra mudança foi verificada a partir de 2002, onde a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO-Domiciliar) e a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE-Domiciliar) - que segue o *International Standard Industrial Classification of All Economic Activities*, 3ª revisão, das Nações Unidas - passaram a ser adotadas para a classificação das ocupações e atividades investigadas na PNAD. Tal mudança trouxe uma nova forma de classificar o setor de serviços, ao permitir desagregar algumas atividades. Assim, enquanto, pela PNAD de 1992, o setor de serviços podia ser desagregado em sete ramos de atividades, em 2005, esse número aumentou para oito (ver Tabela 2).

Para a elaboração das tabelas foram utilizadas as variáveis idade, gênero, raça, horas trabalhadas por semana, anos de estudo e de trabalho, posição na ocupação no trabalho principal, ramo da atividade principal, rendimento mensal do trabalho principal, condição da atividade e da ocupação, e peso do indivíduo nos microdados da PNAD. Será usado o programa econométrico Stata, versão 8.0, para processar os microdados da PNAD.

Tabela 2: Classificação do setor de serviços segundo as PNADS de 1992 e 2005

PNAD 1992	PNAD 2005
<p>1. Comércio de mercadorias</p> <p>2. Prestação de serviços</p> <ul style="list-style-type: none"> - Serviços de alojamento e alimentação - Serviços de reparação e conservação - Serviços pessoais - Serviços domiciliares - Serviços de diversões, radiodifusão e televisão <p>3. Serviços auxiliares das atividades econômicas</p> <ul style="list-style-type: none"> - Serviços técnico-profissionais - Serviços auxiliares das atividades econômicas <p>4. Transporte e comunicação</p> <p>5. Social</p> <ul style="list-style-type: none"> - Serviços comunitários e sociais - Serviços médicos, odontológicos e veterinários - Ensino <p>6. Administração pública</p> <ul style="list-style-type: none"> - Administração pública - Defesa nacional e segurança pública <p>7. Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas</p> <ul style="list-style-type: none"> - Instituições de crédito, de seguros e de capitalização - Comércio e administração de imóveis e valores mobiliários - Organizações internacionais e representações estrangeiras - Atividades não compreendidas nos demais ramos, atividades mal definidas ou não declaradas 	<p>1. Comércio e reparação</p> <ul style="list-style-type: none"> - Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; e comércio a varejo de combustíveis - Comércio a varejo e por atacado e reparação de objetos pessoais e domésticos <p>2. Alojamento e alimentação</p> <p>3. Transporte, armazenagem e comunicação</p> <ul style="list-style-type: none"> - Transporte terrestre - Transporte aquaviário - Transporte aéreo - Atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem - Correios e telecomunicações <p>4. Administração pública</p> <ul style="list-style-type: none"> - Administração pública, defesa e seguridade social <p>5. Educação, saúde e serviços sociais</p> <p>6. Outros serviços coletivos, sociais e pessoais</p> <ul style="list-style-type: none"> - Limpeza urbana e esgoto; e atividades conexas - Atividades associativas - Atividades recreativas, culturais e desportivas - Serviços pessoais <p>7. Serviços domésticos</p> <p>8. outras atividades</p> <ul style="list-style-type: none"> - Intermediação financeira, exclusive seguros e previdência privada - Seguros e previdência privada - Atividades auxiliares da intermediação financeira - Atividades imobiliárias - Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos sem condutores ou operadores e de objetos pessoais e domésticos - Atividades de informática e conexas - Pesquisa e desenvolvimento das ciências sociais e humanas

Tabela 2: Classificação do setor de serviços segundo as PNADS de 1992 e 2005 (cont.)

PNAD 1992	PNAD 2005
	- Serviços prestados principalmente às empresas - Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais

Fonte: PNAD 1992, 2005.

Quanto ao tratamento dos dados, utilizou-se uma amostra que abrange indivíduos com idade entre 10 e 65 anos em cada ano, na qual foram excluídos todos os casos em que as variáveis utilizadas não foram declaradas e em que os ocupados recebiam acima de 1 bilhão de reais em 2005 e 10 milhões de reais em 1992. O último procedimento é necessário para dar maior consistência à variável rendimento, ao desconsiderar os ocupados que receberam rendimentos atípicos.

Visando a uniformização dos dados relativos a rendimento, optou-se em converter os valores monetários de 1992 em reais de setembro de 2005 e deflacioná-los pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC), calculado pelo IBGE. Para isolar o impacto da variação das horas trabalhadas sobre os salários, será calculado o salário por hora, tanto em 1992 quanto em 2005, multiplicando o número de horas trabalhadas semanalmente por 4,3 (representa a quantidade de semanas no mês de setembro em ambos os anos) e dividindo esse valor obtido pelo rendimento mensal.

A estratégia adotada para a análise descritiva foi analisar inicialmente o emprego do setor de serviços em sua completude, utilizando as variáveis descritas anteriormente, e, posteriormente, compará-lo com o emprego no setor de serviços formal e informal para o mercado de trabalho nordestino.

É importante ressaltar que, nesse trabalho, optou-se em definir o setor formal do mercado de trabalho como sendo aquele constituído por trabalhadores com carteira assinada, militares, funcionários públicos e trabalhadores domésticos com carteira assinada. Já o setor informal do mercado de trabalho é formado por empregados sem carteira assinada e trabalhadores domésticos sem carteira assinada, excluindo os trabalhadores por conta própria. A opção por esse corte analítico prende-se ao fato dessas duas categorias serem muito distintas entre si, apesar de serem tratadas em alguns trabalhos como trabalho informal.

No âmbito do dicionário da PNAD, os ocupados no setor de serviços que faziam parte das posições da ocupação no trabalho principal 1, 2, 3 e 6 foram incluídos no setor de serviços formal, enquanto aqueles das posições 4 e 7 foram incluídos no setor de serviços informal.

3.2 Modelo econométrico

Para analisar os diferenciais salariais no setor de serviços foi utilizada a decomposição de Oaxaca-Blinder. Desenvolvido por Oaxaca (1973) e Blinder (1973), tal método foi utilizado para decompor o diferencial de salário bruto entre grupos sociais, explicado pelas diferenças nos atributos de cada grupo, como idade e educação, e por fatores não considerados no modelo, o que os autores atribuem à discriminação (JACINTO, 2005).

No caso específico de identificar os diferenciais de salários entre os trabalhadores no setor de serviços formal e informal, a decomposição será realizada por meio de regressões. O procedimento consistiu inicialmente em estimar pelo modelo Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), para cada um dos grupos, uma equação de rendimentos salariais que relaciona os rendimentos dos trabalhadores empregados no setor de serviços formal ou informal às características socioeconômicas e habilidades. Sendo assim, as equações estimadas separadamente para os trabalhadores formal e informal, avaliadas nos pontos médios das variáveis, podem ser expressas por:

$$w_f = \alpha_f + \sum_j \beta_{jf} X_{jf} \quad (3.4)$$

$$w_i = \alpha_i + \sum_j \beta_{ji} X_{ji} \quad (3.5)$$

em que: w_f e w_i são os logaritmos do salário por hora médio dos trabalhadores empregados no setor de serviços formal e informal, respectivamente;

α_k é o coeficiente estimado do intercepto;

β_{jk} é um vetor coluna dos coeficientes de inclinação estimados;

X_{jk} é um vetor linha da média dos regressores.

Deve-se observar que o coeficiente β_{jk} pode representar o quanto um trabalhador empregado no setor de serviços formal ou informal, por exemplo, receberia a mais, caso ele obtivesse um ano a mais de estudo. Sendo assim, se os empregadores considerassem que a educação adquirida pelo trabalhador no setor informal valesse tanto quanto a educação adquirida pelo trabalhador no setor formal, os coeficientes β_{ji} e β_{jf} seriam idênticos. Do mesmo modo, visto que o coeficiente α_k fornece o nível do perfil de rendimentos para cada um dos dois grupos, se, para os empregadores, a utilidade da habilidade dos empregados nos setores informal e formal com até um ano de estudo for considerada igual, os interceptos α_f e α_i seriam os mesmos (JACINTO, 2005).

Contudo, para decompor o diferencial de salário bruto entre trabalhadores empregados no setor de serviços formal e informal, é necessário tomar a diferença entre as equações (3.4) e (3.5), avaliadas nos pontos médios das variáveis, somando e subtraindo $\sum \beta_{jf} \bar{x}_{ji}$, de forma a obter a seguinte expressão:

$$\bar{w}_f - \bar{w}_i = \underbrace{(\alpha_f - \alpha_i) + \sum_j \bar{x}_{ji} (\beta_{jf} - \beta_{ji})}_{\text{discriminação}} + \underbrace{\sum_j \beta_{jf} (\bar{x}_{jf} - \bar{x}_{ji})}_{\text{habilidades}} \quad (3.6)$$

Dessa forma, como mostra a equação (3.6), conhecida como a decomposição de Oaxaca, o diferencial salarial seria atribuído, por um lado, à discriminação no mercado de trabalho e, por outro, às diferentes habilidades dos trabalhadores. Diante disso, deve-se observar que se, por exemplo, os trabalhadores empregados no setor de serviços formal e informal possuísem a mesma escolaridade média, onde $\sum_j \beta_{jf} (\bar{x}_{jf} - \bar{x}_{ji}) = 0$, a desigualdade salarial seria explicada apenas pela discriminação (JACINTO, 2005).

Portanto, o terceiro termo da equação (3.6), $\sum_j \beta_{jf} (\bar{x}_{jf} - \bar{x}_{ji})$, representa como o mercado de trabalho remuneraria os trabalhadores nos setores formal e informal se não ocorresse nenhuma forma de discriminação. O primeiro termo $(\alpha_f - \alpha_i)$ mostra o quanto um grupo é mais bem remunerado que o outro. Dessa forma, uma diferença positiva indicaria que os trabalhadores empregados no setor de serviços formal são mais bem

remunerados que os empregados no setor informal. Já o segundo termo, $\sum_j \bar{x}_{ji} (\beta_{jf} - \beta_{ji})$, representa a parte da diferença salarial que está atrelada à valorização diferente de um mesmo atributo. Desse modo, caso a diferença seja positiva, entende-se que o atributo é mais valorizado para a mão-de-obra empregada no setor de serviços formal que no informal, e vice-versa.

Serão utilizadas na estimação das equações de salários, além das mesmas variáveis usadas na análise descritiva, as variáveis condição da situação censitária e área censitária, como mostra a Tabela 3. Contudo, para as estimações, será utilizada uma amostra que abrange indivíduos com idade entre 10 e 65 anos que possuem rendimento positivo, da qual serão excluídos todos os casos em que as variáveis utilizadas não foram declaradas e em que os ocupados recebiam acima de 1 bilhão de reais em 2005 e 10 milhões de reais em 1992. A remuneração dos trabalhadores, disponibilizada pela PNAD de 1992, será convertida para reais e, utilizando o mesmo método citado anteriormente, será obtido o salário por hora.

Tabela 3: Descrição das variáveis utilizadas nas equações de salário

Brasil		Nordeste	
log_sal	= logaritmo natural do salário por hora (variável dependente)	log_sal	= logaritmo natural do salário por hora (variável dependente)
idade		idade	
idadeq	= idade ao quadrado	idadeq	= idade ao quadrado
anos_estudos	= anos de estudo	anos_estudos	= anos de estudo
dmas	= 1 se a pessoa for do sexo masculino e 0 se for mulher	dmas	= 1 se a pessoa for do sexo masculino e 0 se for mulher
racab	= 1 se a pessoa for de cor branca e 0 caso contrário	racab	= 1 se a pessoa for de cor branca e 0 caso contrário
dsind	= 1 se a pessoa participa de sindicato e 0 caso contrário	dsind	= 1 se a pessoa participa de sindicato e 0 caso contrário
dformal	= 1 representa o setor formal e 0 se for o setor informal	dformal	= 1 representa o setor formal e 0 se for o setor informal
dcom*	= 1 representa comércio e reparação e 0 caso contrário	dcom	= 1 representa comércio e reparação e 0 caso contrário
daloj	= 1 representa alojamento e alimentação e 0 caso contrário	daloj	= 1 representa alojamento e alimentação e 0 caso contrário

Tabela 3: Descrição das variáveis utilizadas nas equações de salário (cont.)

Brasil		Nordeste	
dtrans	= 1 representa transporte, comunicação e armazenagem e 0 caso contrário	dtrans	= 1 representa transporte, comunicação e armazenagem e 0 caso contrário
dpub	= 1 representa administração pública e 0 o caso contrário	dpub	= 1 representa administração pública e 0 o caso contrário
deduc	= 1 representa educação, saúde e serviços sociais e 0 caso contrário	deduc	= 1 representa educação, saúde e serviços sociais e 0 caso contrário
dservcol	= 1 representa serviços coletivos e sociais e 0 caso contrário	dservcol	= 1 representa serviços coletivos e sociais e 0 caso contrário
doutras	= 1 representa outras atividades e 0 caso contrário	doutras	= 1 representa outras atividades e 0 caso contrário
durb	=1 se for área urbana e 0 se for área rural	durb	=1 se for área urbana e 0 se for área rural
dno	= 1 se for região norte e 0 caso contrário	dma	= 1 se for Maranhão e 0 caso contrário
dne	= 1 se for região nordeste e 0 caso contrário	dpi	= 1 se for Piauí e 0 caso contrário
dse	= 1 se for região sudeste e 0 caso contrário	dce	= 1 se for Ceará e 0 caso contrário
dsu	= 1 se for região sul e 0 caso contrário	drn	= 1 se for Rio Grande do Norte e 0 caso contrário
dmetro	= 1 se for área metropolitana e 0 caso contrário	dpb	= 1 se for Paraíba e 0 caso contrário
ε	= termo de erro	dpe	= 1 se for Pernambuco e 0 caso contrário
		dal	= 1 se for Alagoas e 0 caso contrário
		dser	= 1 se for Sergipe e 0 caso contrário
		dmetro	= 1 se for área metropolitana e 0 caso contrário
		ε	= termo de erro

* Para o ano de 2005, utilizaram-se as seguintes variáveis para representar as atividades terciárias: dcom (comércio e reparação), daloj (alojamento e alimentação), dtrans (transporte, comunicação e armazenagem), dpub (administração pública), deduc (educação, saúde, e serviços sociais), dservcol (outros serviços

coletivos, sociais) e doutras (outras atividades). Já em 1992, foram usadas as variáveis: dcom (comércio), dpreser (prestação de serviços), dserau (serviço auxiliar), dtrans (transporte e comunicação), dsoci (serviço social), dpub (administração pública) e doutras (outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas).

Os efeitos dos atributos produtivos e fatores do mercado de trabalho sobre os rendimentos dos indivíduos ocupados nos serviços formal e informal são analisados, no caso do Brasil, em termos da seguinte regressão, aplicada na média:

$$\log_sal = \beta_0 + \beta_1 idade + \beta_2 idadeq + \beta_3 anos_estudo + \beta_4 dmas + \beta_5 racab + \beta_6 dsind + \beta_7 dformal + \beta_8 dcom + \beta_9 dloj + \beta_{10} dtrans + \beta_{11} deduc + \beta_{12} depub + \beta_{13} dservcol + \beta_{14} doutras + \beta_{15} durb + \beta_{16} dno + \beta_{17} dne + \beta_{18} dsu + \beta_{19} dco + \beta_{20} dmetro + \varepsilon$$

Para a região Nordeste, utilizou-se a seguinte regressão:

$$\log_sal = \beta_0 + \beta_1 idade + \beta_2 idadeq + \beta_3 anos_estudo + \beta_4 dmas + \beta_5 racab + \beta_6 dsind + \beta_7 dformal + \beta_8 dcom + \beta_9 dloj + \beta_{10} dtrans + \beta_{11} deduc + \beta_{12} depub + \beta_{13} dservcol + \beta_{14} doutras + \beta_{15} durb + \beta_{16} dma + \beta_{17} dpi + \beta_{18} dce + \beta_{19} drn + \beta_{20} dpb + \beta_{21} dpe + \beta_{22} dal + \beta_{23} dse + \beta_{24} dmetro + \varepsilon$$

Capítulo 4

O Emprego Terciário no Brasil e na Região Nordeste

Neste capítulo, analisa-se o comportamento do setor de serviços na economia brasileira e nordestina, buscando identificar, de forma comparativa, o perfil do emprego terciário. Além disso, procura-se averiguar se o aumento do emprego terciário tem se dado pela expansão de serviços modernos, que utilizam mão-de-obra qualificada, ou de serviços tradicionais, que empregam trabalhadores semi-qualificados e com baixa remuneração.

4.1 Perfil do emprego terciário no Brasil em 1992 e 2005

O aumento da importância do setor de serviços na economia, seja na geração de renda, seja como fonte de ocupação de mão-de-obra, não se trata de um acontecimento recente, visto que, desde os anos 1950, tem se observado o seu crescimento.

Encontrada na literatura econômica como sendo resultado do processo de urbanização e industrialização no país, a expansão do setor de serviços, durante os anos de 1950 e 1970, deveu-se mais às atividades de apoio aos setores industrial e agropecuário do que àquelas que visavam o atendimento direto da população (KON, 1996).

O crescimento das atividades terciárias pode ser verificado na Tabela 4, que mostra a composição setorial do produto do país. Observa-se que a participação do setor de serviços no PIB nacional tem aumentado desde os anos setenta, representando em torno de 50% da produção total do país.

Tabela 4: Participação do PIB Setorial no PIB Global do Brasil - 1970/1999

Ano	Participação (%)		
	Agropecuário	Industrial	Serviços
1970*	11,6	35,8	52,6
1980*	10,2	41,0	48,8
1990*	9,3	34,2	56,5
2000**	7,1	33,5	52,2
2006**	7,0	36,1	50,8

Fonte: *Boletim Conjuntural do Nordeste do Brasil-SUDENE e **IPEA.

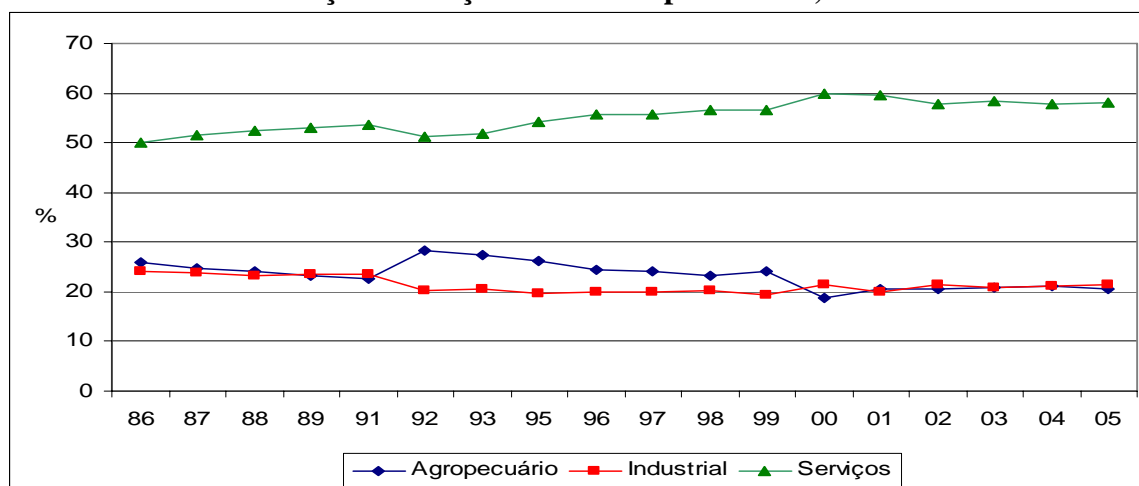
Segundo Kon (2006, p. 9), depois do período entre os anos de 1950 e 1970, o Brasil teria passado por frequentes momentos de crise econômica, que retardaram as transformações iniciadas durante esse período, contribuindo, assim, “para o crescimento da defasagem de desenvolvimento entre o Brasil e as economias que se encontravam na mesma situação de emergência, como alguns países asiáticos”.

A década de 1980, também chamada de “a década perdida”, foi marcada pela estagnação, ou seja, processos inflacionários aliados à estagnação. Nesse momento, observou-se uma significativa retração da economia brasileira, com redução das taxas de crescimento dos setores produtivos e declínio do nível de emprego na indústria e na agricultura, causado pelo processo de mecanização e modernização e pela concentração fundiária (GREMAUD et al.,1999).

Como o setor industrial não foi capaz de absorver o fluxo contínuo de pessoas (anteriormente alocadas no campo) no mercado de trabalho urbano, parte considerável da mão-de-obra foi absorvida pelas atividades terciárias. Sendo assim, a continuidade do crescimento do setor de serviços esteve relacionada à expansão do emprego seja em atividades ligadas ao setor formal com baixa relação capital/trabalho (recebendo salários baixos), seja em atividades do setor informal, em condições de sobrevivência (KON, 2006, 1996).

O exame do Gráfico 1 revela o papel dos serviços na atenuação dos movimentos cíclicos na economia brasileira. Pode-se notar que, em períodos de crise, como os dos anos 1980, as atividades terciárias absorveram a mão-de-obra excedente dos demais setores produtivos.

Gráfico 1: Distribuição da força de trabalho por setores, no Brasil - 1986-2005



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados microdados das PNADs 1986-2005 e dos Censos 1991, 2000.

De acordo com MELO et al.(1998, p. 20), a estabilidade do emprego nos serviços frente às oscilações da economia é fruto da presença do Estado (saúde, educação, segurança) no setor e “da própria configuração do mercado e dos produtos das demais atividades de serviços”. Segundo os autores, as atividades terciárias teriam baixa intensidade de capital, com predominância de pequenos estabelecimentos.

A economia brasileira, nos anos noventa, foi marcada pela abertura comercial, pelo processo de reestruturação produtiva das empresas (na busca de maior competitividade), pela adoção de políticas de estabilização e pelas privatizações. Tais fenômenos repercutiram no mercado de trabalho, provocando uma mudança na composição setorial do emprego, eliminando postos de trabalho na indústria e na agricultura, e aumentando o nível de emprego no setor de serviços.

4.1.1 O emprego terciário no Brasil em 1992 e 2005

Analisando a evolução recente da economia brasileira, principalmente a partir dos anos 1990, é possível identificar uma série de transformações que trouxeram mudanças na dinâmica do mercado de trabalho.

Dentre as transformações, pode-se mencionar a estabilização dos preços, advinda da implementação do Plano Real e da utilização de políticas monetária e fiscal restritivas (altas taxas de juros e controle do déficit fiscal, respectivamente). Tal acontecimento, aliado ao baixo crescimento econômico, teve reflexos importantes na distribuição ocupacional do Brasil, conforme pode ser verificado pelo exame da Tabela 5.

No período temporal selecionado de 1992 a 2005, a população ocupada⁶ teve um crescimento de 32,8%, passando de 62,5 milhões em 1992 para 83 milhões em 2005, o que significou a geração de 20,5 milhões de postos de trabalho líquidos. Contudo, o fato de a População Economicamente Ativa⁷ (PEA) ter crescido em ritmo superior ao da população ocupada, com um aumento líquido de 24,7 milhões de indivíduos, ou seja, indica que a

⁶ A População Ocupada é a soma de todas as pessoas de 10 ou mais anos de idade que exerce alguma atividade. Cabe destacar que, para o IBGE, são considerados ocupados os indivíduos que exerceram trabalho remunerado na semana de referência, bem como as pessoas com ocupação não-remunerada com carga horária de mais de 15 horas semanais, além das que tinham atividades remuneradas das quais se encontravam temporariamente afastadas. Por conseguinte, foram excluídas da definição de ocupação do IBGE as pessoas com trabalho não-remunerado com jornada de trabalho inferior a 15 horas na semana de referência, assim como os indivíduos envolvidos com atividades para o consumo próprio ou construção para o próprio uso.

⁷ A PEA é a soma de todas as pessoas ocupadas e desocupadas que estão à procura de uma ocupação.

geração de empregos não foi suficiente para absorver o crescimento da força de trabalho, ocasionando a elevação da taxa de desemprego em 94,3%.

Embora a elevação da taxa de desemprego, entre 1992 e 2005, tenha aumentado tanto para os homens (de 5,8% para 7,3%) quanto para as mulheres (8,2% para 12,5%), ela foi mais intensa para a mão-de-obra feminina. No que se refere às mulheres, o aumento da taxa de desemprego decorreu, em grande medida, da expansão da inserção das mulheres no mercado de trabalho, visto que também ocorreu o crescimento da participação delas no total de ocupados (de 39,2%, em 1992, para 42,4%, em 2005). Tal crescimento, por sua vez, esteve relacionado ao acréscimo da participação das mulheres nos serviços (de 49,5%, em 1992, para 51,6%, em 2005) e, em especial, na indústria (que passou de 19,3%, em 1992, para 26%, em 2005).

Tabela 5: Evolução e distribuição setorial das ocupações, no Brasil - 1992/2005

Indicadores	1992	2005	Var. 92-2005 (%)
Agrícola	16.804.273	16.203.724	-3,6
Homem	11.006.979	10.872.521	-1,2
Mulher	5.797.294	5.331.203	-8,0
Indústria	13.026.100	18.002.953	38,2
Homem	10.505.815	13.329.475	26,9
Mulher	2.520.285	4.673.478	85,4
Serviços	32.649.687	48.759.381	49,3
Homem	16.494.590	23.600.254	43,1
Mulher	16.155.097	25.159.127	55,7
População Ocupada	62.480.060	82.966.058	32,8
Homem	38.007.384	47.802.250	25,8
Mulher	24.472.676	35.163.808	43,7
Desempregados	4.530.389	8.800.613	94,3
Homem	2.334.261	3.784.335	62,1
Mulher	2196128	5.016.278	128,4
PEA	67.010.449	91.766.671	36,9
PNEA	38.517.867	47.539.599	23,4
PIA	105.528.316	139.306.270	32,0

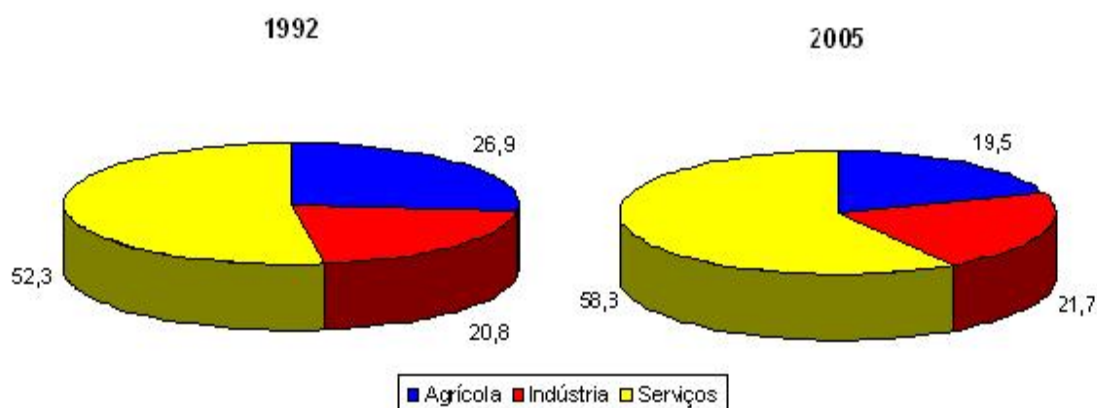
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 1992, 2005.

Pode-se destacar ainda que o processo de abertura econômica trouxe impactos ao mercado de trabalho brasileiro. A busca por maiores ganhos de produtividade e de competitividade, para fazer frente à intensificação da concorrência, tornou necessária a incorporação de inovações tecnológicas e organizacionais nas empresas nacionais. Desse modo, observa-se que a ocorrência de uma reestruturação produtiva intensificou a realocação setorial do emprego, já verificada na década de 1980, com a redução do

emprego nos setores industrial e agrícola e a absorção, parcial, dessa mão-de-obra excedente no setor de serviços.

O Gráfico 2 e a Tabela 5 mostram que a criação de postos de trabalho na indústria e nos serviços cresceu em um ritmo acima da PEA, ocasionando, no período analisado, o aumento da participação desses setores no total da população ocupada no Brasil. O setor agrícola foi o único setor que apresentou uma redução no emprego (-3,6%).

Gráfico 2: Participação da população ocupada por setor econômico, no Brasil - 1992/2005



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 1992, 2005.

No que diz respeito ao setor de serviços, observa-se que mais da metade do total de ocupados no Brasil, em 1992 e 2005, estavam situados nesse setor. Vale citar que, em média, 70% das mulheres e 50% dos homens ocupados na economia brasileira encontravam-se nos serviços.

A distribuição dos ocupados nos diversos ramos do setor de serviços, em 1992 e 2005, no Brasil, está ilustrada nas Tabelas 6 e 7. Pode-se ver que, em 1992, a maior concentração de trabalhadores ocupados no setor de serviços se verificou nos ramos prestação de serviços (34,4%), comércio (23,6%) e serviços sociais (16,3%). Já em 2005, os serviços que mais empregaram foram comércio e reparação (30,6%), educação, saúde e serviços sociais (15,3%), serviços domésticos (13,2%) e outras atividades (11,7%).

É interessante observar que, mesmo com a redução da participação do emprego público no total de ocupados no setor de serviços de 8,93 %, em 1992, para 8,5 %, em 2005, houve a geração de um pouco mais de 1 milhão de postos de trabalho líquidos na administração pública.

Tabela 6: Distribuição da população ocupada segundo ramos do setor de serviços, no Brasil -1992

Atividades Terciárias	Total		Homem		Mulher	
	Nº	Part. (%)	Nº	Part. (%)	Nº	Part. (%)
Comércio	7.693.617	23,56	4.832.184	29,30	2.861.433	17,71
Prestação de serviços	11.229.987	34,40	4.214.999	25,55	7.014.988	43,42
Serviço Auxiliar	1.835.483	5,62	1.226.549	7,44	608.934	3,77
Transporte e comunicação	2.241.981	6,87	2.046.690	12,41	195.291	1,21
Social	5.331.670	16,33	1.296.383	7,86	4.035.287	24,98
Administração Pública	2.915.430	8,93	1.985.139	12,04	930.291	5,76
Outras Atividades	1.401.519	4,29	892.646	5,41	508.873	3,15
Total	32.649.687	100,00	16.494.590	100,00	16.155.097	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 1992.

Quanto à distribuição ocupacional por gênero, observou-se que, como as ocupações masculinas (43,7%) cresceram em um ritmo inferior ao das mulheres (55,7%), houve o aumento da participação feminina no total de ocupados no setor de serviços (de 49,5% em 1992 para 51,6%). Em 1992, dentre os três ramos dos serviços que mais empregaram, o comércio era o único em que a participação da mão-de-obra masculina (62,8%) era superior à feminina (37,2%). No caso de 2005, enquanto nos ramos outras atividades (61,5%) e comércio e reparação (60,6%) era maior a participação dos homens, em serviços domésticos (93,5%) e educação, saúde e serviços sociais (77,5%), por sua vez, ocorria o inverso.

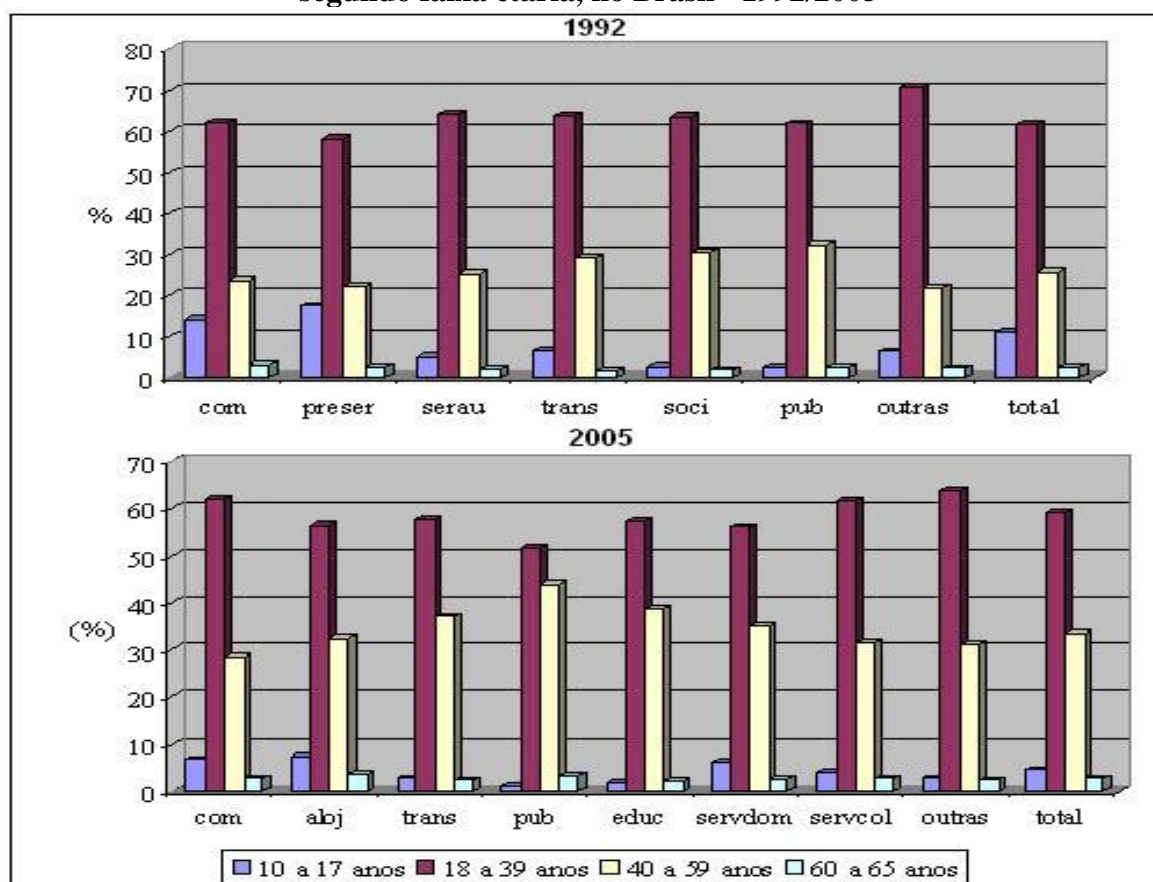
Tabela 7: Distribuição da população ocupada segundo ramos do setor de serviços, no Brasil - 2005

Atividades Terciárias	Total		Homem		Mulher	
	Nº	Part. (%)	Nº	Part.(%)	Nº	Part. (%)
Comércio e reparação	14.927.445	30,6	9.183.775	38,9	5.743.670	22,8
Alojamento e alimentação	3.048.184	6,3	1.502.021	6,4	1.546.163	6,1
Transporte, armazenagem e comunicação	3.841.125	7,9	3.331.732	14,1	509.393	2,0
Administração pública	4.145.336	8,5	2.553.392	10,8	1.591.944	6,3
Educação, saúde e serviços sociais	7.467.411	15,3	1.679.906	7,1	5.787.505	23,0
Serviços domésticos	6.451.661	13,2	421.643	1,8	6.030.018	24,0
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	3.161.376	6,5	1.298.540	5,5	1.862.836	7,4
Outras atividades	5.716.843	11,7	3.629.245	15,4	2.087.598	8,3
Total	48.759.381	100,0	23.600.254	100,0	25.159.127	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2005.

Em termos de ocupação pelos diferentes tipos de faixa etária, não houve uma alteração significativa de 1992 para 2005, conforme mostra o Gráfico 3. Contudo, pode-se notar o acréscimo da participação dos ocupados de 18 a 39 anos e de 60 a 65 anos de idade no total de ocupados no setor de serviços. De maneira oposta, o percentual dos jovens entre 10 a 17 anos (11,2 % de 1992 para 4,44% em 2005) e dos indivíduos de 18 a 24 anos (passou de 2,4% para 2,64% no período analisado) ocupados nos serviços diminuiu.

Gráfico 3: Participação da população ocupada por ramos do setor de serviços⁸, segundo faixa etária, no Brasil - 1992/2005



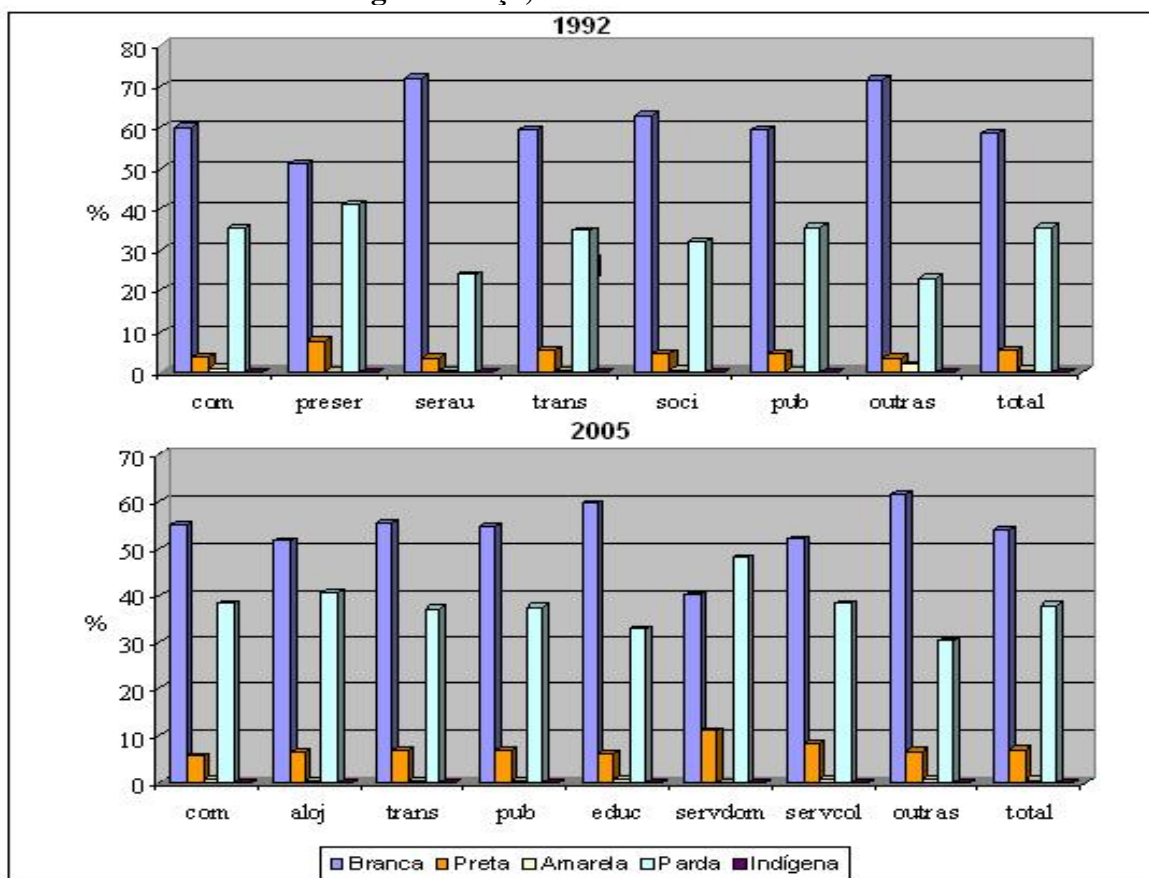
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 1992, 2005.

⁸ Ao longo desse capítulo, os ramos do setor de serviços são representados da seguinte forma. Em 1992, eles são representados por com (comércio), preser (prestação de serviços), serau (serviço auxiliar), trans (transporte e comunicação), soci (serviço social), pub (administração pública), outras (outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas). Já em 2005, os serviços são classificados por com (comércio e reparação), aloj (alojamento e alimentação), trans (transporte, comunicação e armazenagem), pub (administração pública), educ (educação, saúde, e serviços sociais), servcol (outros serviços coletivos, sociais) e outras (outras atividades).

No caso do trabalho jovem, vale frisar que é proibido pela legislação trabalhista o trabalho para menores de 16 anos. Sendo assim, a perda de participação de indivíduos de 10 a 17 anos pode ser resultado da utilização, nos últimos anos, de programas e de políticas públicas voltadas à erradicação do trabalho infantil (como, por exemplo, os programas Bolsa Escola e Bolsa Família) e a uma maior fiscalização das Delegacias de Trabalho.

Considerando o atributo raça/cor, nota-se que, no setor de serviços, bem como nos seus ramos, a mão-de-obra empregada é, em sua maioria, formada por indivíduos brancos e pardos, destacando-se que os primeiros representam mais de 50% (com exceção de serviços domésticos, em 2005) do total de ocupados nesse setor. Contudo, de 1992 para 2005, observou-se o decréscimo da participação no setor de serviços dos ocupados brancos (de 58,59% para 54,22%), em contraposição ao aumento do percentual de trabalhadores das demais raças (os negros de 5,30% para 7,05%, os amarelos de 0,58% para 0,66%, os pardos de 35,57% para 37,89% e, por fim, os indígenas de 0,06% para 0,19%, conforme o Gráfico 4).

Gráfico 4: Participação da população ocupada por ramos do setor de serviços, segundo raça, no Brasil - 1992/2005



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 1992, 2005.

Em termos da ocupação para diferentes anos de estudo, houve uma melhora no nível de escolaridade da mão-de-obra empregada no setor de serviços. A partir das Tabelas 8 e 9, percebe-se a redução do percentual de trabalhadores com menos de nove anos de estudo, em contraposição ao aumento da participação dos ocupados que possuem acima de oito anos de estudo.

Em 1992, no setor de serviços brasileiro, do total de ocupados com mais de 11 anos de estudo, 42,2% estavam nos serviços sociais. De forma oposta, quando se analisam os trabalhadores com menos escolaridade, destacam-se o ramo de prestação de serviços, que possuía o maior percentual de ocupados com até 8 anos de estudo, e o de comércio, que detinha a maior participação dos ocupados nos serviços com 9 a 11 anos de estudo.

Tabela 8: Distribuição da população ocupada segundo ramos do setor de serviços, segundo faixa anos de estudo, no Brasil – 1992

Atividades Terciárias	Anos de Estudo				
	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	Acima de 11 anos
Comércio	656.877	2.120.135	2.571.541	1.838.688	506.376
Prestação de Serviços	1.487.040	4.764.208	3.572.523	1.187.152	219.064
Serviço Auxiliar	71.371	231.542	413.674	622.567	496.329
Transporte e comunicação	179.706	763.694	753.651	414.521	130.409
Social	180.290	816.261	973.430	1.576.214	1.785.475
Administração Pública	202.033	540.296	643.894	872.051	657.156
Outras Atividades	75.891	161.662	214.084	516.535	433.347
Total	2.853.208	9.397.798	9.142.797	7.027.728	4.228.156

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 1992.

Já em 2005, enquanto o comércio absorvia o maior percentual do total da mão-de-obra empregada nos serviços com até 11 anos de estudo, o ramo educação, saúde e serviços sociais, por sua vez, empregava a maior proporção com mais de 11 anos de estudo.

Faz-se necessário destacar que a melhoria no nível de escolaridade da mão-de-obra empregada no setor de serviços não implica em dizer que o processo de terciarização da economia brasileira esteja associado às mudanças no paradigma técnico-produtivo, que exigem uma mão-de-obra com maior nível de instrução. Tal melhoria pode refletir principalmente um quadro de baixa oportunidade de empregos, forçando trabalhadores qualificados a aceitarem empregos com baixa remuneração e que não exigem alta escolaridade, ou uma melhoria no nível de escolaridade da população.

Tabela 9: Distribuição da população ocupada segundo ramos do setor de serviços, segundo anos de estudo, no Brasil - 2005

Atividades Terciárias	Anos de Estudo				
	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	Acima de 11 anos
Comércio e reparação	627.903	2.311.854	4.109.746	6.446.945	1.430.997
Alojamento e alimentação	174.678	654.067	1.036.161	1.021.875	161.403
Transporte, armazenagem e comunicação	134.011	748.431	1.179.996	1.355.386	423.301
Administração pública	150.204	425.276	590.750	1.710.348	1.268.758
Educação, saúde e serviços sociais	117.265	448.492	719.785	2.685.873	3.495.996
Serviços domésticos	639.547	2.111.230	2.399.271	1.269.133	32.480
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	129.062	459.976	873.170	1.212.677	486.491
Outras atividades	115.465	453.068	925.206	2.282.536	1.940.568
Total	2.088.135	7.612.394	11.834.085	17.984.773	9.239.994

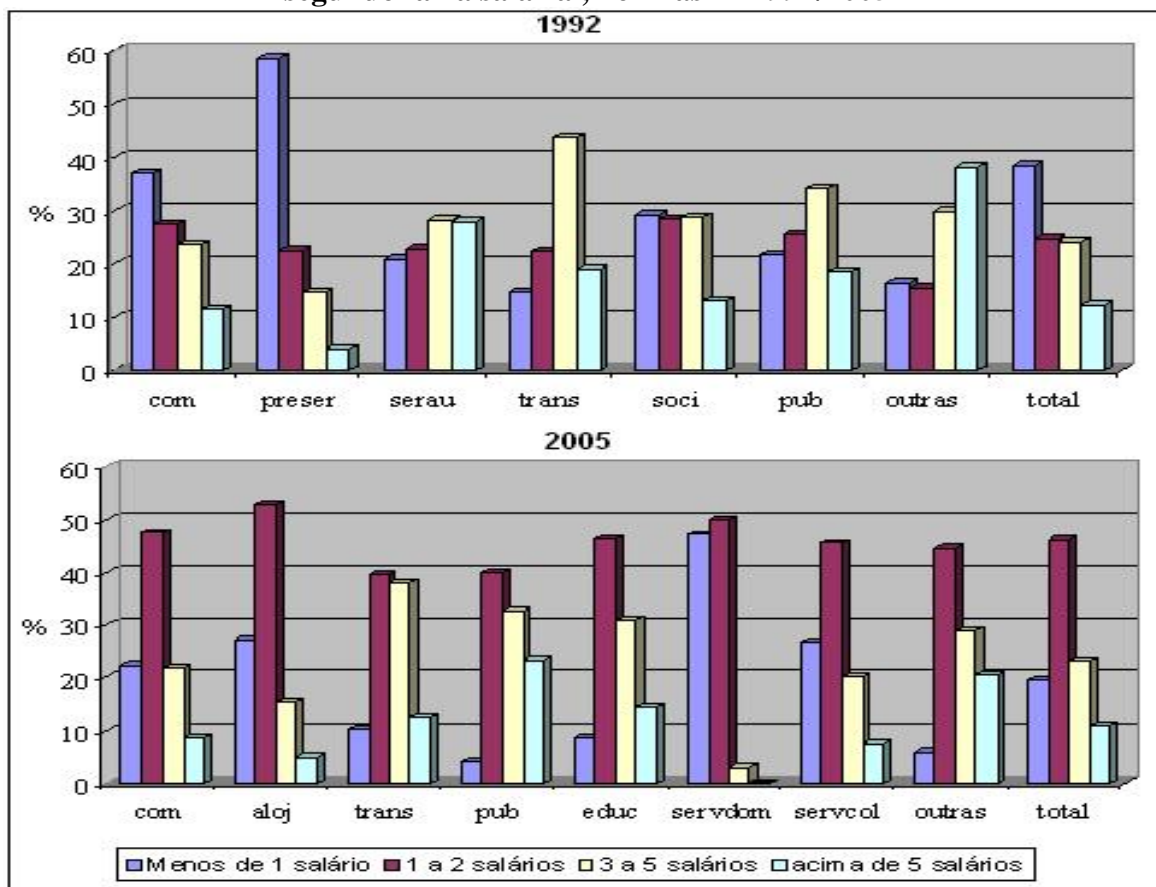
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2005.

Desse modo, quando se analisa a distribuição do emprego terciário por faixa salarial, chama a atenção que, apesar dos serviços absorverem mais de 52,26% da população ocupada no Brasil em 1992, 38,6 % do total de ocupados nas atividades terciárias recebiam menos de um salário mínimo, conforme mostra o Gráfico 5. Vale destacar que, da mão-de-obra empregada no setor de serviços que recebia menos de um salário mínimo, 52,31% encontravam-se no ramo prestação de serviços.

Em relação a 1992, verificou-se, em 2005, por um lado o aumento de ocupados na faixa de 1 a 2 salários mínimos (87,13%), por outro, a redução do percentual de pessoas nas faixas salariais de menos de 1 salário (- 49,08%), de 3 a 5 salários (-4,5%) e acima de 5 salários (-11,93%). De fato, tal comportamento merece atenção pelo seu efeito negativo na distribuição de renda no país, visto que o setor de serviços empregava 58,3% do total de ocupados no Brasil, e, nesse setor, 65,83 % dos trabalhadores recebiam até 2 salários mínimos, em 2005.

Ao analisar o salário médio real por hora pago à mão-de-obra ocupada no setor de serviços, pode-se perceber que seu comportamento foi tímido comparado ao desempenho da ocupação, como mostram as Tabelas 10 e 11. Em um espaço de 14 anos, enquanto o emprego terciário no Brasil cresceu 49,3%, o rendimento médio da mão-de-obra ocupada no setor de serviços teve um acréscimo de 8,1 %, passando de R\$ 4,82 em 1992 para R\$5,21 em 2005.

Gráfico 5: Participação da população ocupada por ramos do setor de serviços, segundo faixa salarial, no Brasil – 1992/2005



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 1992, 2005.

Nota: O salário mínimo fixado em setembro de 1992 era de CR\$ 522186,94, que, em reais, seria R\$ 301,90. O salário mínimo de setembro de 2005 era R\$ 300,00.

É importante destacar que, como a jornada de trabalho varia entre os serviços, o salário médio real por hora é a medida mais apropriada para a comparação dos ganhos reais dos trabalhadores ocupados nas diversas atividades terciárias.

Tabela 10: Anos de trabalho e salário real por hora médio dos ocupados, segundo ramos do setor de serviços, no Brasil - 1992 (R\$)

Atividades Terciárias	Anos de trabalho	Salário/hora
Comércio	4,62	4,28
Prestação de serviços	4,84	2,52
Serviço Auxiliar	5,43	8,41
Transporte e comunicação	6,40	5,91
Social	7,14	6,17
Administração Pública	8,38	6,54
Outras Atividades	6,47	11,04
Total	5,69	4,82

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 1992.

Comparando os rendimentos pagos pelas atividades terciárias, nota-se que, em 1992, a remuneração recebida pelos ocupados na atividade de prestação de serviços era a menor (R\$ 2,52) entre os serviços. Ademais, percebe-se que dentre os três serviços que mais empregaram em 1992, prestação de serviços, comércio e social, apenas o último pagava acima do salário real médio do setor terciário. Em contrapartida, os ramos que remuneravam melhor eram outras atividades (R\$ 11,04) e serviço auxiliar (R\$ 8,41).

Tabela 11: Anos de trabalho e salário/hora médio dos ocupados, segundo ramos do setor de serviços, no Brasil – 2005 (R\$)

Atividades Terciárias	Anos de trabalho	Salário/hora
Comércio e reparação	9,32	4,13
Alojamento e alimentação	8,24	3,04
Transporte, armazenagem e comunicação	9,05	5,16
Administração pública	11,19	8,40
Educação, saúde e serviços sociais	12,53	7,47
Serviços domésticos	6,60	1,98
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	9,62	5,25
Outras atividades	11,53	7,61
Total	9,80	5,21

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2005.

No caso de 2005, dentre os trabalhadores do setor de serviços, os ocupados no ramo de educação, saúde e serviços sociais eram os que recebiam o maior salário médio real por hora (R\$ 12,53). Em contrapartida, nos ramos alojamento e alimentação (R\$ 3,04), serviços domésticos (R\$ 1,98), comércio e reparação (R\$ 4,13), o rendimento estava abaixo que o da média do setor de serviços (R\$ 5,21), sendo que os dois últimos sozinhos absorviam 43,8% do total de ocupados nos serviços.

No que refere ao tempo de permanência no emprego, verificou-se o aumento de 72,2% do tempo médio de permanência no emprego terciário, que passou de 9,8 em 1992 para 5,69 anos em 2005. No interior do setor de serviços, em 1992, o comércio era o ramo do setor de serviços em que a mão-de-obra apresentava o menor tempo de permanência no emprego, destacando-se, além dele, prestação de serviços e serviços sociais, que tinham tempo de permanência abaixo da média do setor. Já os trabalhadores da administração pública eram os possuíam o maior tempo médio de permanência no emprego terciário.

Por outro lado, em 2005, enquanto os ocupados nos ramos educação, saúde e serviços sociais, outras atividades e administração pública tinham o maior tempo de

permanência no emprego terciário, os do ramo serviços domésticos foram os que possuíam o menor tempo de permanência.

A partir das Tabelas 12 e 13, é possível analisar a distribuição salarial segundo os anos de estudo. Como esperado, no período entre 1992 e 2005, observou-se que, de maneira geral, quanto mais instruída a mão-de-obra, maior era o salário médio real por hora, principalmente na passagem de 9 a 11 anos para acima de 11 anos de estudo.

Tabela 12: Distribuição do salário real por hora médio segundo ramos do setor de serviços, por anos de estudo, no Brasil – 1992 (R\$)

Atividades Terciárias	Anos de Estudo				
	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	Acima de 11 anos
Comércio	2,38	3,24	3,52	5,39	10,90
Prestação de Serviços	1,59	2,00	2,54	4,44	9,07
Serviço Auxiliar	2,36	3,81	4,20	6,94	16,77
Transporte e comunicação	2,85	4,47	5,32	7,70	16,18
Social	2,09	2,58	3,10	4,45	11,41
Administração Pública	2,15	3,19	3,89	6,05	13,91
Outras Atividades	2,22	3,31	5,57	10,72	18,55
Total	1,96	2,67	3,35	5,77	13,12

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 1992.

Contudo, merece destaque a atividade de prestação de serviços, que, além de absorver a maior parcela do total de ocupados nos serviços com até 8 anos de estudo, era o ramo do setor de serviços que pagava o menor salário médio real por hora aos seus ocupados em 1992.

Tabela 13: Distribuição do salário real por hora médio segundo ramos do setor de serviços, por anos de estudo, no Brasil – 2005 (R\$)

Atividades Terciárias	Anos de Estudo				
	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	Acima de 11 anos
Comércio e reparação	2,01	2,84	3,09	4,16	9,96
Alojamento e alimentação	1,78	2,32	2,36	3,24	10,44
Transporte, armazenagem e comunicação	2,50	3,88	4,28	5,23	10,49
Administração pública	2,66	3,32	4,21	6,10	15,83
Educação, saúde e serviços sociais	2,60	2,59	2,95	4,42	11,54
Serviços domésticos	1,76	2,07	1,92	2,04	2,33
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	2,50	3,07	3,93	4,87	11,33
Outras atividades	2,51	3,12	3,38	4,85	14,24
Total	2,08	2,73	3,04	4,40	12,34

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2005.

Cabe destacar também os serviços domésticos, que, em 2005, não seguiam a tendência verificada em nível setorial de que quanto mais anos de estudo tiver um trabalhador maior seria o seu salário médio real por hora. Nesse ramo, os trabalhadores receberam salário abaixo do que era pago pela média do setor de serviços em todas as faixas de escolaridade.

4.1.2 O emprego no setor de serviços formal e informal brasileiro

Como visto, a população ocupada no setor de serviços brasileiro teve um crescimento de 49,3%, passando de 32,6 milhões, em 1992, para 48,2 milhões, em 2005, gerando 16,1 milhões de empregos novos ao longo desses 14 anos. Todavia, quando analisado o salário médio real por hora pago aos ocupados desse setor, pode-se perceber que seu comportamento foi tímido comparado ao desempenho da ocupação, dado que cresceu apenas 8,1 pontos percentuais.

Além disso, constatou-se que, apesar da melhoria no nível de instrução, 46,19% do total da mão-de-obra empregada no setor de serviços ainda recebia de 1 a 2 salários mínimos em 2005. Apesar disso, tal resultado parece animador se confrontado ao de 1992, quando 38,2% dos ocupados nos serviços recebiam menos de 1 salário mínimo.

Frente a essas considerações, impõe-se a necessidade de verificar como se distribui a mão-de-obra ocupada no setor de serviços, formal e informal, no Brasil, visto que as atividades terciárias são caracterizadas por serem mais intensivas em vínculos informais.

Dessa forma, a partir das Tabelas 14 e 15, é possível observar que o emprego no setor de serviços formal, onde se concentram os trabalhadores protegidos por contratos de trabalho (regidos pela CLT e pelos estatutos públicos), cresceu 54,7%, aumentando sua participação de 46%, em 1992, para 54,7%, em 2005. É possível destacar, também o crescimento de 199% do nível de emprego no setor de serviços informal, constituído por assalariados sem carteira assinada, que gerou 8,8 milhões de novos postos de trabalho ao longo do período analisado.

Pode-se ver que, em 1992, a maior concentração de trabalhadores ocupados no setor de serviços formal e informal ocorreu nos ramos serviços sociais, comércio, prestação de serviços e administração pública (principalmente no setor formal). Já em 2005, enquanto, nos serviços formais, o maior percentual de trabalhadores estava em comércio e reparação (24,6%), educação, saúde e serviços sociais (22,3%), nas atividades terciárias

informais, por sua vez, o maior contingente da mão-de-obra encontrava-se nos ramos serviços domésticos (36%) e comércio e reparação (21,7%).

Tabela 14: Distribuição da população ocupada segundo ramos do setor de serviços formal e informal, no Brasil - 1992

Atividades Terciárias	Formal		Informal	
	Nº	Part. (%)	Nº	Part. (%)
Comércio	2.656.613	17,7	1.221.205	27,7
Prestação de serviços	2537271	16,9	1.262.348	28,6
Serviço Auxiliar	887.852	5,9	285.689	6,5
Transporte e comunicação	1.334.085	8,9	294.003	6,7
Social	4.065.694	27,1	838.649	19,0
Administração Pública	2.545.396	17,0	353.938	8,0
Outras Atividades	979.629	6,5	152.760	3,5
Total	15.006.540	100,0	4.408.592	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 1992.

Verifica-se, portanto, que o crescimento do emprego terciário no Brasil aparenta estar ligado às atividades com baixa relação capital/trabalho. Diante disso, pode-se aludir que tal crescimento se deveu mais à dificuldade dos indivíduos de encontrarem emprego nos demais setores da economia do que à modernização econômica.

Tabela 15: Distribuição da população ocupada segundo ramos do setor de serviços formal e informal, no Brasil - 2005

Atividades Terciárias	Formal		Informal	
	Nº	Part. (%)	Nº	Part. (%)
Comércio e reparação	5.703.701	24,6	2.859.163	21,7
Alojamento e alimentação	998.419	4,3	721.124	5,5
Transporte, armazenagem e comunicação	1.960.074	8,4	621.396	4,7
Administração pública	3.245.763	14,0	889.566	6,7
Educação, saúde e serviços sociais	5.180.088	22,3	1.564.946	11,9
Serviços domésticos	1.700.272	7,3	4.751.389	36,0
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	879.119	3,8	838.143	6,4
Outras atividades	3.551.055	15,3	936.584	7,1
Total	23.218.491	100,0	13.182.311	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2005.

Quando se observa a distribuição dos ocupados por gênero, os dados expostos nas Tabelas 16 e 17 revelam que, em 1992, o percentual da mão-de-obra masculina era superior ao da feminina no total de ocupados, tanto nos serviços formal quanto no

informal. Porém, como as ocupações femininas cresceram em ritmo superior ao das masculinas, principalmente nos serviços informais, essa proporção se inverteu e a maior parcela dos ocupados nos serviços, em 2005, passou a ser constituída por mulheres.

Tabela 16: Participação da população ocupada segundo ramos do setor de serviços formal e informal, por gênero, no Brasil - 1992 (%)

Atividades Terciárias	Formal		Informal	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Comércio	1.701.520	955.093	854.022	367.183
Prestação de serviços	1.325.740	1.211.531	885.223	377.125
Serviço Auxiliar	543.281	344.571	179.386	106.303
Transporte e comunicação	1.177.884	156.201	271.578	22.425
Social	894.141	3.171.553	236.519	602.130
Administração Pública	1.744.099	801.297	230.129	123.809
Outras Atividades	567.519	412.110	99.281	53.479
Total	7.954.184	7.052.356	2.756.138	1652454

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 1992.

Deve-se notar que, em 1992, o ramo do setor de serviços (formal e informal) que mais absorvia a mão-de-obra feminina era serviço social. Já entre os homens, era maior o percentual em comércio, prestação de serviços e administração pública, sendo este último apenas no setor formal. No caso de 2005, verificou-se que, no que se refere às mulheres, a participação era maior nos ramos serviços domésticos e educação, saúde e serviços sociais. Quanto aos homens, a proporção era maior em comércio e reparação.

Tabela 17: Participação da população ocupada segundo ramos do setor de serviços formal e informal, por gênero, no Brasil - 2005 (%)

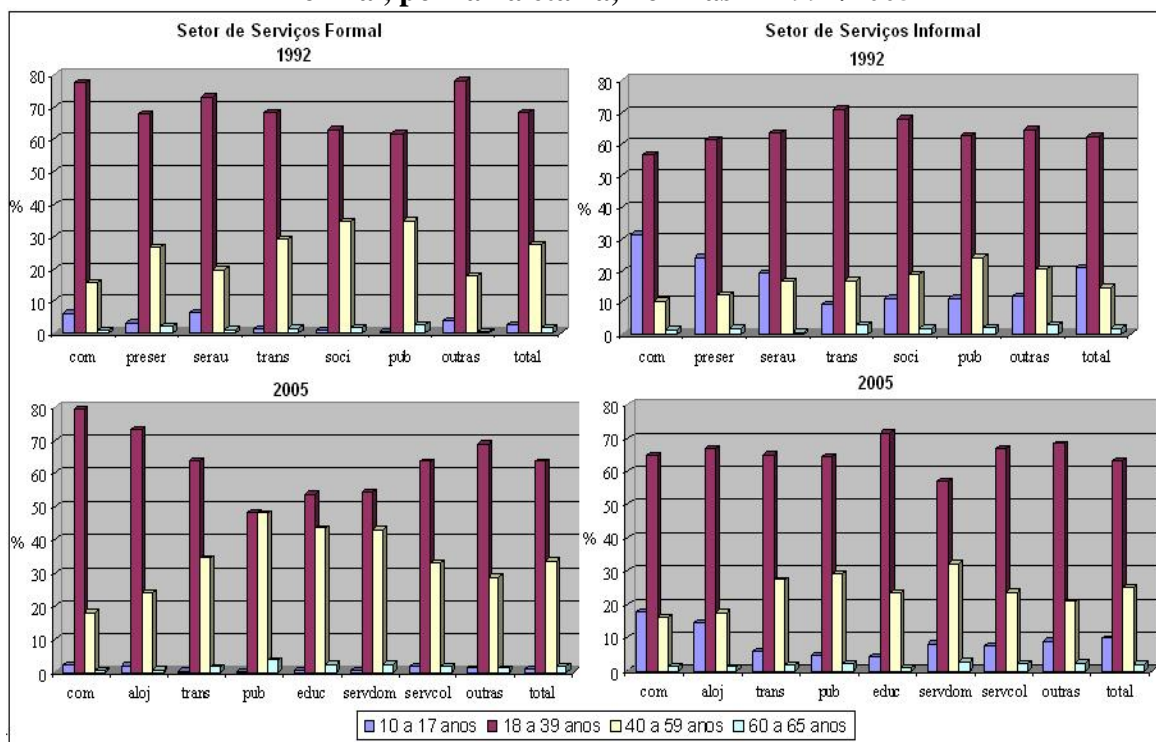
Atividades Terciárias	Formal		Informal	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Comércio e reparação	3.456.131	2.247.570	2.017.146	842.017
Alojamento e alimentação	472.670	525.749	336.603	384.521
Transporte, armazenagem e comunicação	1.592.622	367.452	544.949	76.447
Administração pública	2.057.841	1.187.922	490.218	399.348
Educação, saúde e serviços sociais	1.070.515	4.109.573	387.975	1.176.971
Serviços domésticos	175.148	1.525.124	246.495	4.504.894
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	447.849	431.270	439.105	399.038
Outras atividades	2.182.256	1.368.799	552.880	383.704
Total	11.455.032	11.763.459	5.015.371	8.166.940

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2005.

Em termos de ocupação pelos diferentes tipos de faixa etária, novamente não houve uma alteração significativa de 1992 para 2005, como demonstra o Gráfico 6. Observou-se a maior incidência dos ocupados no setor de serviços, formal e informal, nas faixas etárias de 18 a 39 anos e de 40 a 59 anos de idade.

No setor de serviços formal, ao longo desses 14 anos, os movimentos das ocupações foram diferenciados por grupo de idade, com redução da presença de pessoas nas faixas etárias de 10 a 17 anos (-60,1%) e de 18 a 39 anos (-6,8%) e aumento para aquelas na faixa etária de 40 a 59 anos (22,2%) e de 60 a 65 anos (2,2%).

Gráfico 6: Distribuição da população ocupada segundo do setor de serviços, formal e informal, por faixa etária, no Brasil - 1992/2005



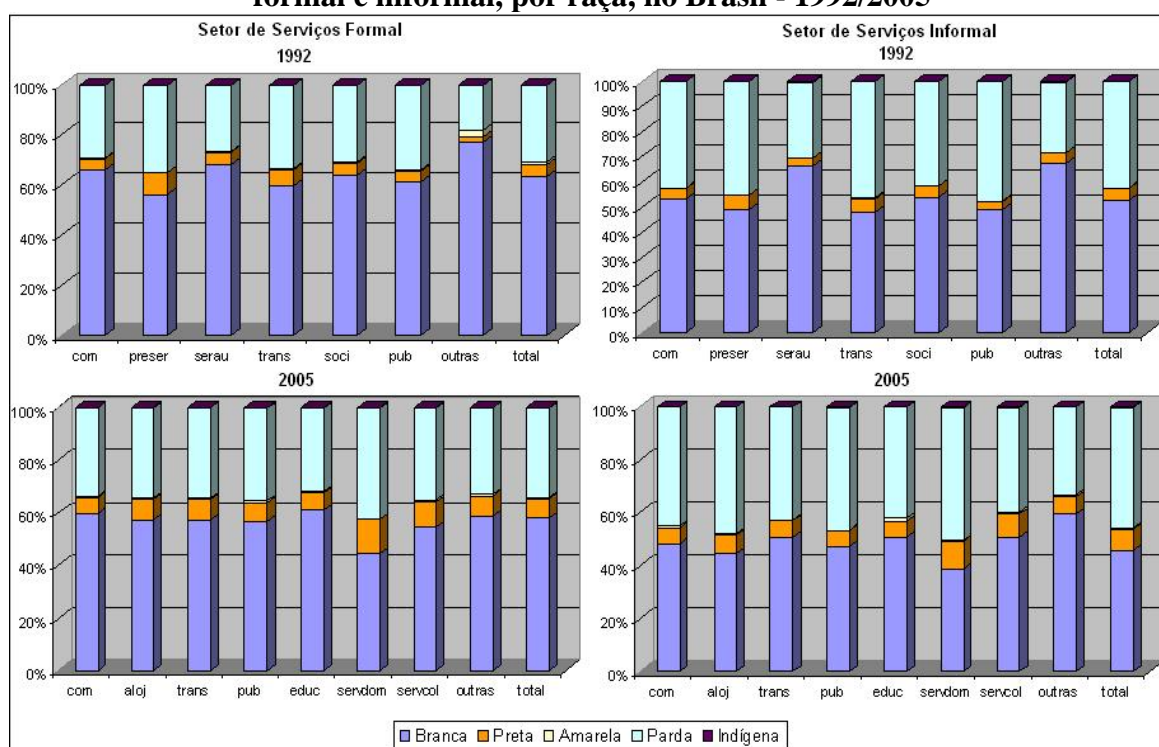
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 1992, 2005.

Já nos serviços informais, evidenciou-se o crescimento da participação das faixas etárias de 18 a 39 anos (1,3%), de 40 a 59 (68,4%) e de 60 a 65 anos (10%). Cabe destacar que o aumento de pessoas com 60 a 65 anos de idade nas atividades terciárias informais pode sinalizar que as pessoas dessa faixa etária, após se aposentarem, estariam retornando ao mercado de trabalho, buscando complementar os seus rendimentos, a fim de ajudar nos custos do domicílio em que residem. Pode-se destacar também que, apesar da redução de

53,4 % de indivíduos com idade entre 10 a 17 anos no setor de serviços informal em 2005, essa faixa etária ainda representa 9,8% do total de ocupados nos serviços informais.

Quando se considera o atributo raça/cor, nota-se que os assalariados nos serviços formais e informais são, em sua maioria, brancos e pardos e que, de 1992 para 2005, ocorreu o decréscimo da participação dos ocupados brancos e amarelos, destacando-se que, nesse último grupo, a redução ocorreu apenas no setor formal (ver Gráfico 7). Para os demais grupos, observou-se aumento da participação no total de ocupados dos serviços (formais ou não), que foi mais intenso para os indivíduos da raça indígena, que, apesar de apresentarem uma participação inferior a 1% em todas as atividades terciárias, cresceram mais de 180%.

Gráfico 7: Distribuição da população ocupada segundo ramos do setor de serviços, formal e informal, por raça, no Brasil - 1992/2005



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 1992, 2005.

Em termos da ocupação pelos diferentes anos de estudo, a partir das Tabelas 18 e 19, constatou-se que, durante o período analisado, melhorou o nível de escolaridade da mão-de-obra empregada no setor de serviços formais, com a redução da participação dos indivíduos com menos de 1 ano de estudo (de 5,03%, em 1992, para 2,45%, em 2005),

com 1 a 4 anos de estudo (20,66%, em 1992, para 11,11%, em 2005) e com 5 a 8 anos de estudo (de 26,16%, em 1992, para 19,35%, em 2005).

Por outro lado, verificou-se o crescimento do percentual de pessoas que têm de 9 a 11 anos de estudo (28,54%, em 1992, para 42,69%, em 2005) e acima de 11 anos (19,62%, em 1992, para 24,40%, em 2005). Desse modo, durante esses 14 anos, o maior contingente de assalariados nos serviços formais que possuía de 9 a 11 anos de estudo estava empregado nos serviços sociais, em 1992. Já, em 2005, a maioria das pessoas com essa faixa de instrução estava em comércio e reparação.

Tabela 18: Distribuição da população ocupada segundo do setor de serviços formal e informal, por anos de estudo, no Brasil - 1992

Atividades Terciárias	Anos de Estudo				
	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	Acima de 11 anos
FORMAL	754.095	3.100.157	3.925.226	4.283.310	2.943.752
Comércio	102.709	496.968	993.978	864.696	198.262
Prestação de serviços	269.922	980.442	892.996	333.553	60.358
Serviço Auxiliar	34.234	115.312	208.332	334.330	195.644
Transporte e comunicação	52.686	402.372	461.844	304.861	112.322
Social	120.822	608.113	702.110	1.232.813	1.401.836
Administração Pública	161.676	459.367	548.528	776.309	599.516
Outras Atividades	12.046	37.583	117.438	436.748	375.814
INFORMAL	367.538	1.282.811	1.547.192	862.185	348.866
Comércio	103.940	364.937	496.082	224.517	31.729
Prestação de serviços	109.184	480.019	500.199	151.033	21.913
Serviço Auxiliar	15.010	45.218	100.743	92.282	32.436
Transporte e comunicação	41.042	116.411	106.278	25.742	4.530
Social	49.636	165.851	208.858	235.811	178.493
Administração Pública	39.831	77.140	90.536	91.571	54.860
Outras Atividades	8.895	33.235	44.496	41.229	24.905

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 1992.

Em relação aos serviços informais, como as ocupações nessas atividades cresceram 199%, de 1992 para 2005, verificou-se o crescimento de assalariados para todas as faixas de instrução, principalmente a partir de 9 anos de estudos. Enquanto, em 1992, a maior parcela de ocupados nos serviços informais tinha de 5 a 8 anos de estudo (35,1%) e, dentre estes, a maioria se encontrava no ramo de prestação de serviços (32,33%), em 2005, do total de ocupados nos serviços sociais, a maior proporção tinha de 9 a 11 anos de estudo (32,1%) e estavam em comércio e reparação. Vale citar que indivíduos com menos de 9

anos de estudo se encontravam, em média, 54,8% nos serviços domésticos do setor informal.

Quanto à distribuição dos ocupados por faixas salariais, pode-se dizer, pela análise do Gráfico 8, que, tanto no setor de serviços formal quanto no informal, houve a redução da participação de trabalhadores que auferem renda inferior a 1 salário mínimo e acima de 3 salários.

Tabela 19: Distribuição da população ocupada segundo ramos do setor de serviços formal e informal, por anos de estudo, no Brasil – 2005

Atividades Terciárias	Anos de Estudo				
	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	Acima de 11 anos
FORMAL	569.823	2.579.399	4.493.336	9.911.267	5.664.666
Comércio e reparação	79.480	477.071	1.290.822	3.214.499	641.829
Alojamento e alimentação	34.344	143.837	335.315	428.223	56.700
Transporte, armazenagem e comunicação	26.961	267.112	524.955	849.446	291.600
Administração pública	105.135	322.535	428.482	1.339.436	1.050.175
Educação, saúde e serviços sociais	70.455	317.612	475.153	1.883.460	2.433.408
Serviços domésticos	140.472	601.444	605.395	342.923	10.038
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	35.496	121.468	191.364	342.946	187.845
Outras atividades	77.480	328.320	641.850	1.510.334	993.071
INFORMAL	814.517	2.562.619	4.047.766	4.230.781	1.526.628
Comércio e reparação	118.585	441.713	1.000.153	1.132.878	165.834
Alojamento e alimentação	31.405	126.223	286.328	241.468	35.700
Transporte, armazenagem e comunicação	23.723	123.520	238.607	184.456	51.090
Administração pública	45.069	102.291	160.083	366.946	215.177
Educação, saúde e serviços sociais	38.225	94.033	172.028	637.097	623.563
Serviços domésticos	499.075	1.509.786	1.793.876	926.210	22.442
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	32.806	103.069	233.929	325.017	143.322
Outras atividades	25.629	61.984	162.762	416.709	269.500

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2005.

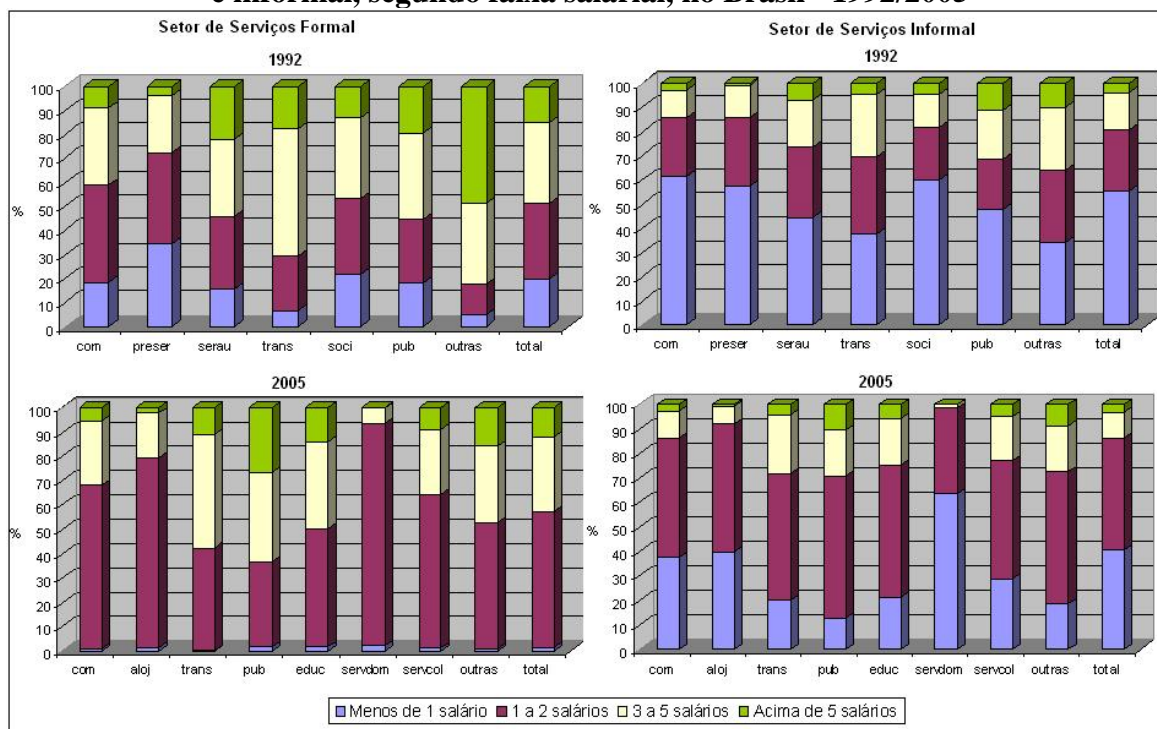
Outro aspecto relevante é que, nos serviços formais, a redução foi maior na primeira faixa salarial (-94,37%), ao passo que, nos serviços informais, o declínio foi mais intenso na segunda faixa salarial, variação de -30,93% para pessoas que recebem de 3 a 5 salários, e de 20,80% para aquelas na faixa acima de 5 salários.

Ao analisar o salário médio real por hora pago à mão-de-obra ocupada no setor de serviços, pode-se perceber que, durante o período analisado, os trabalhadores do segmento

formal receberam, em média, R\$ 2,73 acima dos ocupados no segmento informal desse setor. Estes dados se encontram nas Tabelas 20 e 21.

Pode-se citar também que, enquanto o rendimento médio dos trabalhadores nas atividades terciárias informais aumentou em 7,4% (de R\$ 2,94, em 1992, para R\$ 3,16, em 2005), o dos trabalhadores do setor formal, por sua vez, reduziu -4,06% (de R\$ 5,9 para R\$ 5,66). Tal redução permitiu uma redução do diferencial salarial entre trabalhadores dos segmentos formal e informal do setor de serviços, que era, em média, de R\$2,96, em 1992, e passou para R\$ 2,50, em 2005.

Gráfico 8: Participação da população ocupada por ramos do setor de serviços, formal e informal, segundo faixa salarial, no Brasil - 1992/2005



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 1992, 2005.

Nota: O salário mínimo fixado em setembro de 1992 era de CR\$ 522186,94, que, em reais, seria R\$ 301,90. O salário mínimo de setembro de 2005 era R\$ 300,00.

Quando se observa os rendimentos pagos nas atividades do setor de serviços em 1992, é possível identificar que, no segmento formal do setor de serviços, as pessoas ocupadas nos ramos prestação de serviços (R\$ 3,06) e comércio (R\$ 4,11) eram as que recebiam a menor remuneração. Em oposição, todos os demais ramos pagavam um salário acima da média do setor de serviços formal, destacando-se os trabalhadores ocupados em outras atividades, que recebiam 22,36% acima daqueles ocupados em prestação de serviços.

Em 2005, dentre os serviços do segmento formal, a menor remuneração era a recebida pelas pessoas ocupadas nos serviços domésticos. Além desse ramo, comércio e reparação, alojamento e alimentação e outros serviços coletivos, sociais e pessoais pagavam abaixo do salário médio pago no segmento formal do setor de serviços. No caso das atividades terciárias informais, observa-se que, em 1992, as pessoas ocupadas nos ramos de prestação de serviços (R\$ 2,17) e administração pública (R\$ 5,00) eram as que recebiam, respectivamente, o menor e o maior salário real por hora médio.

Tabela 20: Anos de trabalho e salário real por hora médios dos ocupados, segundo ramos do setor de serviços formal e informal, no Brasil - 1992

Atividades Terciárias	Anos de trabalho	Salário/Hora
FORMAL	6,34	5,90
Comércio	3,90	4,11
Prestação de serviços	4,10	3,06
Serviço Auxiliar	4,54	7,17
Transporte e comunicação	6,21	6,12
Social	7,92	6,06
Administração Pública	9,02	6,76
Outras Atividades	7,10	13,68
INFORMAL	2,56	2,94
Comércio	1,97	2,29
Prestação de serviços	2,35	2,17
Serviço Auxiliar	2,49	3,99
Transporte e comunicação	2,73	2,72
Social	3,11	3,59
Administração Pública	3,86	5,00
Outras Atividades	2,90	4,61

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 1992.

No que se refere à duração do emprego terciário, observou-se o aumento do tempo médio de permanência nas ocupações do segmento formal de 70,34%, passando de 6,34 anos, em 1992, para 10,8 anos, em 2005. Já no setor informal, essa elevação foi expressiva, sendo de 238%, passando de 2,56 para 8,67 anos (ver Tabelas 20 e 21). Em relação a 1992, o ramo do comércio era o que apresentava menor tempo de permanência da mão-de-obra formal no emprego. Os ramos com duração superior à média do setor eram o de administração pública, social e outras atividades, com 9,02, 7,92 e 7,10 anos de trabalho.

No segmento informal, os trabalhadores que apresentaram o maior tempo de permanência no emprego estavam ocupados nos ramos administração, com 3,86 anos de trabalho, e social, com 3,11 anos. Já em 2005, tanto no setor de serviços formal quanto no informal, os ramos serviços domésticos e educação, saúde e serviços sociais foram os que

apresentaram, respectivamente, o menor e o maior tempo de permanência dentre os ramos desse setor.

Tabela 21: Anos de trabalho e salário real por hora médios dos ocupados, segundo ramos do setor de serviços formal e informal, no Brasil – 2005

Atividades Terciárias	Anos de trabalho	Salário/hora
FORMAL	10,80	5,66
Comércio e reparação	10,49	3,74
Alojamento e alimentação	9,13	2,94
Transporte, armazenagem e comunicação	10,07	5,07
Administração pública	11,40	9,18
Educação, saúde e serviços sociais	12,60	7,17
Serviços domésticos	6,71	2,26
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	10,16	5,25
Outras atividades	11,11	6,14
INFORMAL	8,67	3,16
Comércio e reparação	8,81	2,58
Alojamento e alimentação	8,36	2,27
Transporte, armazenagem e comunicação	8,48	3,33
Administração pública	10,40	5,66
Educação, saúde e serviços sociais	11,98	5,26
Serviços domésticos	6,56	1,88
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	9,59	4,67
Outras atividades	11,12	4,84

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2005.

Em termos da distribuição salarial segundo os anos de estudo, nota-se que, de maneira geral, quanto mais instruída a mão-de-obra, maior era o salário médio real por hora, principalmente na passagem de 9 a 11 anos para acima de 11 anos de estudo, como mostram as Tabelas 22 e 23.

Tabela 22: Distribuição do salário real por hora médio segundo ramos do setor de serviços formal e informal, por anos de estudo, no Brasil - 1992 (R\$)

Atividades Terciárias	Anos de Estudo				
	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	Acima de 11 anos
FORMAL	2,38	3,05	3,60	5,86	12,92
Comércio	2,28	3,00	3,22	4,51	10,60
Prestação de serviços	2,00	2,47	2,89	4,57	11,56
Serviço Auxiliar	2,77	3,69	3,88	5,71	16,00
Transporte e comunicação	3,79	4,26	4,70	7,25	16,67
Social	2,33	2,82	3,43	4,67	10,34
Administração Pública	2,46	3,23	3,98	6,16	13,93
Outras Atividades	4,22	5,21	6,64	11,44	19,63
INFORMAL	1,43	1,93	2,41	3,62	8,89

Tabela 22: Distribuição do salário real por hora médio segundo ramos do setor de serviços formal e informal, por anos de estudo, no Brasil - 1992 (R\$) (cont.)

Atividades Terciárias	Anos de Estudo				
	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	Acima de 11 anos
Comércio	1,36	1,65	2,15	3,37	7,11
Prestação de serviços	1,54	1,85	2,20	3,12	5,13
Serviço Auxiliar	1,62	2,40	3,21	3,91	9,92
Transporte e comunicação	1,27	2,54	3,03	3,80	6,69
Social	1,54	1,70	2,02	3,36	8,06
Administração Pública	0,96	2,99	3,43	4,80	13,71
Outras Atividades	2,74	2,12	4,15	4,95	8,86

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 1992.

Deve-se destacar que, em 1992, quando o nível de escolaridade do trabalhador aumentava de 9 a 11 anos de estudo para acima de 11 anos, o salário real médio pago ao trabalhador aumentava 150% (de R\$ 4,73 para R\$ 12,92) no formal e 154% (de R\$ 2,57 para R\$ 6,66) no informal.

Tabela 23: Distribuição do salário real por hora médio segundo ramos do setor de serviços formal e informal, por anos de estudo, no Brasil - 2005 (R\$)

Atividades Terciárias	Anos de Estudo				
	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	Acima de 11 anos
FORMAL	2,52	2,87	3,10	4,29	11,65
Comércio e reparação	2,75	2,98	2,93	3,42	7,61
Alojamento e alimentação	2,14	2,25	2,43	3,05	7,28
Transporte, armazenagem e comunicação	3,12	3,83	3,90	4,64	9,77
Administração pública	2,85	3,37	4,41	6,53	16,92
Educação, saúde e serviços sociais	3,04	2,78	3,25	4,66	10,57
Serviços domésticos	2,00	2,29	2,25	2,33	2,72
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	2,01	2,96	2,99	4,26	11,46
Outras atividades	2,54	2,83	3,01	4,33	12,29
INFORMAL	1,84	2,07	2,18	3,11	8,47
Comércio e reparação	1,66	1,91	1,99	2,75	7,35
Alojamento e alimentação	1,39	1,83	2,00	2,50	5,08
Transporte, armazenagem e comunicação	2,16	2,42	2,93	3,62	6,90
Administração pública	2,21	3,18	3,75	4,61	10,78
Educação, saúde e serviços sociais	2,20	2,20	2,55	3,46	8,48
Serviços domésticos	1,69	1,98	1,81	1,93	2,15
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	3,53	2,48	3,55	4,61	8,47
Outras atividades	2,34	2,47	2,74	3,78	8,54

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2005.

No ano de 2005, observa-se que o aumento no tempo de escolaridade do trabalhador provocava um aumento da renda maior do que o ocorrido em 1992. Quando o tempo aumentava de 9 a 11 para mais de 11 anos de estudo, o salário real médio do setor formal aumentava 75,59% (passando de R\$ 5,86 para R\$ 10,29) no formal e 145,58% (de R\$ 3,62 para R\$ 8,89) no informal.

4.2 Perfil do emprego terciário na região Nordeste

No que concerne à economia nordestina, observa-se que, até os anos de 1950, essa economia passava por um período de isolamento regional e de lentidão às mudanças ocorridas em nível nacional. Durante esse período, embora a economia nordestina fosse predominante agrícola (com significativa participação de culturas de exportação no valor de seu produto), o desenvolvimento regional era determinado pela dinâmica da expressiva agroindústria açucareira, e da indústria têxtil algodoeira (ARAÚJO; SOUZA; LIMA, 1997).

A partir da década de 1950, o desenvolvimento da região nordestina passa por uma nova fase, marcada pela integração da estrutura produtiva inter-regional, mediante a transferência de capitais das regiões mais desenvolvidas do país para o Nordeste, realizada pelo Estado.

O principal objetivo da estratégia de desenvolvimento era o de industrializar a região, estimulando a implantação de projetos em atividades industriais antes inexistentes; ao mesmo tempo, promover a modernização das principais atividades industriais, como a indústria têxtil, para a qual se concebeu um programa de reequipamento e modernização no início dos anos 60. (ARAÚJO; SOUZA; LIMA, 1997, p.57)

O Nordeste entra numa fase de dinamismo, que vai até o final dos anos 1970, com taxas de crescimento do produto regional superiores às da economia brasileira como um todo. Nesse sentido, pela análise da Tabela 24, percebe-se que a importância do setor agropecuário na composição do PIB nordestino vem diminuindo desde a década de 1970, e manteve-se em queda até o ano de 2000, quando registrou uma participação de 9,4%.

Como mostra ainda a Tabela 24, entre 1970 e 2000, o setor de serviços representou o setor mais dinâmico da região Nordeste, contribuindo com mais de 50% do PIB regional. Contudo, deve-se notar que, embora a participação dos serviços na produção regional tenha

aumentado durante as décadas de 1980 e 1990, sua taxa de crescimento vem diminuindo (ver Tabelas 25 e 26).

No que se refere ao setor industrial nordestino, constata-se que, no período entre 1970-85, as atividades industriais aumentaram a participação no produto regional, representando, em 1985, 30,2% do PIB. De acordo com Santana (2001), durante esse período, notou-se uma mudança no direcionamento das políticas industriais no Nordeste.

Tabela 24: Participação do PIB setorial no PIB global da região Nordeste do Brasil-1970-2000

ANO	Participação		
	Agropecuário	Industrial	Serviços
1970	21,0	27,4	51,6
1980	17,3	29,3	53,4
1985	16,2	30,2	53,6
1990	12,8	27,5	59,7
1995	10,2	20,0	69,8
2000	9,4	35,6	55,0

Fonte: Boletim Conjuntural do Nordeste. Sudeste

Enquanto, no período entre 1970-74, buscou-se diversificar a estrutura industrial e modernizar as indústrias tradicionais (com o intuito de permitir maior autonomia à economia nordestina), entre 1975-80, por sua vez, as políticas industriais tinham o objetivo de explorar os recursos naturais da região, contribuindo, assim, para a integração da produção nacional.

Nesse contexto, na segunda metade dos anos 1980, teria ocorrido apenas a maturação dos investimentos realizados no Nordeste, sem grandes alterações da estrutura produtiva. Dessa forma, a Tabela 25 permite observar que, durante os anos 1980, período de recessão para a economia brasileira, a taxa de crescimento de todos os setores produtivos no Nordeste caiu, destaque para o setor industrial que alcançou uma taxa de crescimento de apenas 1%.

Tabela 25: Taxa média anual de crescimento do PIB real do Nordeste, por setores econômicos - 1970-99 (%)

Período	Agropecuário	Industrial	Serviços	Total
1970-80	5,4	9,1	10,2	8,7
1980-90	1,5	1,0	4,6	3,3
1990-99 (1)	-1,6	4,0	3,5	3,0

Fonte: Tabela extraída do Boletim Conjuntural do Nordeste do Brasil. SUDENE.

(1) Dados preliminares para os anos de 1990-99

Ao longo da segunda metade dos anos 1980 e início dos anos noventa, a participação industrial na composição do PIB regional manteve-se em queda. Tal tendência pode ser explicada pela abertura da economia brasileira, realizada na primeira metade dos anos noventa. Durante esse período, as empresas brasileiras, para não entrarem em falência, viram-se forçadas a passarem por um processo de reestruturação produtiva, com o intuito de ganharem competitividade.

Os dados apresentados na Tabela 25 mostram uma recuperação da atividade industrial no Nordeste na segunda metade dos anos noventa, representando, em 2000, 35,6% do PIB regional. A taxa média de crescimento da indústria nordestina foi, na década de noventa, de 4%, mais do dobro da indústria nacional, que foi de 1,9%⁹.

Quanto à evolução do emprego, deve-se notar que a tendência do aumento da participação da força de trabalho no setor de serviços e da redução do emprego no setor agrícola e industrial observada para a economia brasileira também se verifica na região nordestina, como mostra a Tabela 26.

Tabela 26: Distribuição da força de trabalho por setores. Nordeste - 1970-2000

Ano	Participação		
	Agropecuário	Industrial	Serviços
1970	62,54	10,63	26,83
1980	49,85	16,08	34,06
1991	37,56	15,89	46,55
2000	31,7	15,47	52,83

Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000. IBGE

4.2.1 Emprego terciário no Nordeste em 1992 e 2005

No Brasil, a década de 1980, caracterizada pela desaceleração do crescimento da economia resultado da interrupção de fontes de financiamento externo e da incapacidade do Estado de gerar fontes alternativas de poupança, e os anos 1990, marcados por planos de estabilização e pela ocorrência de um processo de reestruturação produtiva, implicaram em elevado nível de desemprego e intensificação da realocação setorial do trabalho, o que levou à redução do emprego nos setores industrial e agrícola e à absorção, parcial, dessa mão-de-obra excedente no setor de serviços.

⁹ Dado extraído do Boletim Conjuntural do Nordeste do Brasil. SUDENE

Na região Nordeste, pode-se também observar que o efeito desses acontecimentos afetaram as ocupações setoriais, como pode ser verificado na Tabela 27. No período analisado houve um crescimento no pessoal ocupado de 27,38%, passando de 17,3 milhões, em 1992, para 22,1 milhões, em 2005, o que significou a geração de cerca de 4,7 milhões de postos de trabalho líquidos. Este crescimento foi maior no setor de serviços que apresentou um incremento de 43,15%, seguido da indústria com 39,44% e do setor agrícola com 6,5%.

A análise dos dados mostra ainda um crescimento da PEA em ritmo superior ao da população ocupada, com um aumento líquido de 5,8 milhões de indivíduos, ou seja, os empregos gerados foram incapazes de absorver toda a força de trabalho, ocasionando uma elevação da taxa de desemprego em 86,84%.

Quanto à taxa de desemprego por gênero, os dados mostram que, entre 1992 e 2005, esta taxa se elevou tanto para os homens (de 5,6% para 7,1%) como para as mulheres (7,9% para 12,2%), porém, o aumento foi significativamente maior para a mão-de-obra feminina. Este fato também foi observado em nível nacional, mas com um crescimento um pouco menor do que o observado para o Nordeste.

Tabela 27: Evolução e distribuição setorial das ocupações, no Nordeste - 1992/2005

Indicadores	1992	2005	Var. 92-2005 (%)
Agrícola	7.214.451	7.683.093	6,50
Homem	4.722.849	5.154.389	9,14
Mulher	2.491.602	2.528.704	1,49
Indústria	2.447.507	3.412.775	39,44
Homem	1.990.093	2.469.708	24,10
Mulher	457.414	943.067	106,17
Serviços	7.679.639	10.993.281	43,15
Homem	3.683.110	5.302.791	43,98
Mulher	3.996.529	5.690.490	42,39
População Ocupada	17.341.597	22.089.149	27,38
Homem	10.396.052	12.926.888	24,34
Mulher	6.945.545	9.162.261	31,92
Desempregados	1.211.630	2.263.819	86,84
Homem	618.816	992.229	60,34
Mulher	592.814	1.271.590	114,50
PEA	18.553.227	24.352.968	31,26
Não PEA	10.892.982	13.461.869	23,58
PIA	29.446.209	37.814.837	28,42

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 1992, 2005.

Os dados da Tabela 27 mostram ainda que a criação de postos de trabalho na indústria e nos serviços cresceu em um ritmo superior ao observado para a PEA, o que implica em aumento da participação desses setores no total da população ocupada no Nordeste.

É importante destacar a participação do setor de serviços na oferta de empregos nordestina. Se, em 1992, os serviços absorviam 44,3% do total de ocupados, em 2005, eles passaram a abrigar 49,8% desse total. Em contrapartida, durante esses 14 anos, houve um baixo crescimento da mão-de-obra ocupada na indústria (14,1% para 15,5%) e uma queda da participação das ocupações no setor agrícola (de 41,6% para 34,8%). Outro aspecto relevante é que o total de ocupados nos serviços da região Nordeste representava 23,52%, em 1992, e 22,54%, em 2005, da mão-de-obra empregada no setor de serviços brasileiro.

Analisando a distribuição dos ocupados nos diversos ramos do setor de serviços nordestino, percebe-se que, em 1992, do total de ocupados nas atividades terciárias, 33,7% estavam na prestação de serviços, 26,7% no comércio e 17% nos serviços sociais, constituindo, assim, os ramos com maior participação no emprego terciário. Em 2005, a maior concentração se verificou nos ramos comércio e reparação (32,4%), educação, saúde e serviços sociais (16,1%) e serviços domésticos (13,4%), conforme os dados apresentados nas Tabelas 28 e 29.

Desse modo, pode-se dizer que, na região Nordeste, como verificado a nível nacional, o crescimento do emprego terciário aparenta estar ligado a atividades tidas como trabalho-intensivas, que não exigem alta qualificação profissional e fornecem baixa remuneração, e aos investimentos do governo.

Tabela 28: Distribuição da população ocupada segundo ramos do setor de serviços, por gênero no Nordeste - 1992

Atividades Terciárias	Total		Homem		Mulher	
	Nº	Part. (%)	Nº	Part. (%)	Nº	Part. (%)
Comércio	2.051.472	26,7	1.294.013	35,1	757.459	19,0
Prestação de serviços	2.585.258	33,7	905.559	24,6	1.679.699	42,0
Serviço Auxiliar	263.061	3,4	172.087	4,7	90.974	2,3
Transporte e comunicação	442.169	5,8	408.090	11,1	34.079	0,9
Social	1.377.913	17,9	285.773	7,8	1.092.140	27,3
Administração Pública	744.031	9,7	467.605	12,7	276.426	6,9
Outras Atividades	215.735	2,8	149.983	4,1	65.752	1,6
Total	7.679.639	100,0	3.683.110	100,0	3.996.529	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 1992.

No que se refere à distribuição das ocupações por gênero, observou-se que, entre 1992 e 2005, apesar de as ocupações masculinas (43,98%) terem crescido a uma taxa superior às ocupações femininas (42,39%), a participação das mulheres no emprego terciário nordestino continuou dominante (de 52,04%, em 1992, e de 51,76%, em 2005).

Tabela 29: Distribuição da população ocupada segundo ramos do setor de serviços, no Nordeste - 2005

Atividades Terciárias	Total		Homem		Mulher	
	Nº	Part. (%)	Nº	Part. (%)	Nº	Part. (%)
Comércio e reparação	3.558.539	32,4	2.123.826	40,1	1.434.713	25,2
Alojamento e alimentação	732.875	6,7	366.397	6,9	366.478	6,4
Transporte, armazenagem e comunicação	787.335	7,2	719.355	13,6	67.980	1,2
Administração pública	1.069.665	9,7	656.701	12,4	412.964	7,3
Educação, saúde e serviços sociais	1.764.461	16,1	387.391	7,3	1.377.070	24,2
Serviços domésticos	1.470.723	13,4	109.980	2,1	1.360.743	23,9
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	699.762	6,4	308.928	5,8	390.834	6,9
Outras atividades	909.921	8,3	630.213	11,9	279.708	4,9
Total	10.993.281	100,0	5.302.791	100,0	5.690.490	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2005.

Em 1992, dentre os três ramos do setor de serviços que mais empregavam, aqueles nos quais a participação feminina era superior à masculina eram prestação de serviços (composto 64,97% por mulheres e 35,03% por homens) e serviço social (79,26% de mulheres e 20,74% de homens). Já o ramo comércio era composto 63,08% pela mão-de-obra masculina e 36,92% pela feminina.

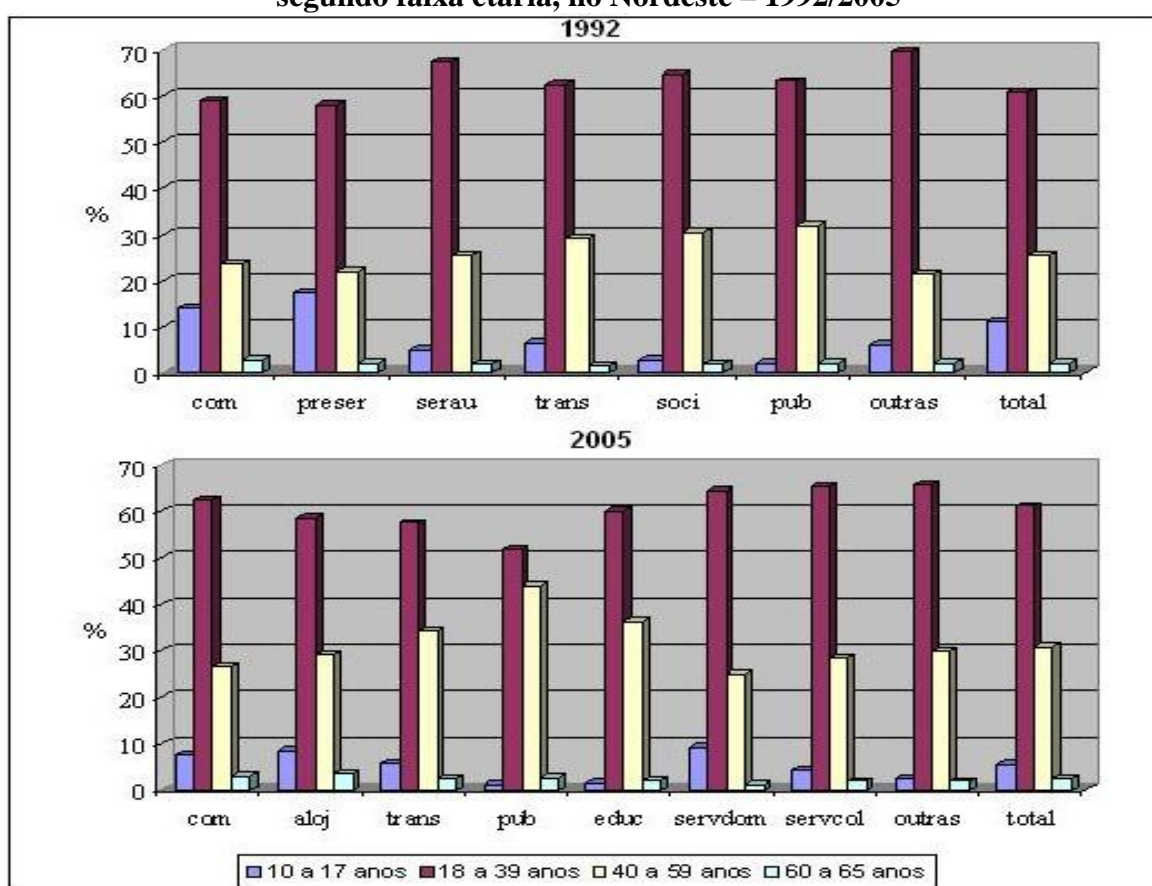
Já, em 2005, a ocupação feminina superava significativamente a masculina nos ramos educação, saúde e serviços sociais (constituído 78% por mulheres e 22% por homens) e serviços domésticos (composto 92,5% por mulheres e 7,5% por homens), o que é um resultado já esperado em se tratando desse tipo de atividades. Por outro lado, apenas no ramo comércio e reparação, em relação aos ramos que mais empregavam do setor de serviços, a participação dos homens superava a feminina (formado 40,32% por mulheres e 59,68% por homens).

Em termos da população ocupada segundo faixa etária, como mostra o Gráfico 9, nota-se que, no setor de serviços como um todo, houve uma queda dos ocupados com

idade entre 10 e 17 anos, o que pode ser reflexo da intensificação dos programas voltados à erradicação do trabalho infantil e da intensificação da fiscalização, como já mencionado.

Para os ocupados da faixa etária entre os 18 e 39 anos, a participação não se alterou significativamente no período analisado. Em contrapartida, evidencia-se um aumento dos trabalhadores com idade entre 40 e 59 anos, com destaque para o setor público, e na faixa dos 60 aos 65 anos. Isso pode representar uma mudança, ainda que modesta, da visão de que pessoas com idade acima de 40 anos não servem mais para o mercado de trabalho.

Gráfico 9: Distribuição da população ocupada por ramos do setor de serviços, segundo faixa etária, no Nordeste – 1992/2005



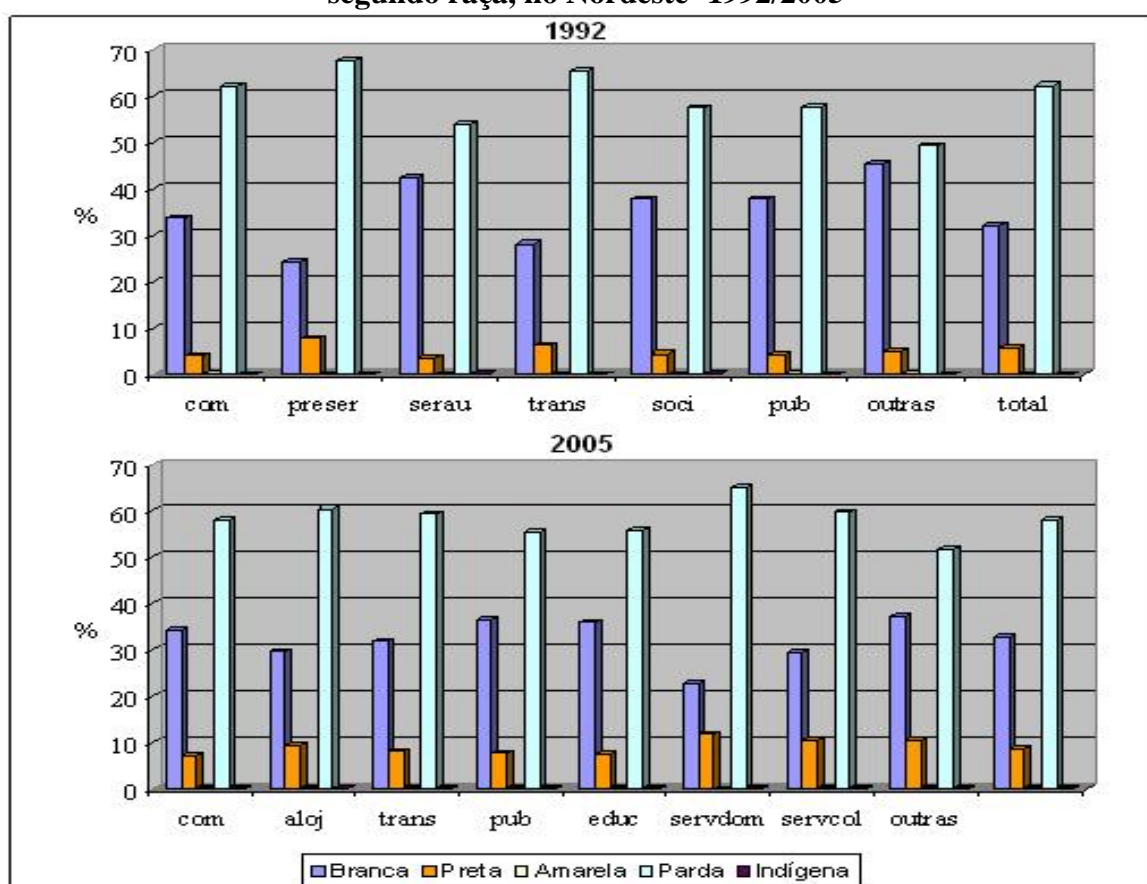
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 1992, 2005.

No âmbito da população ocupada no setor terciário do Nordeste segundo raça, percebe-se que, durante o período analisado, em todos os ramos desse setor, a mão-de-obra empregada era, em sua maioria, formada por indivíduos brancos e pardos. Estes resultados se encontram no Gráfico 10.

Outro aspecto relevante é a queda da participação dos ocupados pardos (de 62,30% para 58,25%) e o aumento dos de raça preta (5,55% para 8,62%), branca (32,02% para

32,77%), amarela (0,085 para 0,18%) e indígena (0,05% para 0,20%). No caso da raça indígena, houve a entrada destes em ramos como administração pública e transporte, armazenagem e comunicação em 2005.

Gráfico 10: Distribuição da população ocupada por ramos do setor de serviços, segundo raça, no Nordeste -1992/2005



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 1992, 2005.

Quanto à análise da população ocupada por anos de estudo, os dados apresentados nas Tabelas 30 e 31 permitem dizer que houve uma melhora no nível de escolaridade da mão-de-obra empregada no setor terciário nordestino. Entre 1992 e 2005, ocorreu uma redução de 28,8% dos trabalhadores com menos de um ano de estudo e de 13,9% daqueles com escolaridade entre 1 e 4 anos. Em contrapartida, verificou-se o crescimento no total de ocupados do setor de serviços de trabalhadores que tinham 11 anos de estudo (138,2%), mais de 11 (112,1%), e de 5 a 8 (49,8%).

Deve-se notar ainda que, em 1992, a maioria dos trabalhadores ocupados nos serviços com baixo nível de escolaridade estavam nos ramos prestação de serviços e comércio, com percentuais, respectivamente, de 36,82% e 29,19% para os que tinham de 5

a 8 anos de estudo, 47,1% e 27,9% para os ocupados com de 1 a 4 anos e, por fim, 46,54% e 29,40% para os trabalhadores com menos de um ano. Por outro lado, do total de ocupados no setor de serviços nordestino com níveis de escolaridade acima de 11 anos de estudo, 47,9% se encontravam no ramo social.

Tabela 30: Distribuição da população ocupada segundo ramos do setor de serviços, por anos de estudo, no Nordeste – 1992

Atividades Terciárias	Anos de Estudo				
	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	Acima de 11 anos
Comércio	357.223	649.199	523.099	453.549	68.402
Prestação de Serviços	565.522	1.094.780	659.875	239.865	25.216
Serviço Auxiliar	21.027	36.647	57.168	95.826	52.393
Transporte e comunicação	84.629	145.928	110.855	86.036	14.721
Social	71.972	244.567	257.232	482.765	321.377
Administração Pública	91.493	125.595	156.953	237.851	132.139
Outras Atividades	23.278	30.104	26.740	78.254	57.359
Total	1.215.144	2.326.820	1.791.922	1.674.146	671.607

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 1992.

No caso de 2005, nota-se que, em média, 35% do total da mão-de-obra empregada no ramo de comércio e reparação tinham até 11 anos de estudo, enquanto, do total de pessoas ocupadas com mais de 11 anos de estudo, 44,6% trabalhavam no ramo educação, saúde e serviços sociais.

Tabela 31: Distribuição da população ocupada segundo ramos do setor de serviços, por ano de estudo, no Nordeste – 2005

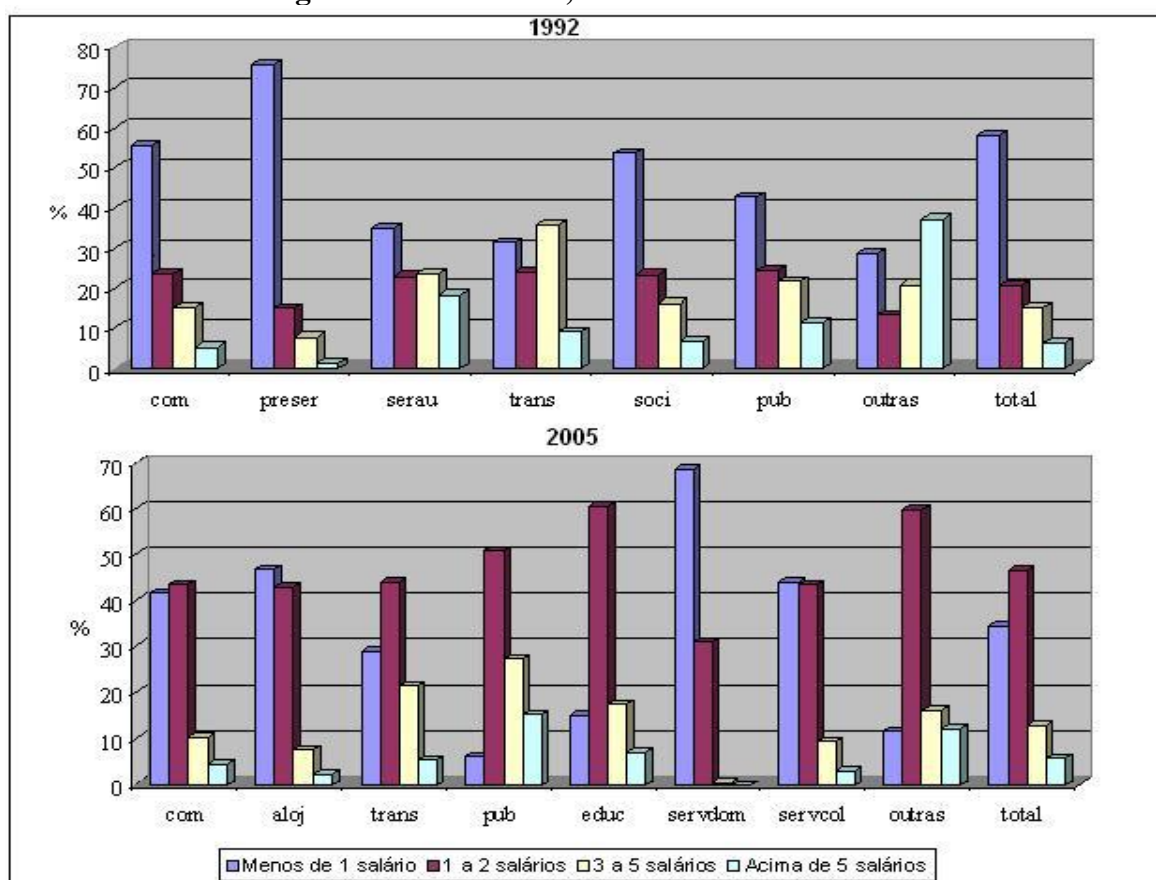
Atividades Terciárias	Anos de Estudo				
	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	Acima de 11 anos
Comércio e reparação	316.552	722.552	951.861	1.378.503	189.071
Alojamento e alimentação	67.884	186.815	230.101	230.525	17.550
Transporte, armazenagem e comunicação	61.274	203.631	232.413	242.187	47.830
Administração pública	62.762	120.379	165.705	462.168	258.651
Educação, saúde e serviços sociais	54.625	140.273	176.084	758.145	635.334
Serviços domésticos	212.810	430.124	553.883	269.701	4.205
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	53.347	136.929	197.374	253.464	58.648
Outras atividades	35.409	89.632	177.636	393.860	213.384
Total	864.663	2.030.335	2.685.057	3.988.553	1.424.673

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2005.

Faz-se necessário destacar que a melhoria no nível de escolaridade da mão-de-obra empregada no setor de serviços não implica em dizer que o processo de terciarização da economia nordestina esteja associado às mudanças no paradigma técnico-produtivo, que exigem uma mão-de-obra com maior qualificação profissional. Tal melhoria pode refletir também um quadro de baixa oportunidade de empregos nessa região, forçando trabalhadores qualificados a aceitarem empregos com baixa remuneração e que não exigem alta escolaridade.

Em termos da distribuição das ocupações terciárias segundo faixa salarial, percebe-se que, apesar desse setor empregar 44,2% dos ocupados no Nordeste em 1992, cerca de 60% da mão-de-obra ocupada nos serviços recebiam menos de um salário mínimo, destacando o ramo de prestação de serviços como o de mais baixo nível salarial (ver Gráfico 11).

Gráfico 11: Participação da população ocupada por ramos do setor de serviços, segundo faixa salarial, no Nordeste - 1992/2005



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 1992,2005.

Nota: O salário mínimo fixado em setembro de 1992 era de CR\$ 522186,94, que, em reais, seria R\$ 301,90. O salário mínimo de setembro de 2005 era R\$ 300,00.

Em 2005, percebem-se uma elevação significativa da participação de pessoas que recebiam de um a dois salários mínimos, que passou de 20,5%, em 1992, para 46,6%, em 2005, e uma queda da participação das demais faixas salariais, destacando-se a de menos de um salário, cuja participação passou de 58%, em 1992, para 34,6, em 2005. Tal fato aponta para uma piora na má distribuição de renda na região, já que este setor empregava 49,8% dos indivíduos ocupados no Nordeste.

No que se refere ao salário médio real pago por hora à mão-de-obra ocupada no setor terciário, nota-se que, entre 1992 e 2005, o rendimento médio cresceu apenas 11% (de R\$3,26 para R\$3,62), uma elevação pequena, especialmente quando comparada ao crescimento desse setor, que foi de 43,15% no mesmo período (ver Tabelas 32 e 33).

Quando se compara os rendimentos pagos nas atividades do setor de serviços em 1992, percebe-se que, assim como observado para o Brasil, a menor remuneração era a recebida pelas pessoas ocupadas na atividade de prestação de serviços (R\$ 1,56). Além disso, nota-se que, entre os serviços que mais empregavam nesse ano, comércio, prestação de serviços e social, apenas o último pagava um salário acima (R\$ 4,13) daquele que era pago pela média do setor de serviços (R\$ 3,26). Os ramos que remuneravam melhor eram outras atividades (R\$ 11,70) e serviço auxiliar (R\$ 5,89), seguindo a tendência nacional.

Tabela 32: Anos de trabalho e salário real médio por hora dos ocupados, segundo ramos do setor de serviços, no Nordeste - 1992

Atividades Terciárias	Anos de trabalho	Salário/hora
Comércio	5,19	2,87
Prestação de serviços	5,38	1,56
Serviço Auxiliar	5,67	5,89
Transporte e comunicação	6,30	3,73
Social	7,31	4,13
Administração Pública	8,06	4,92
Outras Atividades	6,64	11,70
Total	6,03	3,26

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 1992.

Quanto ao ano de 2005, observa-se que no terciário nordestino, aqueles que trabalhavam no ramo administração pública, outras atividades e educação, saúde e serviços sociais (um dos que mais empregavam - 16,1%) eram os que recebiam o maior salário médio real por hora, com valores de R\$ 6,87, R\$ 5,27 e R\$ 5,21, respectivamente. Em contrapartida, nos ramos comércio e reparação e serviços domésticos (que juntos empregavam cerca de 45% do pessoal ocupado no terciário nesse ano), o rendimento

médio dos trabalhadores estava abaixo do que era pago pela média desse setor, sendo de R\$ 2,82, no primeiro ramo, e R\$ 1,22, no último.

Em relação à duração no emprego, observou-se o aumento do tempo médio de permanência nas ocupações do setor de serviços de 47,43%, passando de 6,03 anos, em 1992, para 8,89, em 2005. Em 1992, dos ramos que compõem o setor terciário, o comércio era o que apresentava menor tempo de permanência da mão-de-obra no emprego. Os ramos com duração superior à média do setor eram o de administração pública (com 8,06 anos de trabalho), serviços sociais (7,31 anos), outras atividades (6,64 anos) e, por fim, transporte e comunicação (6,30 anos).

Tabela 33: Anos de trabalho e salário real por hora médio dos ocupados, segundo ramos do setor de serviços, no Nordeste - 2005

Atividades Terciárias	Anos de trabalho	Salário/hora
Comércio e reparação	8,25	2,82
Alojamento e alimentação	7,47	2,08
Transporte, armazenagem e comunicação	7,86	3,49
Administração pública	10,56	6,87
Educação, saúde e serviços sociais	11,73	5,21
Serviços domésticos	6,23	1,22
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	8,47	3,38
Outras atividades	10,60	5,27
Total	8,89	3,62

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2005

Já em 2005, os ramos do setor de serviços que apresentaram duração do emprego superior à média desse setor eram educação, saúde e serviços sociais (com 11,73 anos de trabalho), outras atividades (com 10,60 anos) e administração pública (com 10,60 anos). O ramo serviços domésticos foi o que possuía o menor tempo de permanência.

Quanto à distribuição salarial segundo os anos de estudo, os dados que se encontram nas Tabelas 34 e 35 mostram que, ao longo de todo o período analisado, os maiores níveis de salários médios reais por hora estavam, geralmente, relacionados a maiores anos de escolaridade da mão-de-obra.

Desse modo, deve-se destacar que, quando aumentaram os anos de estudo de 9 a 11 anos para mais de 11 anos, o salário real médio do setor aumenta 154% (de R\$ 4,41 para R\$ 11,22), em 1992, e 190% (de R\$ 3,55 para R\$ 10,31), em 2005.

Cabe ressaltar ainda que, em 1992, os indivíduos ocupados na atividade de prestação de serviços (uma das que mais empregavam no setor de serviços) com até 8 anos

de estudo eram os que recebiam o menor salário médio real por hora dentre os ocupados no setor terciário.

Tabela 34: Distribuição do salário real por hora médio segundo ramos do setor de serviços, por anos de estudo, no Nordeste - 1992 (R\$)

Atividades Terciárias	Anos de Estudo				
	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	Acima de 11 anos
Comércio	2,15	2,33	2,49	3,92	7,74
Prestação de Serviços	1,18	1,15	1,71	3,38	6,50
Serviço Auxiliar	1,46	2,53	3,13	5,70	13,39
Transporte e comunicação	2,38	2,79	3,88	5,38	10,24
Social	1,60	1,75	2,12	3,35	9,31
Administração Pública	1,37	2,18	2,75	4,85	12,69
Outras Atividades	1,53	2,63	3,19	12,84	22,99
Total	1,60	1,74	2,29	4,41	11,22

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 1992.

No ano de 2005, assim como foi observado para o Brasil, o ramo serviços domésticos não seguiu a tendência, verificada a nível setorial, de maiores níveis de escolaridade estarem associados a maiores valores do salário médio real por hora. Nesse ramo, os trabalhadores receberam salário abaixo do que era pago pela média do setor de serviços em todas as faixas de escolaridade.

Tabela 35: Distribuição do salário real hora médio segundo ramos do setor de serviços, por anos de estudo, no Nordeste - 2005 (R\$)

Atividades Terciárias	Anos de Estudo				
	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	Acima de 11 anos
Comércio e reparação	1,59	1,82	2,18	3,14	9,57
Alojamento e alimentação	1,46	1,57	1,60	2,75	7,54
Transporte, armazenagem e comunicação	1,64	2,44	2,77	4,57	8,36
Administração pública	2,16	2,89	3,47	5,68	14,16
Educação, saúde e serviços sociais	2,44	2,34	2,48	3,33	9,09
Serviços domésticos	1,22	1,19	1,16	1,37	1,06
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	1,78	2,24	2,80	3,94	7,00
Outras atividades	1,75	2,46	2,45	4,03	11,68
Total	1,60	1,88	2,13	3,55	10,31

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2005.

4.2.2 O emprego no setor de serviços formal e informal nordestino

Como foi discutido nas seções anteriores, o intervalo de tempo entre os anos de 1992 e 2005, pode ser considerado como um período de mudanças na estrutura ocupacional no Brasil, assim como na região Nordeste, quando se observou o decréscimo nos postos de trabalho nos setores agrícola e industrial e a grande concentração de trabalhadores no setor de serviços.

Como o setor de serviços é mais intensivo em vínculos informais do que o setor industrial, faz-se necessário identificar se o aumento das ocupações nos serviços nordestino está se dando mais no segmento formal ou informal desse setor.

No caso do Brasil, foi verificada a existência de diferenciais de salários entre os segmentos formal e informal do setor terciário, que favorecia os trabalhadores formais. Tal fato ganha importância pelos seus efeitos na distribuição de renda do país. Sendo assim, verificou-se em nível nacional que, embora o emprego terciário represente mais de 50% da população ocupada no Brasil, mais de 60% dos trabalhadores desse setor recebem apenas até dois salários mínimos. Enquanto, nos serviços formais, 57,2% estavam nessa faixa salarial em 2005, nos serviços informais, por sua vez, essa participação era de 86,3%.

Portanto, os trabalhadores ocupados no segmento informal do setor de serviços brasileiro se configuram como uma força de trabalho precarizada que, além de não ter acesso aos direitos trabalhistas, recebe salários baixos e fica exposta às vicissitudes das flutuações econômicas.

No âmbito da região Nordeste, verificou-se, na seção anterior, o crescimento da população ocupada no setor de serviços de 27,38%, passando de 17,3 milhões, em 1992, para 22,1 milhões, em 2005. Além disso, constatou-se que, apesar da melhora no nível de instruções e no tempo de permanência no emprego, 86,6% do total da mão-de-obra empregada no setor de serviços ainda recebia até 2 salários mínimos em 2005.

Nas Tabelas 36 e 37, encontram-se os dados referentes à distribuição da população ocupada nos setores formal e informal em 1992 e 2005, na região Nordeste. Pode-se observar que, ao longo desses 14 anos, enquanto o emprego no setor de serviços formal aumentou 46,9%, correspondendo à geração de 1,3 milhões novos postos de trabalho, no informal, por sua vez, este aumento foi de 182%, gerando 2,3 milhões de postos.

Tabela 36: Distribuição da população ocupada segundo ramos do setor de serviços formal e informal, no Nordeste - 1992

Atividades Terciárias	Formal		Informal	
	Nº	Part. (%)	Nº	Part. (%)
Comércio	399.235	14,5	325.219	25,4
Prestação de serviços	321.745	11,7	332.439	25,9
Serviço Auxiliar	107.89	3,9	61.278	4,8
Transporte e comunicação	208.419	7,6	87.752	6,8
Social	994.418	36,2	296.383	23,1
Administração Pública	589.863	21,5	151.924	11,8
Outras Atividades	126.423	4,6	27.644	2,2
Total	2.747.993	100	1.282.639	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 1992.

Desse modo, em 1992, enquanto o segmento formal do setor de serviços nordestino empregava 35,78% da mão-de-obra ocupada nesse setor, o segmento informal empregava 16,70%. Já ano de 2005, observa-se o acréscimo da participação do segmento formal no total de ocupados no setor de serviços (36,73%), em oposição à redução da participação do segmento informal (32,94%).

Tabela 37: Distribuição da população ocupada segundo ramos do setor de serviços formal e informal, no Nordeste – 2005

Atividades Terciárias	Formal		Informal	
	Nº	Part. (%)	Nº	Part. (%)
Comércio e reparação	854.894	21,2	794.970	21,9
Alojamento e alimentação	153.901	3,8	181.219	5,0
Transporte, armazenagem e comunicação	254.447	6,3	149.300	4,1
Administração pública	737.256	18,3	330.554	9,1
Educação, saúde e serviços sociais	1.123.429	27,8	521.641	14,4
Serviços domésticos	213.995	5,3	1.256.728	34,7
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	158.496	3,9	207.279	5,7
Outras atividades	541.497	13,4	180.562	5,0
Total	4.037.915	100	3.622.253	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2005.

Em termos de ocupação por atividade terciária, nota-se que, em 1992, dos trabalhadores ocupados no segmento formal, 36,2% se encontravam nos serviços sociais e 21,5% na administração pública, ou seja, estes dois setores juntos eram responsáveis por quase 60% do emprego terciário formal no Nordeste (demonstrando uma maior

concentração em relação aos dados para o Brasil). Em 2005, os dois ramos que mais empregavam dentre os serviços formais eram educação, saúde e serviços sociais (27,8%) e comércio e reparação (21,2%), responsáveis por 49% dos empregos desse segmento.

Quanto à distribuição dos ocupados por gênero, percebe-se, pela Tabela 38, que, em 1992, o número de mulheres ocupadas no setor de serviços era superior ao dos homens no segmento formal, e inferior no segmento informal desse setor. Além disso, notou-se também que o ramo do setor de serviços que mais absorvia a mão-de-obra feminina, tanto no formal quanto no informal, era serviço social. Por outro lado, era maior a participação da mão-de-obra masculina em administração pública e comércio, no segmento formal terciário, e em comércio e prestação de serviços, no segmento informal.

Tabela 38: Participação da população ocupada segundo ramos do setor de serviços formal e informal, por gênero, no Nordeste - 1992

Atividades Terciárias	Formal		Informal	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Comércio	256.506	142.729	243.188	82.031
Prestação de serviços	198.846	122.899	229.02	103.419
Serviço Auxiliar	70.005	37.885	38.252	23.026
Transporte e comunicação	183.392	25.027	80.643	7.109
Social	198.316	796.102	61.355	235.028
Administração Pública	369.819	220.044	95.759	56.165
Outras Atividades	76.235	50.188	20.033	7.611
Total	1.353.119	1.394.874	768.25	514.389

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 1992.

Já em 2005, observou-se que a participação feminina, tanto no setor de serviços formal quanto no informal, era superior à masculina. Assim sendo, pelo exame dos dados apresentados na Tabela 39, evidenciou-se que as atividades terciárias que abrigavam mais da metade das mulheres ocupadas no emprego terciário formal na região Nordeste eram educação, saúde e serviços sociais (43,80%) e comércio e reparação (16,59%). Já no setor de serviços informal, os ramos que absorveram a maior parcela da mão-de-obra feminina foram serviços domésticos (53,64%) e educação, saúde e serviços sociais (18,17%).

Quanto aos homens, os ramos do setor de serviços formal e informal que abrigavam mais da metade da mão-de-obra masculina ocupada no emprego terciário foram comércio e reparação (25,75% no formal e 40,14% no informal) e administração pública (22,98% e 13,53%).

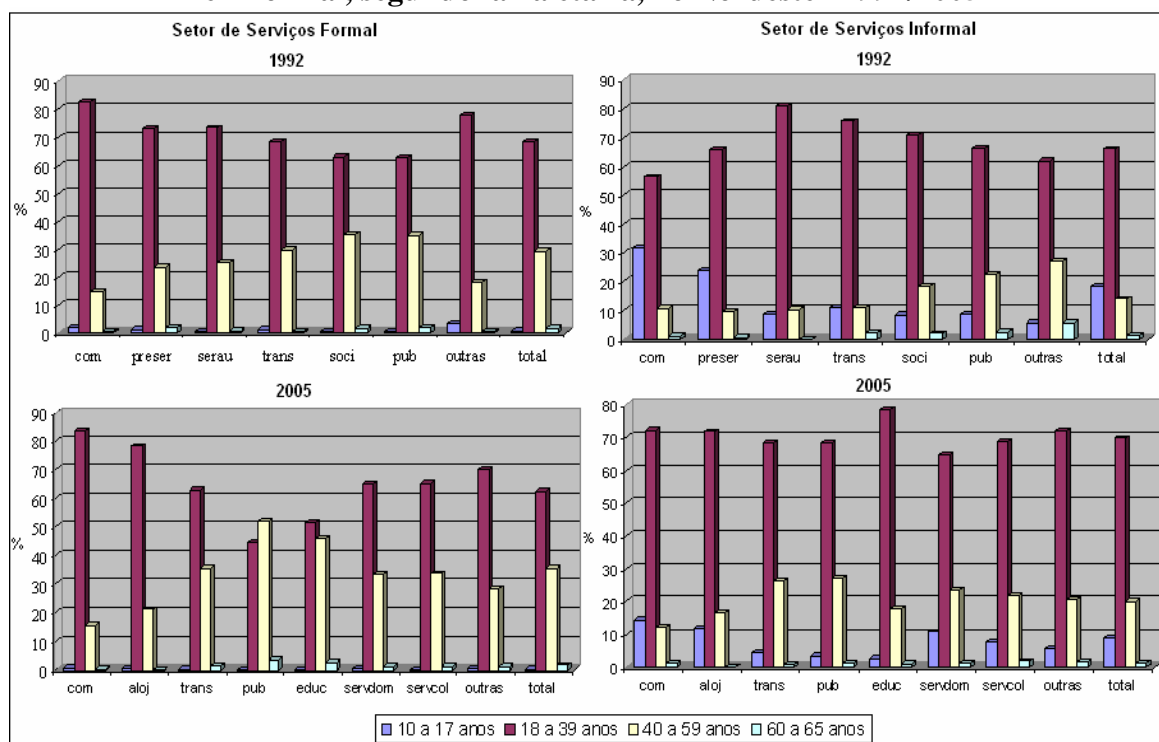
Tabela 39: Participação da população ocupada segundo ramos do setor de serviços formal e informal, por gênero, no Nordeste – 2005

Atividades Terciárias	Formal		Informal	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Comércio e reparação	519.872	335.022	568.517	226.453
Alojamento e alimentação	84.036	69.865	92.637	88.582
Transporte, armazenagem e comunicação	210.764	43.683	134.838	14.462
Administração pública	464.042	273.214	191.673	138.881
Educação, saúde e serviços sociais	239.087	884.342	120.872	400.769
Serviços domésticos	36.690	177.305	73.290	1.183.438
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	89.457	69.039	117.085	90.194
Outras atividades	374.996	166.501	117.261	63.301
Total	2.018.944	2.018.971	1.416.173	2.206.080

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2005.

Analisando as ocupações por diferentes tipos de faixa etária no Gráfico 12, não se verificou alterações expressivas nos ocupados no setor de serviços nordestino. Tanto nas atividades terciárias formais quanto nas informais, de maneira geral, o maior percentual da mão-de-obra empregada encontrava-se na faixa dos 18 aos 39 anos.

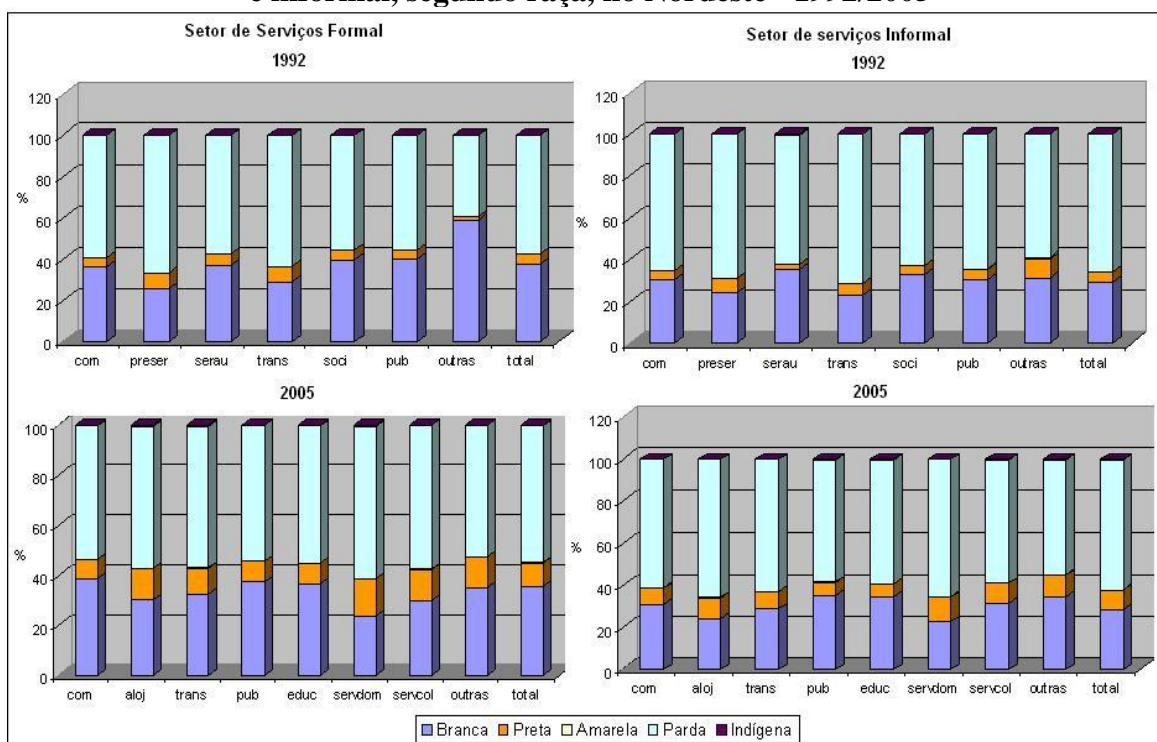
Gráfico 12: Distribuição da população ocupada por ramos do setor de serviços formal e informal, segundo faixa etária, no Nordeste - 1992/2005



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 1992, 2005.

No que se refere à população ocupada no setor de serviços de acordo com o atributo raça/cor, percebe-se que os assalariados, tanto nos serviços formais como nos informais, são, em sua maioria, pardos (cerca de 50% dos formais e 60% dos informais) e brancos (cerca de 30% nos dois). O Gráfico 13 mostra ainda que a participação dos negros na população ocupada do Nordeste aumentou, entre 1992 e 2005, nos dois segmentos, formal e informal, mas ainda é muito pequena, não chegando a 10% em nenhum dos anos.

Gráfico 13: Distribuição da população ocupada por ramos do setor de serviços formal e informal, segundo raça, no Nordeste - 1992/2005



Em termos da ocupação por diferentes anos de estudo, nota-se, pela análise da Tabelas 40 e 41, a melhora no nível de escolaridade dos trabalhadores no setor de serviços formal entre 1992 e 2005. Os dados mostram também que houve redução de 21% na participação dos indivíduos com menos de 1 ano de estudo (de 7,3%, em 1992, para 3,9%, em 2005), com de 1 a 4 anos (17,8%, em 1992, para 10,9%, em 2005) e, por fim, dos com de 5 a 8 anos de estudo (de 22%, em 1992, para 17,2%, em 2005).

Em contrapartida, observou-se um crescimento do percentual dos trabalhadores no emprego terciário formal que tinham de 9 a 11 anos de estudo (35%, em 1992, para 46%, em 2005) e para aqueles com mais de 11 anos (17,9%, em 1992, para 22,1%, em 2005). Diante disso, pode-se frisar que, no período de 14 anos, o maior contingente de

assalariados nos serviços formais que possuíam de 9 a 11 anos de estudo estavam empregados nos ramos serviço social, em 1992, e educação, saúde e serviços sociais, em 2005.

Tabela 40: Distribuição da população ocupada segundo ramos do setor de serviços formal e informal por anos de estudo, no Nordeste – 1992

Atividades Terciárias	Anos de Estudo				
	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	Acima de 11 anos
FORMAL	199.415	489.248	605.689	962.074	491.567
Comércio	26.136	59.812	111.633	179.472	22.182
Prestação de serviços	45.391	107.851	110.050	52.362	6.091
Serviço Auxiliar	5.391	17.508	25.782	41.468	17.741
Transporte e comunicação	18.555	52.845	61.103	64.401	11.515
Social	43.704	164.538	166.414	356.404	263.358
Administração Pública	60.238	84.284	122.619	205.367	117.355
Outras Atividades	-	2.410	8.088	62.600	53.325
INFORMAL	198.233	401.685	346.965	266.173	69.583
Comércio	55.742	106.867	98.378	58.038	6.194
Prestação de serviços	50.372	135.679	100.469	41.402	4.517
Serviço Auxiliar	6.403	8.410	15.572	25.178	5.715
Transporte e comunicação	26.666	30.406	20.708	8.168	1.804
Social	24.452	71.896	73.236	92.613	34.186
Administração Pública	30.729	40.562	33.792	32.274	14.567
Outras Atividades	3.869	7.865	4.810	8.500	2.600

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 1992.

Analisando os dados para a ocupação no emprego terciário informal no Nordeste, percebe-se que as ocupações nesse segmento cresceram 182% de 1992 para 2005, percentual próximo ao observado para o Brasil que foi de 199%. Porém, verificou-se o crescimento de assalariados apenas para aqueles que tinham de 5 anos de estudo para cima. Enquanto, em 1992, a maior parcela de ocupados nos serviços informais tinham de 1 a 4 anos de estudo (31,3%) e trabalhavam no ramo de prestação de serviços, em 2005, a maior participação ficou com aqueles que tinham de 9 a 11 anos (31,7%) e trabalhavam no comércio e reparação.

Quanto à distribuição dos ocupados por faixas salariais, pode-se dizer que, tanto no setor de serviços formal quanto no informal, houve uma elevação de mais de 100% da participação de trabalhadores que recebiam de 1 a 2 salários mínimos. Como mostra o **Gráfico 14**, no setor terciário formal, observou-se uma perda de participação nas demais

faixas de salariais, com destaque para a queda significativa da participação dos indivíduos que recebiam menos de 1 salário mínimo (-95,3%).

No segmento informal do setor de serviços, evidenciou-se a redução da participação dos trabalhadores que recebiam nas faixas salariais menos de 1 salário mínimo (-25%) e de 5 a 8 salários (-37,4%), em oposição ao aumento da participação dos indivíduos que recebiam acima de cinco salários mínimos (5%). Outro aspecto relevante é que 91,1% da mão-de-obra ocupada nesse segmento encontram-se nas faixas salariais de menos de um salário e de 1 a 2 salários mínimos.

Tabela 41: Distribuição da população ocupada segundo ramos do setor de serviços formal e informal, por anos de estudo, no Nordeste - 2005

Atividades Terciárias	Anos de Estudo				
	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	Acima de 11 anos
FORMAL	157.797	440.762	692.537	1.856.302	890.517
Comércio e reparação	20.301	71.642	160.696	526.736	75.519
Alojamento e alimentação	3.881	22.419	46.205	75.859	5.537
Transporte, armazenagem e comunicação	4.429	32.905	65.438	119.302	32.373
Administração pública	40.700	71.466	100.731	320.814	203.545
Educação, saúde e serviços sociais	32.284	92.944	104.453	450.138	443.610
Serviços domésticos	24.979	66.011	74.479	47.903	623
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	11.995	27.394	32.231	61.838	25.038
Outras atividades	19.228	55.981	108.304	253.712	104.272
INFORMAL	334.186	759.953	1.091.106	1.149.582	287.426
Comércio e reparação	58.969	161.649	264.814	287.510	22.028
Alojamento e alimentação	9.524	43.513	68.330	55.405	4.447
Transporte, armazenagem e comunicação	12.323	40.339	53.028	38.826	4.784
Administração pública	22.062	48.913	64.481	140.861	54.237
Educação, saúde e serviços sociais	22.133	44.305	59.977	256.779	138.447
Serviços domésticos	187.831	364.113	479.404	221.798	3.582
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	13.898	37.848	60.402	74.977	20.154
Outras atividades	7.446	19.273	40.670	73.426	39.747

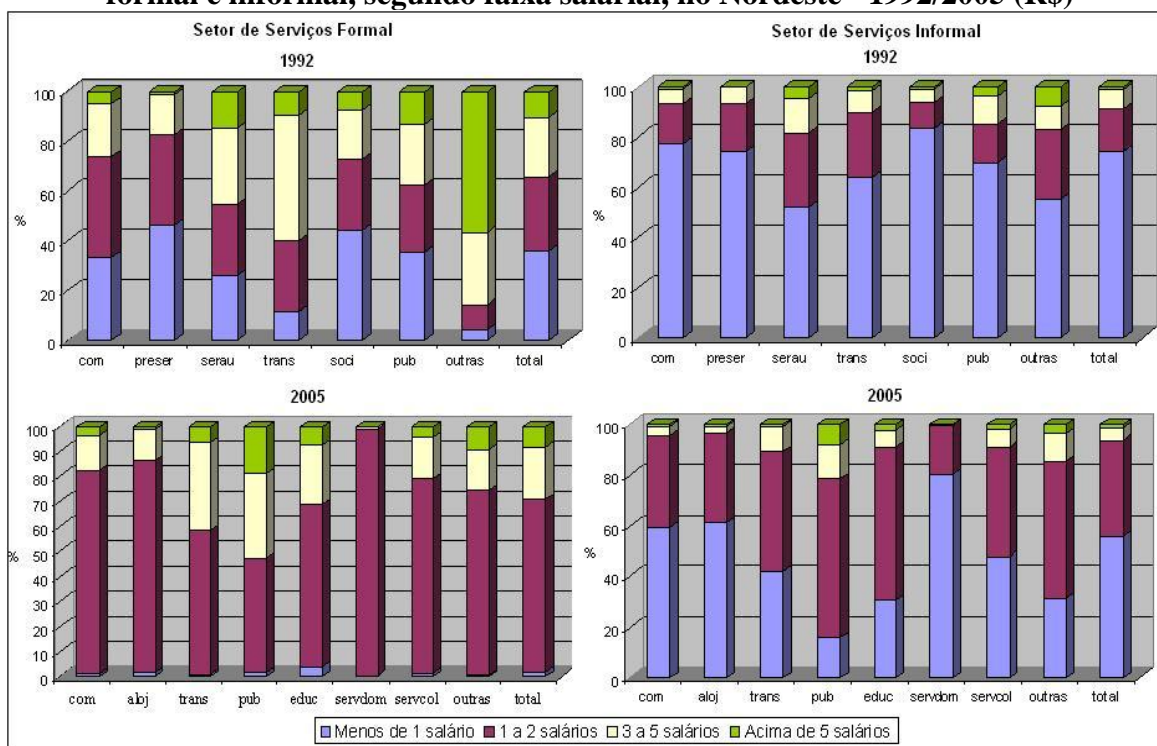
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2005.

No que se refere ao salário médio real pago por hora à mão-de-obra ocupada no setor terciário formal e informal, nota-se, pelo exame dos dados das Tabelas 42 e 43, que, entre 1992 e 2005, enquanto o rendimento médio se elevou nos serviços informais em

14,29% (de R\$ 1,89 para R\$ 2,16), nos serviços formais, houve um decréscimo de 2,23% (de R\$ 4,93 para R\$ 4,82).

Em 1992, no segmento informal do setor de serviços, as pessoas ocupadas nos ramos de prestação de serviços (R\$ 2,39) e comércio (R\$ 3,01) eram as que recebiam a menor remuneração dentre os trabalhadores desse segmento. Já os ramos outras atividades, administração pública e serviço auxiliar pagavam salário acima da média, tanto no setor formal como no informal. No caso de 2005, os ramos que pagavam os maiores rendimentos, tanto no setor de serviços formal como informal eram administração pública (R\$ 7,92 e R\$ 4,55), educação, saúde e serviços sociais (R\$ 5,47 e R\$3,55).

Gráfico 14: Participação da população ocupada por ramos do setor de serviços formal e informal, segundo faixa salarial, no Nordeste - 1992/2005 (R\$)



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 1992,2005.

Nota: O salário mínimo fixado em setembro de 1992 era de CR\$ 522186,94, que, em reais, seria R\$ 301,90. O salário mínimo de setembro de 2005 era R\$ 300,00.

Quanto à duração do emprego terciário, observou-se o aumento do tempo médio de permanência nas ocupações, tanto do segmento formal quanto do informal do setor de serviços. Enquanto tal aumento foi de 44,22% no segmento formal, passando de 7,35 anos, em 1992, para 10,6 anos de trabalho, em 2005, no segmento informal, por seu turno, foi 194%, passando de 2,74 para 8,06 anos de trabalho.

Contudo, apesar desse resultado, o tempo de permanência no emprego dos indivíduos ocupados no setor de serviços formal continua superior ao dos ocupados no segmento informal desse setor.

Tabela 42: Anos de trabalho e salário real por hora médio dos ocupados, segundo ramos do setor de serviços formal e informal, no Nordeste - 1992

Atividades Terciárias	Anos de trabalho		Salário/hora	
	Formal	Informal	Formal	Informal
Comércio	4,28	2,23	3,01	1,59
Prestação de serviços	4,52	2,85	2,39	1,56
Serviço Auxiliar	5,35	2,56	5,44	3,08
Transporte e comunicação	6,35	2,42	4,69	1,56
Social	8,76	2,81	4,59	1,93
Administração Pública	9,22	3,51	5,51	2,66
Outras Atividades	7,74	4,07	17,28	3,12
Total	7,35	2,74	4,93	1,89

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 1992.

Em relação a 1992, o ramo do comércio era o que apresentava menor tempo de permanência da mão-de-obra no emprego terciário formal. Em oposição, os ramos administração pública (com 9,22 anos) e social (com 8,76 anos) eram aqueles nos quais os trabalhadores possuíam o maior tempo de permanência no emprego dentre os serviços formais. No segmento informal, o maior tempo de permanência no emprego era observado para outras atividades, com 4,07 anos, e administração pública, com 3,51 anos de trabalho.

Tabela 43: Anos de trabalho e salário real por hora médio dos ocupados, segundo ramos do setor de serviços, formal e informal no Nordeste – 2005

Atividades Terciárias	Anos de trabalho		Salário/hora	
	Formal	Informal	Formal	Informal
Comércio e reparação	10,4	8,00	3,06	1,65
Alojamento e alimentação	9,3	7,71	2,88	1,58
Transporte, armazenagem e comunicação	10,0	7,30	4,47	2,01
Administração pública	11,0	9,63	7,92	4,55
Educação, saúde e serviços sociais	11,9	11,05	5,47	3,55
Serviços domésticos	6,5	6,17	1,69	1,14
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	9,2	8,74	3,66	2,89
Outras atividades	10,4	10,15	4,35	3,04
Total	10,6	8,06	4,82	2,16

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2005.

Para 2005, evidencia-se que, enquanto os trabalhadores ocupados nos ramos educação, saúde e serviços sociais eram os que apresentavam o maior tempo de permanência, tanto nos serviços formais como informais, o ramo serviços domésticos, por sua vez, foi o que apresentou o menor tempo de permanência.

Analisando a distribuição salarial segundo os anos de estudo, nota-se que, durante todo o período analisado, os maiores níveis de salários médios reais estavam relacionados a maiores anos de escolaridade da mão-de-obra, como mostram as Tabelas 44 e 45.

Tabela 44: Distribuição do salário real por hora médio segundo ramos do setor de serviços, por anos de estudo, no setor formal e informal Nordeste - 1992 (R\$)

Atividades Terciárias	Anos de Estudo				
	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	Acima de 11 anos
FORMAL	1,92	2,25	2,77	4,73	11,86
Comércio	1,81	2,22	2,40	3,21	8,04
Prestação de serviços	1,66	1,85	2,46	3,12	9,81
Serviço Auxiliar	2,43	2,78	3,45	5,43	11,90
Transporte e comunicação	3,64	3,32	4,12	5,44	11,54
Social	1,72	1,99	2,56	3,64	9,27
Administração Pública	1,72	2,48	2,75	5,16	13,13
Outras Atividades	-	3,99	4,25	13,98	23,72
INFORMAL	1,08	1,17	1,71	2,57	6,66
Comércio	1,11	1,06	1,66	2,46	5,69
Prestação de serviços	1,30	1,09	1,67	2,51	7,69
Serviço Auxiliar	1,36	1,76	1,85	3,29	9,33
Transporte e comunicação	1,03	1,55	1,83	2,05	4,24
Social	0,94	0,99	1,25	2,23	5,24
Administração Pública	0,72	1,59	2,76	2,87	9,09
Outras Atividades	1,47	1,24	2,25	4,64	7,97

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 1992.

Nesse sentido, deve-se destacar que, em 1992, quando o tempo de escolaridade do trabalhador aumentava de 9 a 11 para mais de 11 anos de estudo, o salário real médio do setor de serviços aumentava 150% (de R\$ 4,73 para R\$ 11,86) no segmento formal e 154% (de R\$ 2,57 para R\$ 6,66) no segmento informal. No ano de 2005, observa-se que o aumento nos anos de estudos do trabalhador provocava um aumento da renda maior do que o ocorrido em 1992. Quando os anos de estudo aumentaram de 9 a 11 anos para mais de 11 anos, o salário real médio do setor formal aumentou 166,6% (passando de R\$ 3,86 para R\$ 10,29) no segmento formal e 175,2% (de R\$ 2,38 para R\$ 6,55) no segmento informal.

Tabela 45: Distribuição do salário real por hora médio segundo ramos do setor de serviços formal e informal, por anos de estudo, no Nordeste - 2005 (R\$)

Atividades Terciárias	Anos de Estudo				
	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	Acima de 11 anos
FORMAL	2,17	2,33	2,57	3,86	10,29
Comércio e reparação	2,19	2,06	2,14	2,68	8,80
Alojamento e alimentação	1,52	1,87	2,06	3,38	8,04
Transporte, armazenagem e comunicação	2,45	2,98	3,36	4,64	7,91
Administração pública	2,28	3,01	3,68	6,32	15,38
Educação, saúde e serviços sociais	2,91	2,46	2,63	3,70	8,76
Serviços domésticos	1,49	1,47	1,64	2,16	1,84
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	1,77	2,40	2,24	4,05	6,78
Outras atividades	1,89	2,35	2,62	3,51	9,73
INFORMAL	1,31	1,47	1,51	2,38	6,55
Comércio e reparação	1,31	1,42	1,32	1,86	5,45
Alojamento e alimentação	1,03	1,29	1,40	1,95	3,82
Transporte, armazenagem e comunicação	1,24	1,88	1,75	2,40	4,91
Administração pública	1,94	2,70	3,16	4,23	9,78
Educação, saúde e serviços sociais	1,78	2,01	2,46	2,85	6,09
Serviços domésticos	1,18	1,14	1,09	1,20	0,93
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	1,61	2,26	2,65	2,80	6,02
Outras atividades	1,12	1,76	1,98	2,76	5,62

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2005.

Em suma, verificou-se o crescimento do emprego terciário na Região Nordeste, assim como no Brasil, durante a década de 1990 e a primeira metade dos anos 2000. Tal crescimento ocorreu principalmente com a expansão de ocupações em atividades tidas como trabalho-intensivas, como comércio, educação, saúde e serviços sociais, cuja mão-de-obra empregada, com algumas exceções (como em educação, saúde e serviços sociais), era a que apresentava os mais baixos níveis de escolaridade e de remuneração dentre os ocupados no setor de serviços.

Além disso, apesar da elevação do salário médio real por hora, do tempo de permanência no emprego e do nível de instrução dos trabalhadores alocados no setor de serviços, grande parcela deles ganhava apenas até dois salários mínimos ao longo de todo o período analisado. Cabe acrescentar que, dentre os trabalhadores que recebiam até dois salários mínimos, era maior a participação dos ocupados nos serviços informais.

Evidenciou-se, assim, tanto em nível nacional como regional, a existência de diferenciais de salários entre os segmentos formal e informal do setor terciário, que favoreciam os trabalhadores formais.

O próximo capítulo destina-se justamente ao exame dessa desigualdade salarial entre os trabalhadores dos segmentos formal e informal do setor de serviços brasileiro e nordestino.

Capítulo 5

Desigualdade Salarial no Setor de Serviços Brasileiro e Nordeste

Neste capítulo, é analisada a desigualdade salarial entre os trabalhadores do setor de serviços formal e informal e os seus determinantes nos anos de 1992 e 2005, para o Brasil e para a região Nordeste. Para tanto, são estimadas equações de salários para calcular os determinantes dos rendimentos para os ocupados nos serviços formais e informais. Em seguida, buscando identificar o quanto de tal desigualdade deve-se ao fato do trabalhador estar alocado no segmento formal ou informal, é realizada a decomposição do diferencial da média do logaritmo do salário por hora através do procedimento de Oaxaca. A base de dados são os microdados da PNAD de 1992 e 2005.

5.1 Avaliação do diferencial salarial para o Brasil

Analisando a distribuição do salário real por hora dos ocupados no setor terciário formal e informal nos anos de 1992 e 2005, nota-se que os salários dos trabalhadores formais eram, em todos os estratos de renda, mais altos que os dos informais, como mostram a Tabela 46 e o Gráfico 15. Entretanto, de 1992 para 2005, essa desigualdade se reduziu em todos os quantis da distribuição salarial, com exceção do primeiro. Nesse quantil, enquanto os trabalhadores do segmento formal recebiam, em 1992, R\$ 0,55 a mais do que os alocados no segmento informal, em 2005, esse diferencial passou a ser de R\$ 0,89.

Ao longo da distribuição salarial, verificou-se também que o diferencial de rendimentos a favor dos trabalhadores no setor de serviços formal era menor nos estratos de renda mais baixos, durante o período analisado. A partir da mediana da distribuição, esse diferencial aumentava significativamente, chegando a ser no 99º quantil, de R\$ 15,50 reais, em 2005.

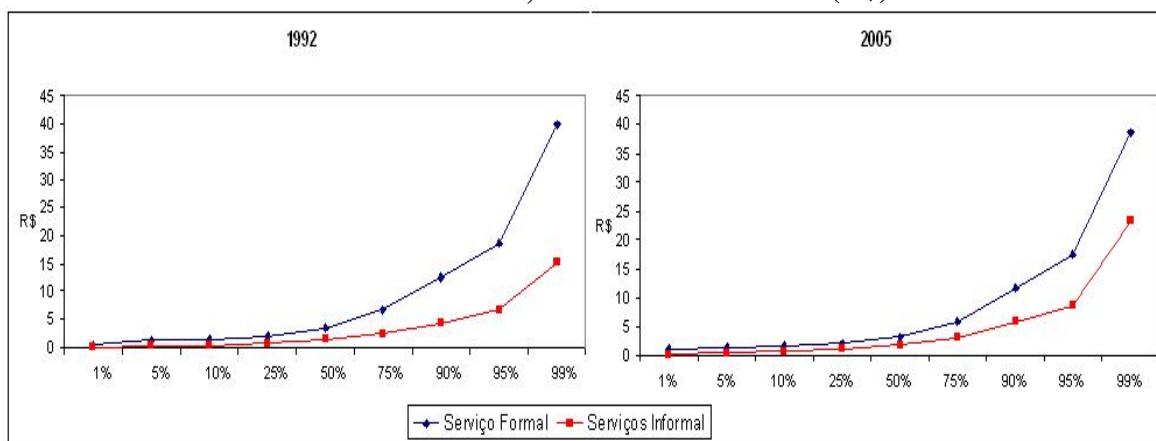
Tabela 46: Distribuição do salário real por hora médio, segundo setor de serviços formal e informal, no Brasil: 1992/2005 (R\$)

Segmentos	Média	1%	5%	10%	25%	50%	75%	90%	95%	99%
1992										
Formal	5,90	0,55	1,18	1,46	2,02	3,44	6,72	12,60	18,48	39,88
Informal	2,19	0,00	0,19	0,34	0,67	1,40	2,30	4,37	6,72	15,27
2005										
Formal	5,66	1,16	1,45	1,64	2,11	3,17	5,81	11,63	17,44	38,76
Informal	3,18	0,28	0,48	0,73	1,24	1,86	3,10	5,81	8,72	23,26

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 1992,2005.

Cabe destacar que, na literatura econômica, a diferenciação salarial não é uma questão recente e, em muitos trabalhos, ela é associada à segmentação no mercado de trabalho. Segundo essa visão, como os empregos formais são escassos ou existem barreiras à entrada no segmento formal (tais como existência de sindicatos e segregação racial), indivíduos igualmente produtivos poderiam receber diferentes salários dependendo do segmento em que estão alocados.

Gráfico 15: Distribuição do salário real por hora médio, segundo setor de serviços formal e informal, no Brasil: 1992/2005 (R\$)



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 1992, 2005.

Desse modo, para identificar os determinantes dos rendimentos para os ocupados nos serviços formais e informais no Brasil, foram estimadas duas equações de salários, uma para os trabalhadores formais e outra para os trabalhadores informais, através do método mínimos quadrados ordinários. Antes de analisar os coeficientes estimados das variáveis usadas nessas equações de salários, é interessante observar as médias e os desvios padrão de tais variáveis nos anos de 1992 e 2005, apresentados nas Tabelas 47 e 48.

No emprego terciário brasileiro, os trabalhadores do segmento informal eram mais novos e menos escolarizados do que os formais, mas essas diferenças diminuíram de 1992 para 2005, principalmente em relação à idade. A média da idade dos trabalhadores formais foi de 35,35 anos, em 2005, e de 33,80 anos, em 1992, enquanto que a média dos informais foi de 31,77 e de 27,9 anos, nos respectivos anos. Outro aspecto relevante é que a quantidade de indivíduos sindicalizados no emprego terciário é maior no segmento formal desse setor.

Tabela 47: Média e desvio padrão das variáveis, setor de serviços formal e informal, Brasil - 1992

Variáveis	Formal		Informal	
	Média	Desvio padrão	Informal	Desvio padrão
idade	33,804	10,83	27,907	12,28
idadeq	1260,055	805,42	929,531	839,67
anos_estudos	8,306	4,33	5,095	3,66
dmas	0,530	0,50	0,367	0,48
racab	0,633	0,48	0,474	0,50
dsind	0,284	0,45	0,028	0,16
dcom	0,177	0,38	0,154	0,36
dserau	0,059	0,24	0,036	0,19
dtrans	0,089	0,28	0,037	0,19
dsoci	0,271	0,44	0,106	0,31
dpub	0,170	0,38	0,045	0,21
doutras	0,065	0,25	0,019	0,14
durb	0,949	0,22	0,900	0,30
dmetro	0,444	0,50	0,314	0,46
dno	0,042	0,20	0,059	0,24
dne	0,183	0,39	0,275	0,45
dsu	0,163	0,37	0,138	0,34
dco	0,072	0,26	0,097	0,30

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 1992.

Além disso, observou-se que, tanto para os serviços formais quanto para os informais, a participação da mão-de-obra de cor branca e masculina diminuiu de 1992 para 2005. Pode-se acrescentar ainda que, nesses dois segmentos, o comércio, os serviços sociais, os serviços de educação e saúde eram as atividades terciárias que abrigavam a grande parcela dos ocupados no setor de serviços.

Analisando a distribuição regional do emprego terciário, percebe-se que o número de ocupados no setor de serviços era superior nas regiões Nordeste e Sul, tanto no segmento formal como no informal desse setor. Cabe acrescentar ainda que, apesar do

emprego terciário ter se concentrado nas áreas urbanas, sua participação nas regiões metropolitanas diminuiu de 1992 para 2005.

As Tabelas 49 e 50 apresentam os coeficientes estimados das variáveis usadas nas equações de salários. Pode-se constatar que os coeficientes de todas as variáveis são estatisticamente significativos e que os retornos¹⁰ delas sobre o rendimento dos trabalhadores do setor de serviços formal e informal no Brasil foram, em geral, semelhantes.

Tabela 48: Média e desvio padrão das variáveis, setor de serviços formal e informal, Brasil - 2005

Variáveis	Formal		Informal	
	Média	Desvio padrão	Informal	Desvio padrão
idade	35,35	11,06	31,776	12,271
idadeq	1371,58	839,28	1160,267	883,053
anos_estudos	9,80	3,83	7,679	3,998
dmas	0,49	0,50	0,381	0,486
racab	0,58	0,49	0,458	0,498
dsind	0,28	0,45	0,043	0,202
dcom	0,25	0,43	0,217	0,412
daloj	0,04	0,20	0,055	0,227
dtrans	0,08	0,28	0,047	0,212
deduc	0,22	0,42	0,119	0,323
dpub	0,14	0,35	0,068	0,251
dservcol	0,04	0,19	0,064	0,244
doutras	0,15	0,36	0,071	0,257
durb	0,96	0,21	0,912	0,283
dno	0,05	0,23	0,091	0,287
dne	0,17	0,38	0,275	0,446
dsu	0,17	0,37	0,124	0,330
dco	0,09	0,28	0,084	0,277
dmetro	0,42	0,49	0,340	0,474

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2005.

Durante o período analisado, embora tenha ocorrido a redução do diferencial salarial entre homens e mulheres, a mão-de-obra feminina ocupada era bem menos remunerada do que a masculina. Enquanto, nos serviços formais, os homens recebiam 25,36%(33%) acima das mulheres em 2005(1992), nos serviços informais, esse percentual era de 19,69%(42%).

¹⁰ Por meio da fórmula $[\exp^{\beta} - 1] \times 100$, são calculados os retornos percentuais que a variação de uma unidade em cada variável independente (*dummy*) gera no salário real por hora do trabalhador, em que β representa o valor do coeficiente estimado para uma *dummy*.

Por outro lado, o fato de o trabalhador ser branco tinha uma influência positiva sobre o salário em ambos os segmentos do setor de serviços. No segmento formal, a remuneração dos trabalhadores brancos era 15,03%(14,22%) maior que a paga aos trabalhadores das demais raças em 2005(1992). Já no segmento informal, esse acréscimo salarial era de 11,62%(14,22%) durante o mesmo período.

Tabela 49: Resultados da equação de salários, setor de serviços formal e informal, para o Brasil - 1992

Variáveis	Formal		Informal	
	β	Desvio Padrão	β	Desvio Padrão
idade	0,069*	0,00009	0,087*	0,0001
idadeq	-0,001*	0,000001	-0,001*	0,000002
anos_estudos	0,102*	0,00005	0,085*	0,0001
dmas	0,288*	0,00036	0,354*	0,0006
racab	0,121*	0,00036	0,133*	0,0006
dsind	0,210*	0,00038	0,176*	0,0020
dcom	0,044*	0,00052	0,178*	0,0008
dserau	0,217*	0,00078	0,348*	0,0015
dtrans	0,251*	0,00066	0,284*	0,0013
dsoci	0,127*	0,00053	0,306*	0,0010
dpub	0,177*	0,00058	0,391*	0,0016
doutras	0,640*	0,00085	0,341*	0,0021
durb	0,152*	0,00080	0,096*	0,0010
dmetro	0,161*	0,00033	0,296*	0,0006
dno	-0,055*	0,00084	-0,192*	0,0012
dne	-0,324*	0,00050	-0,558*	0,0007
dsu	-0,028*	0,00043	0,033*	0,0008
dco	-0,026*	0,00062	-0,017*	0,0009
_cons	-1,572*	0,00173	-2,051*	0,0020
R^2	0,5024	-	0,4719	-
<i>Prob > F</i>	0,0000	-	0,0000	-
<i>Nº obs.</i>	15.000.969	-	7.832.016	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 1992.

Nota: * significativo a 5%, ** significativo a 10%.

O coeficiente estimado da variável idade sinaliza que ela é diretamente proporcional aos salários pagos e que o seu retorno sobre o salário era mais favorável para o trabalhador informal. De maneira oposta, o coeficiente da variável anos de estudo indica que a escolaridade era mais valorizada no setor de serviços formal. Nesse segmento, um ano a mais de estudo provocava um aumento no salário de 10,1%(10,2%) em 2005(1992). No caso dos trabalhadores dos serviços informais, esse aumento era de 6,3%(8,5%).

Pode-se destacar também que participar de sindicatos tinha um impacto positivo nos salários dos ocupados nos segmentos formal e informal do setor de serviços. Um

trabalhador formal sindicalizado recebia 17,82%(23,37%) acima do trabalhador não sindicalizado em 2005(1992).

Outro resultado interessante é que, em 1992, o Sudeste era a região brasileira que pagava os maiores salários aos indivíduos ocupados no setor de serviços formal e informal, com exceção dos trabalhadores informais que moram na região Sul, que recebiam 3,36% a mais do que os seus pares no Sudeste. Já em 2005, enquanto, no segmento formal, apenas as pessoas que moravam na região Sul recebiam acima das que moravam no Sudeste, no segmento informal, por sua vez, somente as pessoas que residiam nas regiões Nordeste e Norte recebiam salários abaixo dos que eram pagos no Sudeste. Desse modo, observa-se que as maiores diferenças salariais em relação à região Sudeste foram encontradas na região Nordeste.

Tabela 50: Resultados da equação de salários, setor de serviços formal e informal, para o Brasil - 2005

Variáveis	Formal		Informal	
	β	Desvio Padrão	β	Desvio Padrão
idade	0,055*	0,00007	0,06812*	0,00009
idadeq	-0,0005*	0,000001	-0,00067*	0,000001
anos_estudos	0,101*	0,00004	0,06293*	0,00006
dmas	0,226*	0,00027	0,17974*	0,00048
racab	0,140*	0,00025	0,10995*	0,00039
dsind	0,164*	0,00029	0,20410*	0,00107
dcom	-0,002*	0,00047	0,11270*	0,00059
daloj	-0,068*	0,00060	0,10434*	0,00081
dtrans	0,138*	0,00059	0,25101*	0,00092
deduc	0,222*	0,00050	0,55472*	0,00066
dpub	0,382*	0,00057	0,57191*	0,00085
dservcol	0,100*	0,00074	0,34978*	0,00097
doutras	0,156*	0,00052	0,38014*	0,00084
durb	0,049*	0,00052	0,06362*	0,00066
dno	-0,040*	0,00055	-0,09125*	0,00066
dne	-0,208*	0,00034	-0,37867*	0,00048
dsu	-0,010*	0,00033	0,07407*	0,00058
dco	0,087*	0,00047	0,08678*	0,00070
dmetro	0,142*	0,00025	0,17910*	0,00041
_cons	-1,425903*	0,00137	-1,52325*	0,00167
R^2	0,4744	-	0,4194	-
<i>Prob > F</i>	0,0000	-	0,0000	-
<i>N° obs.</i>	23.218.491	-	13.125.999	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2005.

Nota: * significativo a 5%, ** significativo a 10%.

As estimativas dos coeficientes para as variáveis área urbana e região metropolitana sinalizam que, embora os retornos em se morar na área urbana e na região metropolitana

sobre os salários sejam positivos no setor terciário formal e informal, eles diminuíram de 1992 para 2005. Vale citar ainda que o retorno de morar na região metropolitana é maior do que o da área urbana.

No que se refere à remuneração por atividade terciária, em 1992, a prestação de serviços, era o ramo do setor terciário que pagava os menores salários aos indivíduos ocupados nos segmentos formal e informal desse setor. Por outro lado, em 2005, enquanto, no segmento informal, todas as pessoas recebiam acima dos que trabalhavam nos serviços domésticos, no segmento formal, por sua vez, somente os indivíduos ocupados nos ramos de comércio e reparação e alojamento e alimentação recebiam salários abaixo dos que eram pagos nos serviços domésticos.

Considerando os resultados das equações de salário para os trabalhadores no setor de serviços formal e informal, juntamente com as médias das variáveis utilizadas no modelo, pode-se fazer o cálculo da decomposição de Oaxaca. A partir da Tabela 51, que mostra os resultados de tal decomposição, nota-se a redução do diferencial de rendimentos entre os ocupados no setor de serviços formal e informal no Brasil, que era, em média, de R\$ 3,71, em 1992, e passou para R\$ 2,48, em 2005.

Tabela 51: Decomposição de Oaxaca, segundo setor de serviços, formal e informal, para o Brasil: 1992/2005

Efeitos	Oxaca	R\$	%
1992			
Efeito segmentação	0,25	0,84	22,72
Efeito dotação atributos	0,84	2,88	77,67
EfeitoTotal	1,08	3,71	100,00
2005			
Efeito segmentação	0,122	0,48	19,36
Efeito dotação atributos	0,509	2,00	80,64
EfeitoTotal	0,631	2,48	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 1992, 2005.

Deve-se observar que, em 1992, dos R\$ 3,71 a mais que o trabalhador formal recebia em relação ao informal, 77,67% são atribuídos às dotações individuais (escolaridade, idade, local onde mora) e o restante, 22,72%, representa a parte não explicada desse diferencial salarial, decorrente da discriminação, ou seja, do fato de a pessoa pertencer a um ou a outro segmento do mercado de trabalho. Já em 2005, o diferencial salarial de R\$ 2,48 encontra-se dividido em duas partes, R\$ 2,00, que

corresponde ao diferencial devido à dotação de atributos, e R\$ 0,48, que se refere à parte não explicada desse diferencial.

5.2 Avaliação do diferencial salarial para a região Nordeste

O exame da Tabela 52 e do Gráfico 16 permitiu a observação de que os trabalhadores nos serviços informais recebiam menos do que os alocados nos serviços formais, mas que essa diferença se reduziu ao longo do período analisado. Pode-se perceber também que a desigualdade salarial apresentava uma tendência crescente à medida que se avançava para os quantis mais elevados da distribuição de salários.

Tabela 52: Distribuição do salário real por hora médio, segundo setor de serviços formal e informal, no Nordeste - 1992/2005 (R\$)

Segmentos	Média	1%	5%	10%	25%	50%	75%	90%	95%	99%
1992										
Formal	4,93	0,25	0,61	0,91	1,59	2,58	5,04	10,14	16,80	37,06
Informal	1,37	0,00	0,11	0,17	0,36	0,78	1,56	2,69	4,03	10,08
2005										
Formal	4,82	1,00	1,33	1,45	1,74	2,62	4,65	9,02	14,53	34,88
Informal	2,17	0,21	0,34	0,47	0,79	1,45	2,33	3,88	5,81	16,91

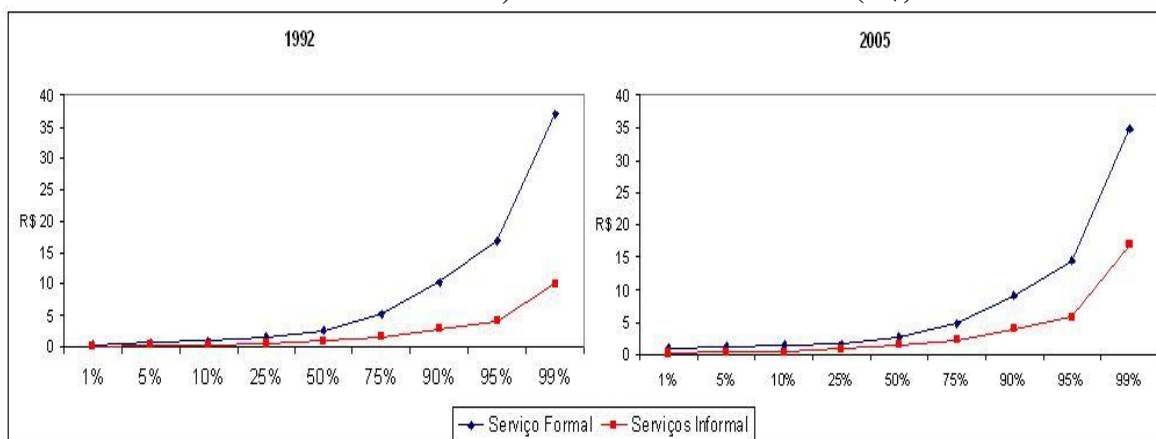
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 1992,2005.

As Tabelas 53 e 54 mostram as médias e os desvios padrão das variáveis utilizadas nas equações de salários. Pode-se ver que, na região Nordeste, assim como no Brasil, os trabalhadores dos serviços informais eram mais novos e menos escolarizados do que os dos formais, mas essa diferença diminuiu de 1992 para 2005. Cabe acrescentar ainda que essa diferença verificada no Nordeste foi maior que a observada em nível nacional.

Quanto à distribuição por gênero, notou-se que, durante o período analisado, enquanto a participação da mão-de-obra masculina se manteve estável nos serviços formais, nos serviços informais, por sua vez, ela aumentou, passando de 37%, em 1992, para 39%, em 2005.

Analisando o atributo cor/raça, notou-se que a participação de trabalhadores brancos era de 35%(38%) nos serviços formais e de 29%(25%) nos informais, em 2005(1992).

Gráfico 16: Distribuição do salário real por hora médio, segundo setor de serviços formal e informal, no Nordeste - 1992/2005 (R\$)



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 1992,2005.

Outro aspecto interessante é que, na região Nordeste, a participação de pessoas brancas foi menor que a observada para o Brasil. Como visto no capítulo anterior, nessa região, é maior a proporção de indivíduos pardos no emprego terciário formal e informal.

Tabela 53: Média e desvio padrão das variáveis, por segmento formal e informal do setor de serviços, no Nordeste - 1992

Variáveis	Formal		Informal	
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão
idade	34,592	10,264	26,58	11,61
idadeq	1301,945	774,664	841,48	783,34
anos_estudos	8,353	4,456	4,41	3,80
dmas (homem=1)	0,492	0,500	0,37	0,48
racab (branca=1)	0,375	0,484	0,25	0,43
dsind	0,296	0,456	0,03	0,16
dcom	0,145	0,352	0,15	0,36
dserau	0,039	0,194	0,03	0,17
dtrans	0,076	0,265	0,04	0,20
dsoci	0,362	0,481	0,14	0,34
dpub	0,215	0,411	0,07	0,25
doutras	0,046	0,209	0,01	0,11
durb	0,886	0,318	0,84	0,37
dmetro	0,343	0,475	0,23	0,42
dma	0,078	0,268	0,10	0,29
dpi	0,050	0,218	0,07	0,25
dce	0,130	0,336	0,17	0,37
drn	0,072	0,259	0,07	0,26
dpb	0,088	0,283	0,08	0,26
dpe	0,194	0,396	0,18	0,39
dal	0,079	0,269	0,05	0,22
dser	0,047	0,212	0,04	0,19

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 1992.

No que se refere à distribuição do emprego terciário por ramos, pode-se notar que o emprego nos serviços formais e informais se concentrou, em 1992, nos ramos administração pública e serviços sociais e, em 2005, nos ramos comércio e reparação serviços sociais e educação, saúde e serviços sociais.

Cabe destacar ainda que a maior proporção das pessoas ocupadas no setor de serviços nordestino formal e informal se encontrava nos estados de Pernambuco e do Ceará. Além disso, observou-se que, apesar do emprego terciário nordestino se concentrar nas áreas urbanas, sua participação nas regiões metropolitanas diminuiu durante o período analisado. Tal fato também foi verificado em nível nacional por segmento formal e informal do setor de serviços.

Tabela 54: Média e desvio padrão das variáveis por segmento formal e informal do setor de serviços, no Nordeste - 2005

Variáveis	Formal		Informal	
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão
idade	36,16	10,68	30,31	11,28
idadeq	1421,82	825,67	1045,76	790,44
anos_estudos	9,63	3,97	7,07	4,07
dmas (homem=1)	0,50	0,50	0,39	0,49
racab (branca=1)	0,35	0,48	0,29	0,45
dsind	0,29	0,45	0,05	0,22
dcom	0,21	0,41	0,22	0,41
daloj	0,04	0,19	0,05	0,22
dtrans	0,06	0,24	0,04	0,20
deduc	0,28	0,45	0,14	0,35
dpub	0,18	0,39	0,09	0,29
dservcol	0,04	0,19	0,06	0,23
doutras	0,13	0,34	0,05	0,22
durb	0,93	0,26	0,87	0,34
dma	0,09	0,29	0,12	0,33
dpi	0,05	0,22	0,06	0,23
dce	0,14	0,35	0,17	0,37
drn	0,07	0,26	0,06	0,23
dpb	0,07	0,26	0,08	0,27
dpe	0,18	0,38	0,16	0,37
dal	0,06	0,23	0,04	0,21
dser	0,06	0,24	0,04	0,19
dmetro	0,35	0,48	0,24	0,43

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2005.

A partir do exame das Tabelas 55 e 56, que apresentam os coeficientes estimados das variáveis usadas nas equações de salários, é possível identificar que os coeficientes de todas as variáveis são estatisticamente significativos.

Durante o período analisado, embora tenha ocorrido a redução do diferencial salarial entre homens e mulheres, a mão-de-obra masculina era mais bem remunerada do que a feminina. Enquanto nos serviços formais os homens recebiam 21,25%(67,2%) acima das mulheres em 2005(1992), nos serviços informais, esse acréscimo era de 22,75%(67,20%). Cabe comentar que o retorno da idade era também maior para o trabalhador informal do que para o formal.

Como em nível nacional, na região Nordeste, embora a maioria dos ocupados fosse de cor parda, o fato de o trabalhador ser branco tinha uma influência positiva sobre o salário em ambos os segmentos do setor de serviços. Os trabalhadores brancos tinham um acréscimo salarial, em relação aos trabalhadores das demais raças, de 13,97%(15,37%) no segmento formal e de 8,55%(16,07%) no informal, em 2005(1992).

Tabela 55: Resultados da equação de salários, segundo segmento formal e informal do setor de serviços, para o Nordeste - 1992

Variáveis	Formal		Informal	
	β	Desvio Padrão	β	Desvio Padrão
idade	0,055*	0,00026	0,079*	0,0003
idadeq	-0,0005*	0,000004	-0,001*	0,000004
anos_estudos	0,107*	0,00012	0,099*	0,0002
dmas	0,350*	0,00101	0,514*	0,0013
racab	0,143*	0,00095	0,149*	0,0013
dsind	0,278*	0,00102	-0,021*	0,0039
dcom	-0,062*	0,00144	0,215*	0,0018
dserau	0,168*	0,00234	0,546*	0,0032
dtrans	0,203*	0,00183	0,297*	0,0027
dsoci	0,003**	0,00146	0,271**	0,0019
dpub	0,051*	0,00156	0,255*	0,0027
doutras	0,838*	0,00255	0,401*	0,0047
durb	0,245*	0,00164	0,041*	0,0017
dmetro	0,197*	0,00118	0,442*	0,0015
dma	-0,157*	0,00192	-0,388	0,0024
dpi	-0,216*	0,00234	-0,281*	0,0025
dce	-0,278*	0,00150	-0,367*	0,0018
drn	-0,111*	0,00178	-0,237*	0,0023
dpb	-0,223*	0,00200	-0,218*	0,0024
dpe	-0,270*	0,00128	-0,261*	0,0017
dal	-0,066*	0,00194	0,010*	0,0029
dser	-0,009*	0,00186	0,086*	0,0027
_cons	-1,651*	0,00489	-2,415*	0,0040
R^2	0,4710	-	0,4290	-
<i>Prob > F</i>	0,0000	-	0,0000	-
<i>N° obs.</i>	2.743.891	-	2.150.797	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 1992.

Nota: * significativo a 5%, ** significativo a 10%.

O coeficiente estimado da variável anos de estudo indica que, apesar do retorno da escolaridade sobre o salário ter diminuído durante o período analisado para os segmentos formal e informal do setor de serviços, ele era maior para os trabalhadores formais. Nesse segmento, um ano a mais de estudo provocava um aumento no salário de 9,24%(10,7%) em 2005(1992). No caso dos trabalhadores dos serviços informais, esse aumento era de 5,8%(9,9%) em 2005(1992).

Pode-se destacar também que participar de sindicatos tinha um impacto positivo nos salários dos ocupados nos segmentos formal e informal do setor de serviços nordestino. Um trabalhador formal sindicalizado recebia 20,99%(32,05%) acima do trabalhador não sindicalizado em 2005(1992), acréscimo superior ao observado a nível nacional.

Tabela 56: Resultados da equação de salários, segundo segmento formal e informal do setor de serviços, para o Nordeste - 2005

Variáveis	Formal		Informal	
	β	Desvio Padrão	β	Desvio Padrão
idade	0,0314*	0,0002	0,062	0,00018*
idadeq	-0,0002*	0,000002	-0,001	0,000003*
anos_estudos	0,0924*	0,0001	0,058	0,00011*
dmas	0,1927*	0,0007	0,205	0,00094*
racab	0,1308*	0,0006	0,082	0,00080*
dsind	0,1905*	0,0007	0,123	0,00180*
dcom	0,0079*	0,0012	0,154	0,00116*
daloj	-0,0401*	0,0016	0,175	0,00165*
dtrans	0,1933*	0,0016	0,315	0,00191*
deduc	0,2942*	0,0012	0,781	0,00117*
dpub	0,4851*	0,0013	0,783	0,00146*
dservcol	0,1491*	0,0017	0,468	0,00202*
doutras	0,1457*	0,0013	0,469	0,00188*
durb	0,0573*	0,0010	0,077	0,00108*
dma	-0,0386*	0,0012	-0,041	0,00125*
dpi	0,0201*	0,0014	0,019	0,00175*
dce	-0,1493*	0,0010	-0,130	0,00108*
drn	0,0475*	0,0012	0,119	0,00163*
dpb	0,0630*	0,0013	0,070	0,00139*
dpe	-0,1044*	0,0009	-0,047	0,00110*
dal	0,0489*	0,0015	0,193	0,00182*
dser	0,0147*	0,0013	0,222	0,00200*
dmetro	0,1111*	0,0008	0,263	0,00097*
_cons	-1,0957*	0,0036	-1,842	0,00311*
R^2	0,4397	-	0,4142	-
$Prob > F$	0,0000	-	0,0000	-
$N^\circ obs.$	4.037.891	-	3.607.337	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2005.

Nota: * significativo a 5%, ** significativo a 10%.

Quanto ao segmento informal, verificou-se que se, em 1992, o trabalhador não sindicalizado ganhava 2,08% a mais que o sindicalizado, em 2005, esse resultado se inverteu, e as pessoas que participavam de sindicatos passaram a receber um salário 13,09% superior ao dos trabalhadores não sindicalizados.

Outro resultado interessante é que, em 1992, a Bahia era o Estado nordestino que pagava os maiores salários aos indivíduos ocupados no setor de serviços formal e informal. No ano de 2005, apenas os trabalhadores que moravam nos estados de Pernambuco, Ceará e Maranhão recebiam abaixo dos trabalhadores baianos. No caso dos dois primeiros, esse diferencial é maior nos serviços formal, e, no último, é no segmento informal. Cabe destacar ainda que as maiores diferenças salariais em relação ao Estado da Bahia foram observadas nos Estados de Pernambuco e Ceará.

Quanto às estimativas dos coeficientes para a variável área urbana, evidenciou-se que os retornos em se morar na área urbana sobre os salários diminuíram para o trabalhador formal (passaram de 27,76%, em 1992, para 5,9%, em 2005) e aumentaram para o trabalhador informal do setor de serviços (passaram de 4,19% para 8%).

Por outro lado, os coeficientes estimados da variável região metropolitana sinalizam que, embora os retornos em se morar na área urbana na região metropolitana sobre os salários sejam positivos, eles diminuíram no setor terciário formal e informal de 1992 para 2005.

No que se refere à remuneração por atividade terciária, observa-se que, em 1992, a prestação de serviços era o ramo do setor terciário que pagava os menores salários aos indivíduos ocupados nos segmentos formal e informal desse setor, com exceção dos trabalhadores formais do comércio, que recebiam 6,01% a menos do que eles. Por outro lado, em 2005, enquanto, no segmento informal, todas as pessoas recebiam acima das que trabalhavam nos serviços domésticos, no segmento formal, por sua vez, somente os indivíduos ocupados nos ramos de comércio e reparação recebiam salários abaixo dos que eram pagos nos serviços domésticos.

Identificados os determinantes dos rendimentos dos trabalhadores empregados no setor de serviços formal e informal, utiliza-se a decomposição de Oaxaca para distinguir o quanto o diferencial se refere às dotações de atributos produtivos ou ao fato de o trabalhador estar em um segmento formal ou informal.

Desse modo, analisando os dados contidos na Tabela 57, que mostra os resultados da decomposição de Oaxaca para a região Nordeste, verifica-se que o diferencial salarial

entre os ocupados no setor de serviços formal e informal diminuiu de R\$ 3,55, em 1992, para R\$ 2,65, em 2005.

Deve-se observar que, em 1992, dos R\$ 3,55 a mais que o trabalhador formal recebia em relação ao informal, 5% menor que o verificado no Brasil no mesmo ano, R\$ 2,48 era atribuído às dotações individuais (escolaridade, idade, local onde mora), e o restante, R\$ 1,07, representava a parte não explicada desse diferencial salarial, decorrente da discriminação, ou seja, do fato de a pessoa pertencer a um ou outro segmento do mercado de trabalho. Já em 2005, o diferencial salarial de R\$ 2,65, 6,8% maior que o observado a nível nacional nesse ano, encontra-se dividido em duas partes, R\$ 1,94, que corresponde ao diferencial devido à dotação de atributos, e R\$ 0,71, que se refere à parte não explicada desse diferencial.

Tabela 57: Decomposição de Oaxaca, segundo setor de serviços, formal e informal, para o Nordeste - 1992/2005

Efeitos	Oxaca	R\$	%
1992			
Efeito segmentação	0,40	1,07	30,23
Efeito dotação atributos	0,92	2,48	69,76
EfeitoTotal	1,32	3,55	100,00
2005			
Efeito segmentação	0,22	0,71	26,78
Efeito dotação atributos	0,59	1,94	73,22
EfeitoTotal	0,81	2,65	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 1992, 2005.

Em suma, comparando os resultados observados para o Brasil e para a região Nordeste, verificou-se que trabalhadores nos serviços informais recebiam menos do que os alocados nos serviços formais e que essa desigualdade salarial aumentava à medida que se avançava para os quantis mais elevados da distribuição de salários. Enquanto, em 1992, essa desigualdade salarial no Brasil era superior à verificada em nível regional, em 2005, ocorreu o inverso.

De 1992 para 2005, no Nordeste, assim como no Brasil, houve a redução do diferencial salarial, ocorrida principalmente na parte referente à discriminação ou segmentação do mercado de trabalho. Assim sendo, verifica-se que mais de 70% desse diferencial se refere principalmente ao fato de os trabalhadores informais apresentarem menos atributos produtivos do que os trabalhadores formais.

Considerações Finais

Este trabalho procurou analisar o diferencial salarial entre os trabalhadores empregados no setor de serviços formal e informal na região Nordeste, nos anos de 1992 e 2005.

O passo inicial da análise consistiu no exame do impacto do processo de reestruturação produtiva no mercado de trabalho. Verificado a partir da década de setenta, tal processo é marcado pela introdução de inovações tecnológicas e por novas políticas de gestão do trabalho, que possibilitaram que as empresas se ajustassem mais rapidamente às flutuações da demanda e às incertezas do mercado.

Em meio às mudanças ocorridas no mercado de trabalho relacionadas à reestruturação produtiva, focou-se no crescimento da participação do setor de serviços no produto e no emprego, ocorrido tanto em países desenvolvidos, quanto em economias periféricas. Cabe frisar que, embora, nas economias de capitalismo avançado, o crescimento do setor de serviços tenha sido observado no período pós-guerra, foi nos anos setenta que esse processo se intensificou e ficou mais evidente.

Para a compreensão da expansão do setor terciário, discutiu-se, inicialmente, a caracterização de um serviço tanto em nível de atividade quanto em nível setorial e, em seguida, apresentaram-se algumas hipóteses sobre as causas do processo de terciarização.

Desse modo, identificou-se que, quando se define um serviço em nível da atividade, lhe são, de maneira geral, atribuídas determinadas características, tais como: a) intangibilidade e precibilidade; b) simultaneidade de produção e consumo; c) existência de alto contato entre produtor e consumidor; e d) dificuldade de padronização dos serviços. Já quando se define o setor de serviços a nível agregado, dada a dificuldade de conceituação dos serviços, verificou-se o uso de diversos critérios, como produção, função, destino, utilização de conhecimento/informação ou conjugação desses critérios.

Quanto às hipóteses para explicar a expansão das atividades terciárias na literatura econômica que analisa a evolução do setor de serviços e seu papel no desenvolvimento econômico, destacam-se as de elasticidade-renda da demanda dos serviços maior do que 1,

de diferencial de produtividade entre os setores industrial e terciário, de integração indústria-serviços e, por fim, de amortecedor social.

Contudo, o que se tem observado é que, enquanto, nas economias mais desenvolvidas, tem-se associado a expansão das atividades terciárias ao elevado estágio de desenvolvimento, com o crescimento de serviços modernos em que a relação capital/trabalho é alta, nos países economicamente atrasados, tal expansão, por sua vez, se deveu mais à dificuldade dos indivíduos de encontrarem emprego nos demais setores da economia do que à procura de modernização econômica

No caso dos países economicamente atrasados, em virtude da incapacidade dos setores agrícola e industrial de absorverem mão-de-obra, cabe ao setor de serviços assumir o papel de absorvedor dos trabalhadores expulsos dos demais setores econômicos. Sendo assim, uma parte considerável dessa mão-de-obra ocupada no setor terciário acaba trabalhando em serviços tradicionais, intensivos de mão-de-obra e com baixa remuneração e qualificação, pertencentes inclusive ao segmento informal.

Tendo como pano de fundo essa discussão sobre o setor de serviços, foi tratada a questão da informalidade sob a ótica da segmentação no mercado de trabalho. Dentre os aspectos discutidos na literatura relativa à informalidade no mercado de trabalho, destaca-se a existência de diferenciais de salários entre trabalhadores formais e informais. Tal diferencial estaria associado à questão da existência ou não de segmentação no mercado de trabalho. Segundo essa visão, como os empregos formais são escassos ou existem barreiras à entrada no setor formal (tais como a existência de sindicatos e a segregação racial), indivíduos igualmente produtivos poderiam receber diferentes salários dependendo do setor em que estão alocados.

Em função do exposto, partiu-se para a identificação do perfil do emprego terciário no Nordeste, procurando averiguar se o aumento do emprego terciário tem se dado pela expansão de serviços modernos, que utilizam mão-de-obra qualificada, ou de serviços tradicionais, que empregam trabalhadores semi-qualificados e com baixa remuneração.

A região Nordeste foi escolhida por ser a região brasileira que apresenta menor participação de ocupados com carteira assinada, embora seja a segunda região em volume de ocupação no Brasil. Buscando identificar se os resultados obtidos para o Nordeste seguem a tendência verificada em nível nacional ou se se referem apenas a um caso isolado, determinado por características específicas dessa região, foi realizada a mesma análise para o Brasil.

Com base nos microdados da PNAD de 1992 e 2005, constataram-se algumas tendências apresentadas pelo mercado de trabalho nacional e regional durante o período de análise.

A década de 1990 e o início dos anos 2000 foram marcados por profundas transformações. Dentre as que se referem especificamente ao mercado de trabalho, pode-se citar a realocação setorial do emprego, com o decréscimo nos postos de trabalho nos setores agrícola e industrial e a grande concentração de trabalhadores no setor de serviços formal ou não.

O crescimento do emprego terciário no Brasil, assim como no Nordeste, aparenta estar ligado a atividades tidas como trabalho-intensivas, que não exigem alta qualificação profissional e fornecem baixa remuneração, e aos gastos do governo.

Outra constatação importante é que, apesar da elevação do salário médio real por hora, do tempo de permanência no emprego e do nível de instrução dos trabalhadores, grande parcela dos trabalhadores do setor de serviços ganhava apenas até 2 salários mínimos ao longo de todo o período analisado. Além disso, foi verificada a existência de diferenciais de salários entre os segmentos formal e informal do setor terciário, que favoreciam os trabalhadores formais. Tais resultados ganham relevância pelos seus efeitos na distribuição de renda do país, visto que o emprego terciário representa em torno de 50% da população ocupada no Brasil e na região Nordeste.

Desse modo, pode-se perceber que a melhoria em variáveis, como o nível de escolaridade da mão-de-obra empregada no setor de serviços, não implica em dizer que o processo de terciarização da economia nacional e regional esteja associado às mudanças no paradigma técnico-produtivo, que exigem uma mão-de-obra com maior qualificação profissional. Esta melhoria pode refletir também um quadro de baixa oportunidade de empregos nessa região, forçando trabalhadores qualificados a aceitarem empregos com baixa remuneração e que não exigem alta escolaridade, de um lado, e à melhoria do padrão educacional da população, por outro.

Por outro lado, cabe ressaltar que, no caso do Brasil e do Nordeste, não aparenta que os trabalhadores informais estejam preferindo um emprego no setor informal, ou seja, não se trata do caso de um indivíduo escolher entre trabalhar no setor formal ou informal de acordo com as suas preferências e, conseqüentemente, estar sempre maximizando sua utilidade, qualquer que seja o setor em que esteja trabalhando. Assim sendo, o ingresso das

pessoas no setor de serviços informal refere-se, em grande parte, à incapacidade de absorção de mão-de-obra do setor formal.

Nesse sentido, os trabalhadores ocupados no segmento informal do setor de serviços brasileiro e nordestino configuram-se como uma força de trabalho precarizada que, além de não ter acesso aos direitos trabalhistas, recebe salários baixos e fica exposta às vicissitudes das flutuações econômicas.

Por fim, o passo seguinte da análise consistiu em analisar a desigualdade salarial entre os trabalhadores do setor de serviços e os seus determinantes nos anos de 1992 e 2005, para o Brasil e a região Nordeste. Para tanto, foram estimadas por Mínimos Quadrados as equações de salários para calcular os determinantes dos rendimentos para os ocupados nos serviços formais e informais. Em seguida, foi realizada a decomposição do diferencial de salários entre os trabalhadores ocupados no setor de serviços formal e informal, através do procedimento de Oaxaca. O objetivo de tal procedimento foi determinar o quanto do diferencial salarial se deveu ao fato de o trabalhador estar alocado no segmento formal ou informal. A fonte de dados utilizada também foi os microdados da PNAD de 1992 e de 2005.

É importante ressaltar que, neste trabalho, optou-se em definir o setor formal do mercado de trabalho como sendo aquele constituído por trabalhadores com carteira assinada, militares, funcionários públicos e trabalhadores domésticos com carteira assinada. Já o setor informal do mercado de trabalho é formado por empregados sem carteira assinada e trabalhadores domésticos sem carteira assinada, excluindo-se os trabalhadores por conta própria.

Com base nos resultados encontrados, notou-se que, apesar da população ocupada no segmento formal do setor terciário receber um rendimento médio superior aos dos ocupados no segmento informal, a desigualdade salarial entre esses dois grupos diminuiu entre 1992 e 2005. Além disso, identificou-se que mais de 70% desse diferencial salarial, tanto em nível nacional quanto regional, é atribuído às dotações dos indivíduos. Tal resultado, por sua vez, indica que trabalhadores dos serviços informais ganham menos pela posse, em média, menor de atributos produtivos (como educação) que seus pares nos serviços formais.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, W. J. M. de; SILVA, M. C. da. **Dinâmica do setor serviços no Brasil: emprego e produto**. Rio de Janeiro: IPEA, 1973. (Relatório de Pesquisa, 18).

ALMEIDA, P. H. Passado e o futuro dos serviços: o caso da RMS. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v.10, n. 1, p. 68-86, jul. 2000.

AMADEO, Edward. **Dez pontos sobre a situação recente do mercado de trabalho**. Brasília: Mtb, 1998. (Notas Sobre o Mercado de Trabalho, n.5)

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2002.

ARAÚJO, T. P.; SOUZA, A. V.; LIMA, R. A.. Nordeste: economia e mercado de trabalho. **Estudos Avançados**, v.11, n. 29, p. 55-77, 1997.

BRAGA, T. S. O setor informal e as formas de participação na produção: os casos das Regiões Metropolitanas de Salvador e Recife. In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2006, Caxambu. **Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu: ABEP, 2006.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização**: na Aurora do Século XXI. São Paulo: HUCITEC, 1996.

BISPO FILHO, Leormínio Moreira. **Diferencial de rendimentos na ocupação não registrada de Salvador**. 2002.112f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

BLINDER, A. S. Wage discrimination reduced form and structural. **Jornal of human resources**, v.8, p. 436-455, 1973.

BRANDÃO, S. M.C.; FERREIRA, S.P. Setor terciário: dificuldades para sua definição. **São Paulo em Perspectiva**, v. 6, n. 3, p. 16-24, jul/set, 1992.

DEDECCA, C. S.; MONTAGNER, P. Crise econômica e desempenho do terciário. **São Paulo em Perspectiva**, v. 6, n. 3, p. 2-15, jul/set, 1992.

COELHO, A. M.; CORSEUIL, C.H. **Diferenciais salariais no Brasil: um breve panorama**. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para discussão n. 898, 22p., 1998.

DRUCK, Maria da Graça. Globalização e reestruturação produtiva: o fordismo e/ ou japonismo. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.19, n.2 (74), p. 31-48, abr./jun. 1999.

DUARTE, C.B. Dinâmica da informalidade e dos rendimentos do trabalho no Brasil nos anos de 90 e 2000. In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2006, Caxambu. **Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu: ABEP, 2006.

FILGUEIRAS, L.A.M.; DRUCK, G.; AMARAL, M.F. O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. **Caderno CRH**, Salvador, v. 17, n.41, p. 211-229, maio/ago, 2004.

GOMES FILHO, J. F.; CORREIA, C.L.B. Reestruturação produtiva sob a ótica da teoria da segmentação do mercado de trabalho In: V Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 1997, Rio de Janeiro. **Anais do V Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho**. Rio de Janeiro: ABET, 1997.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre a origem da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro, vários volumes.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro, CDROM-Microdados, vários volumes.

INTERNACIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). **LABORSTA Internet**. Disponível em: <<http://laborsta.ilo.org>> . Acesso em: 30 jul. 2006.

GREMAUD, A. P. et al. **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: ATLAS, 1999.

JACINTO, Paulo de Andrade. Diferenciais de salários por gênero na indústria avícola da região Sul do Brasil: uma análise com microdados. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v.43, n.3, p. 529-555, jul/set, 2005.

JORGE, Marco Antônio. **Capacidade de absorção e qualidade do emprego no setor de serviços**. 2000. 183p. Tese (Doutorado em Economia de Empresas) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2000.

KON, A. Mudanças recentes no perfil da distribuição ocupacional da população brasileira. In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2006, Caxambu. **Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu: ABEP, 2006.

_____. Diversidades nas condições de informalidade do trabalho brasileiro. In: XXXII Encontro Nacional de economia ANPEC, 2004, João Pessoa. **Anais do XXXII Encontro Nacional de Economia ANPEC**. João Pessoa: ANPEC, 2004.

_____. Sobre as atividades de serviços: revendo conceitos e tipologias. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.19, n. 2 (74), p. 64-82, abr./jun. 1999.

_____. Transformações na indústria de serviços: implicações sobre o trabalho. In: V Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, 1997, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...**Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 1997. Disponível em: <<http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/abet/venc/vencfram.htm>>. Acesso em: 02 ago. 2006.

_____. A distribuição do trabalho nos serviços do Brasil. In: X Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1996, Caxambu. **Anais do X Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu: ABEP, 1996.

_____. **A produção terciária**. São Paulo: Nobel, 1992.

LIMA, R. Mercado de trabalho: o capital humano e a teoria da segmentação. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p. 217-272, 1980.

MASLOW, A. **Motivation and personality**. New York: Harper & Row, 2ª ed., 1970.

McCONNELL, C.R.; BRUE, S.L. **Contemporary Labor Economics**. McGraw-Hill, 2ª ed., 1989.

MEIRELLES, D. S. O conceito de serviços. **Revista de Economia Política**, v.26, n.1 (101), p. 119-136, jan/mar, 2006.

MELO, H. P; TELES, J.L. **Serviços e informalidade**: o comércio ambulante no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para Discussão n. 773, 17p., 2000.

MELO, H. et al. **O setor de serviços no Brasil**: uma visão global-1985/95. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para Discussão n. 549, 1998.

_____. **É possível uma política para o setor de serviços?** Rio de Janeiro: IPEA, Texto para Discussão n. 457, 24 p., 1997.

MENEZES, W. F. e BISPO FILHO, L.M. Diferenciais de rendimentos na ocupação não registrada de Salvador. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v. 13, n. 3, p. 653-664, dez. 2003.

MONTAGNER, Paula. Developing Service: what learn about trends in the developed countries. **George Washington University**, 1999. Disponível em: <<http://www.gwu.edu/~ibi/minerva/Fall1999/Montagner.Paula.pdf>> Acesso em: jan.2007

OAXACA, R.. Male-female wage differentials in urban labor markets. **Internacional Economic Review**, v. 14, n. 3, p. 693-709, 1973

OLIVEIRA, M. A. Reestruturação produtiva e mudanças nas relações de trabalho. In: OLIVEIRA, M.A.(Org.). **Economia e trabalho**: textos básicos. São Paulo: UNICAMP. IE, cap.11, p.187-204, 1998.

ORBAN, Edouard. O serviço é um produto. In. DIEESE; CENSIT (Org). **O trabalho no setor terciário: emprego e desenvolvimento tecnológico**. São Paulo: DIEESE; Campinas: CESIT, 2005, cap.1, p.11-20, 2005.

PÉREZ, J. L. D. Economía informal, trabajo no declarado y administración del trabajo. Oficina Internacional do Trabalho, 2005, Genebra. **Anais eletrônico...**Genebra: Internacional Labour Organization, 2005. Disponível em: <<http://laborsta.ilo.org>> . Acesso em: 30 jan. 2007.

POCHMANN, M. . **O emprego na globalização**. São Paulo: Boitempo, v. 1, 2001.

RAMOS, Lauro. A **evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001**. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para discussão n. 914, 10p., 2002.

ROGGERO, Rosemary. Uma leitura sobre o desenvolvimento do setor terciário no movimento contemporâneo do capital. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v.24, n. 3, p. 2-15, set./dez.1998.

SANTANA. J. R. de. A combinação Indústria- Estado na trajetória de crescimento do Nordeste:1950-1985. In: Nilton Pedro da Silva; Dean Lee Hansen (org.). **Economia Regional e Outros Ensaio**s. Aracaju: Editora UFS, p. 237-258, 2001

TOKMAN, V. E. (Coord.). **De la informalidad a la modernidad**. Santiago de Chile: OIT, 258p., 2001.